



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS e MATEMÁTICA

JOSILENE MARIA DE LIMA TORRES

**MARCAS E TRAÇOS HISTÓRICOS E IDENTITÁRIOS DA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES E PROFESSORAS DE MATEMÁTICA NO AGRESTE DE
PERNAMBUCO**

Caruaru

2022

JOSILENE MARIA DE LIMA TORRES

**MARCAS E TRAÇOS HISTÓRICOS E IDENTITÁRIOS DA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES E PROFESSORAS DE MATEMÁTICA NO AGRESTE DE
PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pernambuco, do Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para obtenção do Título de mestre em Educação em Ciências e Matemática.

Área de concentração: Educação em Ciências e Matemática

Orientador: Prof. Dr. Edelweis José Tavares Barbosa

Caruaru

2022

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Paula Silva - CRB/4 - 1223

T693m Torres, Josilene Maria de Lima.

Marcas e traços históricos e identitários da formação de professores e professoras de matemática no Agreste de Pernambuco. / Josilene Maria de Lima Torres. – 2022. 164 f.; il.: 30 cm.

Orientador: Edelweis José Tavares Barbosa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Programa de Pós- Graduação em Educação em Ciências e Matemática, 2022.

Inclui Referências.

1. Professoras de matemática - Pernambuco. 2. Professores de matemática - Pernambuco. 3. Professores – Formação - Pernambuco. 4. Educação – História. 5. Identidade (Psicologia)- Pernambuco. 6. Currículos – Mudança – Pernambuco. I. Barbosa, Edelweis José Tavares (Orientador). II. Título.

CDD 371.12 (23. ed.)

UFPE (CAA 2022-059)

JOSILENE MARIA DE LIMA TORRES

**MARCAS E TRAÇOS HISTÓRICOS E IDENTITÁRIOS DA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES E PROFESSORAS DE MATEMÁTICA NO AGRESTE DE
PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pernambuco, do Centro Acadêmico do Agreste, como requisito parcial para obtenção do Título de mestre em Educação em Ciências e Matemática.

Área de concentração: Educação em Ciências e Matemática

Aprovada em: 25/05/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edelweis José Tavares Barbosa (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Tânia Maria Goretti Donato Bazante (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Bernardina Santos Araújo de Souza (Examinadora Externa)
Instituto Federal de Pernambuco

Dedico esta dissertação aos meus pais Miguel e Lenira que sempre me orientara, apoiaram e incentivaram para que eu realizasse toda a minha jornada acadêmica que iniciou-se aos seis anos de idade. Dedico também, aos meus filhos que tanto amo, meus tesouros, Walter Henrique, Hugo Vinícius e Victor Felipe, fonte de inspiração e vontade de vencer cada desafio. Em especial dedico ao meu esposo, Walter Torres, meu companheiro fiel, que me acompanhou em todos os momentos, sempre me dando força e apoio. E por fim, a todos professores e todas professoras que participaram da minha formação humana, acadêmica e intelectual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que por sua graça e misericórdia zela por mim todos os dias da minha vida, que protegeu meus caminhos durante as viagens a Caruaru para as aulas do mestrado, me dando sempre muito mais do que eu mereço.

Ao meu orientador, Professor Doutor Edelweis José Tavares Barbosa, por ter acreditado no meu potencial, compartilhando comigo seus conhecimentos, respeitando minhas ideias, me instigando em novos desafios, me oferecendo a oportunidade de melhorá-las e sobretudo por sua paciência com minhas limitações. É impossível expressar a você minha gratidão e admiração. Que Deus o abençoe poderosamente.

À Professora Doutora Bernardina Santos Araújo de Souza, por ter aceitado participar de minha banca examinadora, contribuindo de forma marcante e significativa em minha pesquisa com sugestões que ampliaram e inspiraram a pesquisa, como também por seu carinho comigo em tantos momentos vividos.

À Professora Doutora Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida, por integrar minha banca examinadora, pelas sugestões pertinentes a este estudo e pelas aulas na disciplina de Formação de Professores, ampliando meus horizontes no campo da Educação Matemática.

À Professora Doutora Tânia Maria Goretti Donato Bazante, pelas contribuições a esta pesquisa, por suas sugestões e pelas maravilhosas aulas de Metodologia que me inspirou profundamente no ensino de Matemática.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Pernambuco, campus Caruaru pelas riquíssimas aulas oferecidas, pelas críticas que nos permitiram melhorar nosso trabalho e fortalecer nossas concepções. Levarei vocês em minhas lembranças.

Aos colegas mestrandos da turma 2019, pelos momentos de estudos, pelas reflexões compartilhadas, pelas alegrias divididas e pelas contribuições a minha pesquisa.

Ao amigo Leonardo Augusto Batista de Lemos, um companheiro, que me mostrou os caminhos a percorrer para a conquista deste sonho com ensinamentos que me motivaram até aqui.

Ao Professor Doutor Maurício Peloso que me orientou no projeto de pesquisa, questionou meus passos me dando novas direções.

À Professora Mestra Glaucia Maria dos Santos Cordeiro, minha amiga e companheira, um anjo que por diversas vezes discutiu comigo sobre o andamento da dissertação me incentivando e orientando.

À Professora Mestra Carmen Aparecida Guimarães Peixoto Cavalcanti, minha amiga querida de muitos anos, que sempre me incentivou, sempre vibrando comigo a cada conquista.

À minha mamãe Lenira de quem tenho muito orgulho, forte e guerreira, sempre me apoiou, auxiliou e esteve ao meu lado desde pequenina. Uma eternidade seria pouco para te agradecer. Te amo muito. Nunca esquecerei destes esforços desprendidos em minha função.

Ao meu papai Miguel, que me ensinou pelo exemplo e incentivo aos estudos. Te amo! Orgulha-me chamar de pai o homem mais honesto e trabalhador que já conheci, que não poupou esforços em me auxiliar em todos os momentos da minha vida.

À minha irmã Josenilda Abreu que também é minha colega de profissão, vivemos momentos ricos de aprendizagens nos eventos acadêmicos, oficinas e congressos, além dos artigos que tivemos a oportunidade de escrever juntas. Ao meu cunhado Everaldo Abreu que sempre me recebia com palavras de conforto. Às minhas sobrinhas Eveline, Daiane que com seu carinho sempre me apoiaram e estimularam na caminhada nos dias em que não sentia forças.

Ao meu irmão Josival Miguel, que sempre me escutava e me apoiou em todos os momentos, mesmo sentindo falta da minha presença. À minha amada cunhada-irmã Rafaela Regina que sempre me recebia de braços abertos, entendendo minhas angústias e orientando com conselhos que levo em meu caminhar. Ao meu sobrinho Miguel e à sobrinha Rebeca que embora pequeninos sempre me receberam com carinho e amor, o abraço carinhoso que recebia de vocês me fazia acreditar que iria conseguir vencer meus desafios.

Aos meus filhos Walter Henrique, Hugo Vinícius e Victor Felipe, que me esperaram pacientemente, que se contentaram com o pouco tempo ofertado, que suportaram minha ausência e vibram comigo pela conclusão desta etapa. Razão principal da minha luta, minhas âncoras, meus tesouros, meus portos seguros, minha vitória também é de vocês meus amores.

Às minhas noras-filhas Mayza e Alana, que sempre estiveram ao meu lado e acreditaram em mim, me amam como sou e hoje cuidam dos meus filhos. Amo vocês!

Agradecimentos são poucos para você Walter Torres, amor da minha vida, meu esposo, meu companheiro. Você sempre paciente, acreditou em mim e me incentivou a conquistar meus sonhos. Não seria nada fácil passar por tudo sem você ao meu lado. Temos o resto da vida para aproveitarmos um ao outro. Te amo.

Enfim, agradeço a todos professores e todas professoras, amigos, amigas, colegas de profissão que me auxiliaram a chegar até aqui.

Gratidão é o sentimento que invade meu coração neste momento. Deus é maravilhoso!

O conhecimento emerge apenas através da invenção e da reinvenção, através da inquietante, impaciente, contínua e esperançosa investigação que os seres humanos buscam no mundo, com o mundo e uns com os outros (Paulo Freire). (SANTOS, 2022, p. 4)

RESUMO

Os cursos de Licenciatura em Matemática visam formar professores e professoras que atuem no Ensino Fundamental e Médio, que devem ter como características: a concepção de que exerce um papel social, sendo sensível à interpretação das ações dos estudantes, compreender que a Matemática está atrelada ao exercício da cidadania. Nesta pesquisa buscamos como objetivo geral analisar as reformulações curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática afim de constatar as identidades docentes propostas na formação de professores e professoras inicialmente na década de 1970 quando se tratava da Licenciatura Curta, na década de 1980 quando iniciou a Licenciatura Plena e finalmente a década de 2010, sendo a atual no momento da pesquisa. E como objetivos específicos: descrever a trajetória histórica do Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ; identificar o corpus documental da formação de professores em Matemática nas décadas de 1970, 1980 e 2010, e por fim, examinar as matrizes curriculares à luz das identidades docentes da formação em Matemática na FBJ. A metodologia adotada teve por base a abordagem qualitativa através de uma pesquisa bibliográfica com análise documental, afim de examinar os documentos da instituição que tratam da trajetória histórica e as matrizes curriculares em estudo. Importa salientar que a referente pesquisa está fundamentada em estudos acerca da formação de professores e professoras no Brasil com Curri (2000), Silva (2008), Reis (2011), Silva Neto (2015), Lula (2017) e com relação aos cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil tivemos como suporte as pesquisas de Junqueira (2010), Santos (2011), Voigt (2012), Mattos (2015), Gomes (2019), além de artigos de Freitas (2002), Junqueira e Manrique (2012/2015), Bittar, Oliveira e Freitas (2013), Mathias (2017), Leite e Passos (2020). Como resultados trazemos brevemente o percurso histórico das treze autarquias pernambucanas destacando a história de lutas, desafios, fragilidades e assertividades da AEB/FBJ, destacando o Curso de Licenciatura em Matemática nosso objetivo principal que nos mostra a beleza da conquista de sonhos, a relevância da instituição em tempos que era urgente a formação de professores e professoras, bem como os avanços deste curso ao longo dos anos. Ainda destacamos que nas análises das matrizes curriculares, observamos que as primeiras traziam estudos como Biologia, Química, Geologia,

Zoologia, entre outros, que não fazem parte dos componentes curriculares de Matemática, apenas as matrizes curriculares da última década trazem as disciplinas específicas necessárias para o Ensino de Matemática que acreditamos ser mais próximo do ideal, visto a necessidade de adequar o curso periodicamente conforme as atualizações legais.

PALAVRAS CHAVE: formação de professores e professoras de matemática; história da licenciatura em matemática; identidade docente.

ABSTRACT

The Licenciature in Mathematics courses aim to train teachers who work in Elementary and High School, which must have the following characteristics: the conception that it plays a social role, being sensitive to the interpretation of students' actions, understanding that Mathematics is linked to the exercise of citizenship. In this research we seek as a general objective to analyze the curricular reformulations of the Licenciature Degree in Mathematics in order to verify the teaching identities proposed in the training of teachers initially in the 1970s when it came to the Short Licenciature, in the 1980s when the Licenciature began. Full and finally the 2010s, being the current one at the time of the research. And as specific objectives: to describe the historical trajectory of the Degree in Mathematics at FBJ; to identify the documentary corpus of teacher training in Mathematics in the 1970s, 1980s and 2010s, and finally, to examine the curricular matrices in the light of the teaching identities of Mathematics training at FBJ. The methodology adopted was based on a qualitative approach through a bibliographic research with document analysis, in order to examine the institution's documents that deal with the historical trajectory and the curricular matrices under study. It is important to point out that the referring research is based on studies about the training of teachers in Brazil with Curri (2000), Silva (2008), Reis (2011), Silva Neto (2015), Lula (2017) and in relation to the courses Degree in Mathematics in Brazil, supported by research by Junqueira (2010), Santos (2011), Voigt (2012), Mattos (2015), Gomes (2019), in addition to articles by Freitas (2002), Junqueira and Manrique (2012/2015), Bittar, Oliveira and Freitas (2013), Mathias (2017), Leite and Passos (2020). As a result, we briefly present the history of the thirteen municipalities in Pernambuco, highlighting the history of struggles, challenges, weaknesses and assertiveness of the AEB/FBJ, highlighting the Mathematics Degree Course, our main objective, which shows us the beauty of the conquest of dreams, the relevance of institution in times when it was urgent to train teachers and teachers, as well as the advances of this course over the years. We also emphasize that in the analysis of the curriculum matrices, we observed that the first ones brought studies such as Biology, Chemistry, Geology, Zoology, among others, which are not part of the curriculum components of Mathematics, only the curriculum matrices of the last decade bring the specific disciplines necessary for

Mathematics Teaching, which we believe is closer to the ideal, given the need to periodically adapt the course according to legal updates.

KEYWORDS: mathematics teacher training; history of the degree in mathematics; teacher identity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	DESCORTINANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE MATEMÁTICA	23
2.1	Delineando a história e contextos da formação docente no Brasil	23
2.2	Traços históricos da formação inicial do professor e da professora de Matemática no Brasil	31
2.3	Percurso dos Cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil	33
3	REFORMAS CURRICULARES, CONFRONTOS E EMBATES NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E DA PROFESSORA DE MATEMÁTICA	39
3.1	Reformas curriculares na formação do professor e da professora de Matemática	39
3.2	Considerações das normatizações oficiais para a formação inicial do professor e da professora de Matemática	42
4	IDENTIDADE DOCENTE E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E DA PROFESSORA DE MATEMÁTICA	48
4.1	Conceitos preliminares acerca da identidade docente	48
4.2	Compreendendo a identidade docente na formação inicial	50
5	DESCREVENDO OS CAMINHOS, A METODOLOGIA	54
6	DELINEANDO AS MARCAS E TRAÇOS, A ANÁLISE DE DADOS	58
6.1	Interiorização do Ensino Superior em Pernambuco: traços históricos das Autarquias Municipais	58
6.2	Marcas históricas da formação de professores e professoras na Faculdade do Belo Jardim – FBJ	67
6.3	Considerações acerca das matrizes curriculares da FBJ nas décadas de 1970 e 1980	71
6.4	Considerações acerca das matrizes curriculares da FBJ na década de 2010	78

7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
	REFERÊNCIAS	90
	APÊNDICE A – QUADROS DE PESQUISAS BIBLIOGRÁFICAS	97
	ANEXO A – DOCUMENTOS DA AEB/FBJ	99

1 INTRODUÇÃO

A formação docente é um tema que inspira a curiosidade e investigação por se tratar de um estudo que não se esgota em si, requerendo constantes pesquisas e reinvenções afim de propiciar uma educação de qualidade.

Partindo deste contexto voltamos nossos olhares para a Autarquia Educacional do Belo Jardim – AEB, mantenedora da Faculdade do Belo Jardim – FBJ, uma instituição do agreste pernambucano que há quatro décadas vem formando professores e professoras que exercem a docência no chão da escola na cidade, regiões circunvizinhas e vários Estados como Maceió, Paraíba, Bahia, Ceará entre outros.

Escolhemos como objeto de estudo o Curso de Licenciatura em Matemática por se tratar de um curso comum a pesquisadora desta dissertação, como ainda por não encontrarmos trabalhos de pesquisa que discutissem a formação docente da instituição nem a respeito do curso acima citado.

Outro ponto impactante se deu com o cumprimento das atividades acadêmicas do Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ, ainda no início do primeiro semestre de 2018, ao realizar a Semana Acadêmica de Matemática a comissão de professores, professoras e estudantes optaram em convidar profissionais na área de Matemática que não fizessem parte do quadro de profissionais da instituição para participar com palestras, oficinas ou minicursos. Dentre os convidados praticamente todos eram professores egressos e professoras egressas da instituição sendo profissionais renomados no ensino de Matemática que se destacam na profissão, com trabalhos relevantes para o ensino da Matemática, tendo ainda superações como vínculo efetivo na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, Rede Estadual, entre outros, fato que alegrou a comunidade acadêmica da FBJ participante do evento, como ainda trouxe inquietações com relação ao impacto que a instituição tem exercido na formação inicial de inúmeros profissionais da área e consequentemente na Educação Matemática da região.

A Faculdade de Formação de Professores – FABEJA, como era conhecida na época, era a única da região na década de 1970 que oferecia o Ensino Superior, especialmente as Licenciaturas, extremamente necessárias e urgentes

naquele período em que havia a necessidade e urgência na formação de professores e professoras para atuação imediata na educação de adolescentes e jovens, desta forma, atendendo a estas necessidades de estudantes de cidades circunvizinhas e Estados como Maceió, Bahia, Paraíba, entre outros, os quais eram chamados de “turistas”, visto que frequentavam as aulas nos períodos de avaliação, assim estudavam a distância e se desdobravam para nas semanas de suas avaliações ficar em casas, pousadas e afins, e cumprir as exigências da proposta curricular para enfim estarem aptos ao exercício da docência. Nesta época não havia o ensino a distância, EAD, mas a instituição propiciava esta possibilidade dividindo as turmas em dois grupos, os que frequentavam diariamente e os que somente frequentavam nos períodos de avaliação, tendo ainda períodos de avaliações distintos. Somente há aproximadamente dez anos depois, houve início a Licenciatura em Matemática no Instituto Federal de Pernambuco – IFPE e na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Particularmente tenho a FBJ como propiciadora da primeira graduação no Curso de Licenciatura em Matemática, concluída em 1994, e posteriormente a especialização em Matemática, concluída em 2003, tendo ainda a oportunidade de cursar a Licenciatura em Pedagogia na UFRPE, concluindo em 2014, fato que contribuiu para o meu fortalecimento acadêmico, profissional e pessoal. Ter a oportunidade de investigar a formação docente a partir da FBJ me instiga e impulsiona a compreender o desenrolar desta história quebrando silêncios de uma instituição de ensino superior atípica.

Em nosso país as discussões acerca do processo de formação do professor de Matemática têm se tornado mais evidentes. Conforme aponta Ferreira (2003) a partir da década de 1990 houveram transformações no paradigma de pesquisa em Educação Matemática, ampliando assim os estudos sobre a formação do professor de Matemática.

De acordo com Silva (2013, p.18), “a Sociedade Brasileira de Educação Matemática, (SBEM) tem elegido como um de seus principais focos a Formação de Professores de Matemática nos Cursos de Licenciatura”, propiciando debates diversos em encontros nacionais e regionais gerando ainda publicações de livros e artigos sobre o tema em tela.

O desenvolvimento do conhecimento profissional necessário ao exercício da profissão de professor compreende diversos componentes que, embora

nos últimos anos tendo vindo a ser descritas de variadas formas, não se distanciam muito do modelo de Shulman (1986), o Conhecimento Pedagógico do Conteúdo, mais conhecido como PCK (*Pedagogical Content Knowledge*), que considera o conhecimento profissional específico dos professores, conhecimento que é fruto da prática destes em sala de aula ao reformular os conhecimentos obtidos na universidade dialogando prática com a produção de um conhecimento inovador, o PCK. Assim, de acordo com o autor para ensinar Matemática é necessário desenvolver conhecimentos matemáticos e sobre a Matemática, assim como, conhecimento sobre como ensinar, nas suas vertentes mais didática ou mais pedagógica.

No processo de desenvolvimento pessoal do conhecimento profissional estão envolvidas perspectivas e crenças que têm um papel importante não só no modo como o futuro professor aprende, mas também em como virá a usar esse conhecimento, desenvolvido num contexto particular da formação inicial, na sua atividade como professor e professora.

A formação de professores e professoras de Matemática de acordo com D'Ambrósio (2012, p.80) é “um dos grandes desafios para o futuro” visto que o professor egresso e a professora egressa devem saber o que vem a ser matemática, a constituição da atividade matemática e da sua aprendizagem, além do ambiente propício à aprendizagem matemática. De fato, são pontos relevantes e que podem melhorar o Ensino de Matemática atendendo a demanda atual.

Os estudos curriculares norteiam o trabalho do professor no sentido de significar e dar sentido ao currículo como movimento de ensino e aprendizagem em constante transformação. Assim é essencial a análise das matrizes curriculares que norteiam o Curso de Licenciatura em Matemática na FBJ afim de aprofundar o estudo, além de investigar as inquietações levantadas nessa pesquisa.

Nesta perspectiva, apresentamos como inquietação e problemática de pesquisa: Quais as identidades docentes propostas pelo corpus documental e orientação curricular que regulamentavam a formação de professores e professoras de Matemática nas décadas de 1970, 1980 e 2010? A escolha deste período se justifica por 1970 apresentar a Licenciatura Curta na época, em 1980 iniciar-se a Licenciatura Plena e a década de 2010 ser a atual no período investigado.

Acreditamos que as identidades docentes propostas eram voltadas para as disciplinas específicas nos períodos em estudo, colaborando para um perfil

profissional mais técnico e voltado para o ensino dos componentes curriculares relativos à Matemática com pouca ou nenhuma preocupação com as questões pedagógicas.

No sentido de responder a esta indagação teremos como objetivo geral analisar as reformulações curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática da Faculdade do Belo Jardim – FBJ a fim de constatar as identidades docentes propostas na formação de professores e professoras nas décadas de 1970, 1980 e 2010. E como objetivos específicos: descrever a trajetória histórica do Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ; identificar o corpus documental da formação de professores em Matemática nas décadas de 1970, 1980 e 2010, e por fim, examinar as matrizes curriculares à luz das identidades docentes da formação em Matemática na FBJ.

Para tanto, apresentaremos a seguir o mapeamento do cenário científico, visando compreender o andamento de pesquisas anteriores acerca da formação inicial de professores e professoras de Matemática, ou seja, dos Cursos de Licenciatura em Matemática. Assim, foi realizada uma busca nos bancos de teses, dissertações e artigos publicados nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, tendo encontrado inicialmente 959 periódicos, sendo 611 revisados por pares, já na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD encontramos 1040 teses e dissertações, e, numa busca mais específica localizamos 567 trabalhos e 40 artigos, dos quais apresentaremos os mais relevantes.

Apresentamos a seguir estudos em teses e dissertações acerca da história da formação de professores e professoras no Brasil a partir da análise de documentos.

O estudo das teses e dissertações que tratam da história da formação de professores e professoras no Brasil proporcionou valiosas análises como é o caso do estudo da renomada professora Edda Curi em sua dissertação de mestrado 'Formação de professores de matemática: realidade presente e perspectivas futuras' faz um rico estudo acerca da formação docente no país trazendo ainda reflexões das transformações necessárias para os cursos de Licenciatura em Matemática, com uma bela retrospectiva histórica destes cursos que auxiliou nossos estudos com diretrizes relevantes.

A professora Rejane Dias da Silva em sua tese 'A formação do professor de matemática: um estudo das representações sociais', que embora traga uma compreensão da formação do professor de Matemática a das representações sociais, faz uma análise fundamentada da formação inicial do professor de Matemática baseada em pesquisas de autores renomados que impulsionou a leitura destas norteando os próximos passos.

A dissertação de Anna Carolina Lazzari Reis intitulado 'Representações sociais sobre o ser professor: indícios da constituição da identidade docente' embora traga um estudo das representações sociais de egressas em Pedagogia, trouxe significativos estudos da constituição da identidade docente a partir da compreensão da influência da formação inicial e da real experiência do trabalho na construção destas representações.

A dissertação de mestrado de Oscar Silva Neto 'A formação dos professores de matemática no Instituto Federal Catarinense' traz um estudo da legislação das licenciaturas, da formação de professores e dos cursos superiores em Matemática no Brasil, fortalecendo assim nossa pesquisa.

A pesquisa do professor Karinton Pereira Lula, intitulada 'A formação dos formadores de professores de matemática: um estudo na Licenciatura em Matemática do IFG – Campus Goiânia' em sua tese de doutorado traz a perspectiva histórica da formação e dos cursos superiores de Matemática no país, além de uma rica contextualização histórica da formação de professores e professoras, contribuindo de forma eficaz com nossos estudos.

Pesquisando as teses e dissertações que abordam estudos acerca dos Cursos de Licenciatura em Matemática que de uma forma ou outra contribuíram para nossa pesquisa destacamos, No que se refere aos Cursos temos a dissertação de Sonia Maria da Silva Junqueira 'Constituição da Identidade de Cursos de Licenciatura em Matemática à Luz da Modernidade Líquida' em que a autora apresenta uma análise documental através de uma abordagem investigativa com fragmentos do processo histórico, reformas e legislação do ensino da matemática no Brasil, contribuindo significativamente para o entendimento neste sentido.

A dissertação de José Wilson dos Santos, intitulada 'Os currículos de um Curso de Licenciatura em Matemática: um estudo de caso sobre as mudanças ocorridas no período de 2000 a 2010', a qual busca a compreensão das transformações ocorridas no currículo prescrito do curso de Licenciatura em

Matemática em uma Universidade pública do país, identificando a relação destas com os conhecimentos específicos e pedagógicos e entre teoria e prática, pesquisa esta que enriqueceu nosso trabalho a partir das inquietações propostas e discussões ali encontradas.

Com relação ao estudo da professora Jane Mery Richter Voigt com o tema 'Sentidos e significados de Egressos da Licenciatura em Matemática à sua Formação Inicial' trata das mudanças curriculares e no capítulo acerca da formação de professores de matemática faz uma retrospectiva dos cursos de licenciatura em matemática que contribuiu para nossa pesquisa.

O pesquisador Robson Aldrim Lima Mattos apresenta em sua tese de doutorado 'Licenciatura em matemática das universidades estaduais da Bahia: origem e estado atual' trazendo as bases legais de formação dos Cursos de Licenciatura em Matemática inclusive com um capítulo acerca da construção histórica do ensino superior no Brasil, com informações úteis à pesquisa.

A partir da dissertação de mestrado de Leticia Nogueira Gomes, 'O que nos conta a revista documenta: sobre cursos que formavam professores de Matemática no Brasil (1962 a 1979)' pensamos que seja possível compreender a partir de documentos sobre a criação de cursos que formavam professores de Matemática no Brasil, neste período, a partir dos pedidos de autorização, conversão e/ou reconhecimento de cursos que formavam professores de Matemática, de instituições públicas federais ou privadas, publicados na revista citada.

Com relação aos artigos estudados de maior relevância para a pesquisa, destacamos a pesquisadora Helena Costa Lopes de Freitas traz em seu trabalho 'Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação' analisa as políticas de formação de professores fazendo um aprofundamento na análise das Diretrizes Nacionais para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica em Nível Superior, que fortalece nossos estudos com relação aos documentos legais e organização curricular para o ensino superior.

Já as autoras Sonia Maria da Silva Junqueira e Ana Lúcia Manrique trazem duas discussões importantes para nossa pesquisa, no ano de 2012, com o título 'Licenciatura em Matemática no Brasil: aspectos históricos de sua constituição' apresentam um recorte histórico das transformações ocorridas em cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil, com dados valiosos para nosso estudo. Em

2015 seu artigo 'Reformas curriculares em cursos de licenciatura de Matemática: intenções necessárias e insuficientes' traz uma análise documental das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Matemática em uma perspectiva baumaniana, averiguando as mudanças desses documentos no intuito de dar novas formas aos cursos, possibilitando um novo olhar em nossos estudos.

No entanto a pesquisa de Marilena Bittar, Adriana Barbosa de Oliveira e José Luiz Magalhães de Freitas intitulada 'Um estudo sobre mudanças curriculares em uma licenciatura em Matemática ao longo de 30 anos' apresenta discussões acerca das mudanças ocorridas nas diferentes matrizes curriculares implantadas ao longo de 30 anos de existência (1981 a 2011) do primeiro curso de licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que embora seja bem específica nos mostra caminhos para delinear nosso trabalho.

O Professor Adjunto do Departamento de Matemática Aplicada (GMA) da Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em matemática, Carlos Mathias, através da Revista *Thema*, em 2017, apresenta o artigo 'Formação ou deformação inicial de professores? Uma crítica aos cursos de Licenciatura em Matemática' em que analisa os cursos de formação inicial de professores de matemática, os cursos de Licenciatura, colocando inquietações importantes e fazendo uma retrospectiva significativa para nossas discussões.

Recentemente lemos o artigo das professoras Eliane Alves Pereira Leite e Carmen Lúcia Brancaglioni Passos que apresenta o título 'Considerações sobre lacunas decorrentes da formação oportunizada no curso de Licenciatura em Matemática' trazendo reflexões sobre a formação inicial do professor e da professora de Matemática, as lacunas existentes que nos permite análises mais coerentes.

Percebemos que os trabalhos investigados trazem temas relevantes para nossa temática, com aproximações e discussões que enriqueceram nossos estudos direcionando os caminhos aqui percorridos.

Por fim, destacamos que a presente dissertação foi dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, que tem por título, *Descortinando a formação de professores e professoras de Matemática*, apresentamos a história e contextos da formação docente no Brasil, os traços históricos da formação inicial do professor e da professora de Matemática no Brasil, e o percurso dos Cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil, destacando os contextos históricos desde a década de 1970.

No segundo capítulo, que intitulado de *Reformas Curriculares, confrontos e embates na formação do professor e da professora de Matemática*, contemplamos as reformas curriculares no Ensino Superior em Matemática ao longo dos anos, como também trazemos considerações sobre as normatizações oficiais para a formação inicial do professor e da professora de Matemática.

No terceiro capítulo, tratamos do tema *Identidade docente e a formação do professor e da professora de Matemática*, trazendo os conceitos preliminares acerca da identidade docente e a compreensão da identidade docente na formação inicial.

No quarto capítulo que tem por título *Descrrevendo os Caminhos, a Metodologia*, apresentamos os caminhos percorridos para o levantamento dos dados exigidos pela investigação, que tem por base a pesquisa qualitativa com abordagem bibliográfica com análise documental.

O quinto e último capítulo foi chamado de *Delineando as Marcas e os Traços, a análise de Dados*, no qual, trazemos a interiorização do Ensino Superior em Pernambuco através dos traços históricos das treze Autarquias Municipais, as marcas históricas da formação de professores e professoras na Faculdade do Belo Jardim – FBJ, as considerações acerca das primeiras matrizes curriculares da FBJ nas décadas de 1970 a 1980, e por fim, as considerações acerca das matrizes curriculares da FBJ na década de 2010.

Finalmente apresentamos as considerações finais acerca deste trabalho investigativo, através da análise documental com a qual espera-se que haja uma reflexão e compreensão do percurso histórico do Ensino Superior em Matemática, no agreste de Pernambuco, no processo da formação inicial docente em Matemática e de análise curricular à luz da identidade docente.

Acreditamos ainda que, a partir deste estudo seja possível identificar o impacto que a FBJ vem exercendo na Educação Matemática do agreste pernambucano, a partir da sua dimensão histórica, curricular e formativa, bem como, a identidade profissional do futuro professor e futura professora de Matemática, tendo como base a sua formação inicial.

2 DESCORTINANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE MATEMÁTICA

Visando situar o estudo no decorrer da história da formação de professores e professoras em âmbito nacional, nos tópicos a seguir trazemos a formação docente como também a formação inicial em Matemática no Brasil, concluindo com o percurso dos cursos de Licenciatura em Matemática em nosso país.

2.1 Delineando a história e contextos da formação docente no Brasil

Ao longo dos séculos XVI e XVII os jesuítas foram os únicos professores, de acordo com Azevedo (1963, p.93), transmitiam “quase na sua integridade, o patrimônio de uma cultura homogênea, a mesma língua, a mesma religião, a mesma concepção de vida e os mesmos ideais de homem culto”. Assim, os princípios cristãos dos portugueses impregnaram-se na educação brasileira.

Os jesuítas exerceram um intenso controle no sistema educacional brasileiro, constituindo-se os principais, únicos mentores intelectuais e espirituais da colônia. Conforme Ferreira (2000), ofereciam um ensino medido, dosado, claramente abstrato, dogmático, repetitivo, livresco e verbalista, desempenhando um papel conservador, tornando a cultura sem pensamento e sem substância. De acordo com Romanelli (1994) os jesuítas influenciaram o ensino de tal forma que perdurou todo o período colonial, até mesmo após a expulsão desses em 1759, fato que desestruturou um sistema de ensino construído em dois séculos, e mesmo assim perpassou o império e atingiu o período republicano.

Com a intensão de defender o desenvolvimento cultural do Império Português com a difusão de novas ideias de base empirista e utilitarista implantava-se o regime do despotismo esclarecido. Em 1775 o marques de Pombal apresentou os nove princípios básicos do novo Estado por ele instituído, dentre os quais, o progresso das letras, o desenvolvimento da cultura geral, o progresso das artes e o progresso científico, decretando a reforma dos estudos menores e maiores. Desta forma, a estrutura da educação religiosa jesuítica foi substituída pela Aulas Régias, implantadas como parte da reforma pombalina, que se contrapôs ao predomínio das

ideias religiosas baseando-se nas ideias laicas inspiradas no iluminismo, incidindo no estudo das humanidades, com aulas isoladas, sob responsabilidade de um único professor em cada disciplina.

Conforme aponta Romanelli (1994), a reforma pombalina permitiu ao governo a criação da escola pública, período em que o Estado assumiu encargos educacionais pela primeira vez. As aulas régias, de acordo com Vicentini e Lugli (2009) eram ministradas por professores aprovados em concurso, no qual deveriam exibir uma dissertação a uma banca de seleção nomeada pelo diretor geral dos estudos, comprovando conhecimento dos conteúdos que iriam ensinar, mas sem a exigência de diplomas ou comprovantes de habilitação, solucionando desta forma a necessidade da situação que a sociedade vivia na época.

Com a vinda da família real em 1808, foram criados cursos organizados nos moldes das aulas régias: engenheiros, militares, cirurgiões, economistas químicos e agricultores. Em março de 1824, a primeira Constituição do Império do Brasil afirma no inciso 32 do artigo 179, que a instrução primária deve ser gratuita à todos os cidadãos.

As escolas de primeiras letras adotavam o método de ensino lancasteriano, contando com professores/as auxiliares, os quais eram alunos/as mais avançados convidados para serem monitores/as, futuros/as professores/as, devendo exigir disciplina rígida e metodologia didática profissional (SAVIANI, 2005). Historicamente a formação de professores/as partiu de um ensino doméstico, individualizado para um ensino coletivo.

Conforme Barroso (2001), o ensino coletivo surgiu desde o século XVIII, com o modo simultâneo e mútuo, na primeira metade do século XIX, estabelecendo uma mesma forma de organização pedagógica ensinando a vários alunos ao mesmo tempo. O sistema lancasteriano era rígido, coletivo, dividido por classes ou círculos, facilitando o trabalho com monitorias, em sua organização,

os alunos que podiam chegar a 500 em uma classe, eram organizados em grupos menores, que deveriam ser instruídos por um monitor. O professor ficava num estrado alto do qual podia ter uma visão completa das atividades dos grupos de alunos, aos quais não se dirigia diretamente – a comunicação com a classe era feita por meio de sinais. Os únicos que podiam falar com o professor, para receber as lições de leitura, escrita, cálculo e catecismo eram os monitores, que depois deveriam repetir os ensinamentos aos seus respectivos grupos. Os mínimos movimentos eram regulados na classe, tinham que ser realizados em conjunto e silenciosamente. Além dos monitores havia na classe o inspetor, que se encarregava de vigiar os monitores, de entregar e recolher os utensílios de

ensino e de dizer ao professor quais alunos deveriam ser premiados ou punidos. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p.32)

Na sala de aula havia um professor chefe que se posicionava num alto estrado que ensinava a lição a um grupo de monitores, os quais repassavam o que aprenderam a grupos menores, de acordo com Castanha (2007), fato que possibilitava salas com centenas de crianças.

Conforme Azevedo (1963), a política de formação de professores no Brasil teve início no Império com as primeiras escolas normais em Niterói (1836), no Ceará (1845), em São Paulo (1846) e no Rio de Janeiro (1880). Na sociedade escravocrata, com a falta de interesse pela educação popular, as escolas normais não conseguiam reverter a improvisação de professores sem formação específica, eram diversas escolas, tendo um único professor, as quais iniciavam e pouco tempo depois, encerravam suas atividades.

Ao longo do período colonial e imperial tanto o sistema de ensino como a formação de futuros professores e futuras professoras suportaram o descaso, ausência de recursos e de política que garantissem sua consolidação. A monarquia brasileira não manifestava interesse em ofertar uma educação elementar à população, fato que se agravava pela desmotivação da população em frequentar a escola, “a grande maioria não tinha condições e, em boa parte, nem interesse diante do regime de vida que estava submetida, em ingressar e permanecer na escola”. (RIBEIRO, 1984, p.59).

A ampliação das Escolas Normais aconteceu entre os anos de 1890 e 1932, período que houve também a necessidade da formação de mais professores e professoras. De acordo com Saviani (2009), este período histórico da formação de docente seria tipificado com a reformulação e estabelecimento de um modelo para as Escolas Normais, que teve seu princípio em São Paulo, um Estado que detinha um maior domínio econômico para investir na educação, e posteriormente se expandindo por todo o país.

De acordo com Aranha (2006, p. 558), a Lei nº 5.540/68, a chamada Reforma Universitária, trouxe várias alterações na LDB de 1961, baseando-se “nos estudos do Relatório Atcon (Rudolph Atcon, teórico norte-americano) e do Relatório Meira Matos (coronel da Escola Superior de Guerra)”, extinguindo o cargo de professor universitário, unificando o vestibular e organizando as faculdades em universidades com o objetivo de concentrar recursos tanto materiais como humanos,

no intuito de ter um resultado de maior eficácia e produtividade, ofertando curso básico para suprir as deficiências do 2º grau além de cursos de curta e longa duração, como programa de pós-graduação.

A autora ainda ressalta que,

A reestruturação completa da administração visava a racionalizar e modernizar o modelo, com a integração de cursos, áreas e disciplinas. Uma nova composição curricular permitia a matrícula por disciplina, instituindo-se o sistema de créditos. A nomeação de reitores e diretores de unidade dispensava a exigência de pessoas ligadas ao corpo docente universitário, bastando possuir “alto tirocínio da vida pública ou empresarial”. Como convém a uma reforma em que o viés tecnocrático se sobrepõe ao pedagógico. Vale lembrar que a definitiva implantação da pós-graduação, com cursos de mestrado e doutorado, recebeu significativo apoio a partir da década de 1970, por fundamentar a concepção de desenvolvimento nos governos militares. (ARANHA, 2006, p. 558)

Neste contexto, o ensino superior adquire nova composição e direcionamentos que seguem até os nossos dias como o sistema de créditos e a nomeação de reitores, que atualmente é um ato de eleição democrática. Um importante avanço foi a implantação definitiva dos cursos de mestrado e doutorado a partir de 1970, os quais, de acordo com a mesma autora se expandiram “garantindo o desenvolvimento da pesquisa e melhorando a qualificação dos professores universitários”.

Na década de 1970 se iniciou a organização dos professores e professoras em entidades representativas em âmbito nacional, considerando as discussões acerca do papel da universidade, visto o início da redemocratização do país. No entanto, no período da ditadura, havia um controle externo com a seleção e nomeação de pessoal que tirou a autonomia da universidade, principalmente com a divisão de departamentos e burocratização.

Quanto à reforma universitária, também é importante lembrar que nesse período ocorreu um processo sem precedentes de privatização do ensino. Grande parte dos cursos, nos moldes do sistema empresarial, nem sempre oferecia igual qualidade pedagógica. Com a criação indiscriminada de cursos superiores, preponderavam os que exigiam poucos recursos materiais e humanos e permitiam a superlotação das classes. Evidentemente, para as faculdades privadas de baixo nível dirigiam-se os alunos mais pobres, porque, mal preparados para a disputa pelas vagas, não tinham acesso às melhores faculdades, geralmente das universidades públicas. (ARANHA, 2006, p. 563)

Como se pode observar a reforma universitária também foi marcada por fatores preocupantes como a privatização, visto que não oferecia uma boa qualidade de ensino como as universidades públicas, assim continuava a

desigualdade social em que os mais vulneráveis não tinham acesso a uma boa educação e os mais ricos tinham as melhores oportunidades.

A criação de instituições inovadoras, segundo Silva (2013), permitiu a mudança do ensino normal no regime republicano, nascendo assim a escola pública, frágil e desvalorizada. No Brasil, até os anos 1970, a formação de professores foi institucionalizada nas escolas normais e nos institutos de educação que objetivavam a garantia de que o professor posteriormente adquirisse domínio na arte de ensinar, tendo assim de ter propriedade nos fenômenos envolvidos nas relações de ensino e aprendizagem.

Em 1971 foi aprovada a Lei nº 5.692/71 com o objetivo de criar uma escola profissionalizante que possibilitasse ao estudante condições de conquistar o mercado de trabalho imediatamente ao concluir o 2º grau, como o artigo 1º diz,

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, Lei nº 5.692, 1971)

A referida lei também ampliou a obrigatoriedade do ensino de quatro para oito anos, juntando o ensino primário e ginasial, abolindo os exames de admissão e a seletividade. “Para aqueles que não conseguiam concluir os estudos regulares, foi reestruturado o curso supletivo.” (ARANHA, 2006, p. 559). O currículo foi regulamentado constando educação geral e formação especial da habilitação profissional, que correspondia a três áreas: agropecuária, indústria e serviços.

Neste período a Escola Normal foi desativada ficando a formação de professores no ensino de 2º grau,

Com a nova denominação “habilitação magistério”, e incluída no rol de profissões esdrúxulas, perdeu sua identidade e os recursos humanos e materiais necessários à especificidade de sua função. Selecionamos algumas críticas dos professores Carlos Luiz Gonçalves e Selma Garrido Pimenta[145] à nova habilitação de magistério: • apresentou-se esvaziada de conteúdo, pois não propiciava a formação geral adequada nem a formação pedagógica consistente; • de “segunda categoria”, por receber os alunos com menor possibilidade de acesso a cursos de maior status; • sem articulação didática de conteúdo entre as disciplinas do núcleo comum e da parte profissionalizante; • conforme definida na lei, não permitia a formação do professor e menos ainda do especialista (4º ano). A formação era toda fragmentada. (ARANHA, 2006, p. 560)

Um período de retrocesso que colocou novamente a formação de professores em um patamar decadente, visando somente a rapidez de profissionais no mercado de trabalho fragmentando a formação especializada.

Nos anos de 1987 e 1988 houveram diversas discussões acerca do ensino público com confrontos e pressões principalmente das escolas particulares que queriam continuar com o acesso às verbas públicas. Em 1988 foi promulgada a Constituição, após 18 meses de discussões, considerada a mais democrática que tivemos e ainda hoje é considerada inovadora, trazendo novas perspectivas,

- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- ensino fundamental obrigatório e gratuito;
- extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio;
- atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos;
- acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, ou seja, o seu não oferecimento pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente (podendo ser processada);
- valorização dos profissionais do ensino, com planos de carreira para o magistério público;
- autonomia universitária;
- aplicação anual pela União de nunca menos de 18% e pelos estados, Distrito Federal e municípios de 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- distribuição dos recursos públicos assegurando prioridade no atendimento das necessidades do ensino obrigatório nos termos do plano nacional de educação;
- recursos públicos destinados às escolas públicas podem ser dirigidos a escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas, desde que comprovada a finalidade não lucrativa;
- plano nacional de educação visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país. (ARANHA, 2006, p. 570)

Podemos observar que houveram avanços significativos para a educação que gritava por qualidade, justiça, igualdade de direitos e como a obrigatoriedade inclusive no ensino médio, atendimento em creches e pré-escolas, valorização dos professores, valores mínimos de aplicação dos impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino. Sabemos que estas medidas não eram suficientes, mas sim o início de esperança para uma educação plena.

Podemos afirmar que a Constituição de 1988 ampliou e fortaleceu os direitos individuais e as liberdades públicas; explicita a declaração dos Direitos Sociais e o direito à educação, abordando igualdade, liberdade, pluralismo,

gratuidade, valorização dos profissionais, gestão democrática, garantia de padrão de qualidade, piso salarial profissional nacional para os profissionais de educação escolar pública. Também estende o ensino para aos que ‘a ele não tiveram acesso na idade própria’ e destaca a educação infantil como primeira etapa da educação básica e ainda ‘progressiva universalização do ensino médio gratuito’.

A partir de então profissionais da educação se uniram para a elaboração de uma lei complementar de diretrizes e bases que se consolidou em 20 de dezembro de 1996 com a aprovação da LDB, Lei nº 9394/96, que vigora até hoje, deliberando a Educação infantil com a finalidade de desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, social e intelectual, complementando a ação da família e da comunidade. O Ensino fundamental sendo dever do Estado obrigatório e gratuito na escola pública, tendo como objetivo a formação básica do cidadão. O Ensino médio, última etapa da educação básica com a finalidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando a continuidade de estudos. E por fim o Ensino superior tendo por finalidade formar profissionais nas diferentes áreas de saber, promovendo a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos e comunicando-os por meio do ensino.

A formação de professores para a educação básica mereceu um avanço, ao se determinar, nos artigos 62 e 63, a exigência de curso de nível superior, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação, para substituir o curso de magistério de nível médio. Constituiu também um avanço a proposta de programas de educação continuada e procedimentos para a valorização dos profissionais da educação. Resta saber como serão realizados, ainda mais que no artigo 62 há a ressalva de se admitir, “como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”. Ou seja, como não fica claro que essa exceção seria permitida apenas nos locais que ainda não oferecem institutos superiores de educação, os cursos de magistério continuam existindo em diversos estados brasileiros. (ARANHA, 2006, p. 574)

Diante de tantas dúvidas e interpretações diversas com relação a formação de professores em 2009 houveram inclusões na LDB para definir e dar novos parâmetros aos docentes.

A partir da LDBEN, Lei nº 9394/96, a formação de professores passou a ter como enfoque:

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos

objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

I - a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II - a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

III - o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) (LDBEN 9394/96)

Desta forma a formação de professores teve um direcionamento mais claro, embora que não tirava a dúvida quanto a formação em nível médio ou superior. Brandão (2005) considera como pontos relevantes da LDBEN, a valorização das “experiências anteriores” e a “capacitação em serviço” dos profissionais em educação, fato pouco valorizado na legislação anterior. Ainda é importante ressaltar a “associação teoria e prática”, condição *sine qua non* para a formação de qualquer profissional, quanto mais se tratando de educação.

Ainda se faz necessário observar a interpretação da LDB na visão de Saviani (2016, p. 238) que nos permite reflexões importantes, reforçando que,

embora [a lei] não tenha incorporado dispositivos que claramente apontassem na direção da necessária transformação da deficiente estrutura educacional brasileira, ela, de si, não impede que isso venha a ocorrer. [...] A abertura de perspectivas para a efetivação dessa possibilidade depende da nossa capacidade de forjar uma coesa vontade política capaz de transpor os limites que marcam a conjuntura presente. Enquanto prevalecer na política educacional a orientação de caráter neoliberal, a estratégia da resistência ativa será a nossa arma de luta. Com ela nos empenharemos em construir uma nova relação hegemônica que viabilize as transformações indispensáveis para adequar a educação às necessidades e aspirações da população brasileira.

O autor nos mostra assim que a luta deve continuar, visto que a LDB por si só não resolve todos problemas educacionais do nosso país, mas que buscando alternativas com estudos e mobilizações avançaremos mais e mais para que a formação de professores, tenha o merecido destaque no âmbito das discussões educacionais.

Percorrendo a história da educação brasileira, é possível verificar a seletividade, o privilégio de poucos, que mesmo implantando a escola pública, gratuita e laica, está longe de ser uma escola que atenda a todos sem distinção.

2.2 Traços históricos da formação inicial do professor e da professora de Matemática no Brasil

A história da formação do professor e da professora de Matemática brasileiro remete-nos às escolas militares que existem no país desde o final do século XVII. A partir das aulas de artilharia e fortificações, a Matemática aos poucos foi preenchendo as necessidades das práticas de guerra e de defesa da colônia, elemento fundamental da formação militar. Através das transformações das escolas militares, foram criadas as escolas politécnicas para a formação dos engenheiros, fato que conforme explica Valente (2002), dá início a predominância de militares e engenheiros como professores e professoras de Matemática em tais escolas, até o início do século XX.

De acordo com Tanuri (1983), as primeiras faculdades de Filosofia, Ciências e Letras destinadas a formação de professores para o Ensino secundário foram instaladas na década de 1930. Mais tarde, em 1939, com a organização da Faculdade Nacional de Filosofia, o termo “licenciatura”, foi consagrado e mantido até os dias atuais.

Na década de 1960, o Brasil assistiu ao auge e o declínio da Pedagogia Nova, de modo que a escola primária deveria capacitar para realização de determinadas atividades práticas, bem como o ensino médio que deveria ser voltado a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social. Ao ensino superior restava formar mão de obra especializada, requerida pelas empresas, e preparar os quadros dirigentes do país.

De maneira geral, pode-se dizer que a década de 1960 propiciou intensas experimentações educativas, predominando a concepção pedagógica renovadora. Esse período deu grande impulso à inovação do ensino de matemática (MONTEJUNAS, 1995) e de ciências (KRASILCHIK, 1995).

A renovação do ensino de matemática foi, conforme aponta Saviani (2013), marcada especialmente pelo movimento da matemática moderna, tornada o ponto central dos vários encontros, congressos e publicações no decorrer desta década. Através da iniciativa de professores como Osvaldo Sangiorgi, Scipione de Piero Neto, Luiz Mauro Rocha, Ruy Madsen Barbosa, Renate Watanabe e Jacy Monteiro, nos anos de 1966, 1967 e 1969 compêndios para os níveis ginásial e

colegial, trazendo conteúdos orientadores baseados nos princípios da matemática moderna.

Segundo Oliveira (2006), em 1976 foi publicada a obra de Morris Kline, *O fracasso da matemática moderna*, questionando a eficácia das bases de apoio da matemática moderna, centradas na abordagem dedutiva, para enfrentar as dificuldades detectadas no ensino tradicional.

A preparação inicial do professor e da professora de Matemática ao longo do tempo, de acordo com Moreira e Ferreira (2013) foi concebida através da soma de conhecimento da matéria com conhecimento do ensino, a transmissão de conhecimento. Neste sentido, a licenciatura sendo o curso que forma e licencia para o exercício docente, visa oferecer ao futuro professor e a futura professora conhecimentos da disciplina de Matemática e técnicas de ensino, didática.

O termo matemática não tinha a ambiguidade semântica que tem atualmente (especialmente em decorrência dos estudos relacionados com a etnomatemática), o que pode ser constatado pela observação de que, em vários textos da literatura recente, esse termo é referido com o acréscimo de qualificativos como em matemática escolar, matemática avançada, matemática do cotidiano, matemática moderna, matemática acadêmica etc. Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, o seu lugar era indiscutivelmente central, no processo de preparação do professor de matemática para a educação básica. Estávamos no período em que a formação do professor de matemática era composta essencialmente de três anos de matemática mais um ano de didática. Em outras palavras, valia basicamente a fórmula *Licenciatura = Bacharelado + Didática*. (MOREIRA; FERREIRA, 2013, p. 984)

De acordo com os autores o ensino de Matemática não mostrava diferentes facetas como atualmente, assim a Matemática era o centro da formação do professor e da professora com a composição 3+1, ou seja, três anos de cálculo e um de didática.

Algumas décadas depois, no Brasil, dentre diversos fatores que colaboraram para o avanço do debate teórico e das possibilidades práticas que acendem para a formação do professor e da professora de Matemática, a consolidação nacional e internacional da Educação Matemática como arena de conhecimento e assim naturalmente o desenvolvimento de uma literatura de pesquisa especializada na formação docente em Matemática decorreram e contribuíram, decisivamente, na ampliação da compreensão a respeito dos saberes da profissão docente e, na mesma medida, dos saberes potencialmente relevantes para a formação na licenciatura de Matemática.

A docência escolar, especialmente em Matemática, atualmente é um trabalho social complexo, estando sujeito a condicionamentos externos à escola, das lutas sociais, dos interesses políticos, socioculturais e econômicos, conforme aponta Moreira e Ferreira (2013). Nesta perspectiva a formação inicial do professor e da professora de Matemática deve propiciar discussões relacionadas a sociologia da educação, das políticas públicas voltadas à educação escolar de acordo com as normatizações e recomendações oficiais, não esquecendo que a escola tem suas especificidades, valores, tempos e espaços, subcultura, normas, finalidades, projeto político-pedagógico, comunidade interna e externa, tendo formas de tomar decisões, de acordo com as hierarquias administrativas.

2.3 Percurso dos Cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil

Conforme apontam os estudos de Lula (2017), no ano 1808, com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, aconteceram várias transformações no cenário educacional brasileiro, como por exemplo, o princípio do ensino superior da Matemática, o qual foi institucionalizado por volta de 1810 sob a responsabilidade de D. João VI quando foi criada a Academia Real Militar da Corte.

De acordo com Silva (2003), esta Academia era uma instituição de ensino e regime militar que tinha como objetivo central a formação de oficiais Topógrafos, Geógrafos, além de oficiais das armas de Engenharia, Infantaria, Cavalaria e Artilharia, no intuito de compor o exército. Nesta Instituição, havia um curso proposto aos Artilheiros e Engenheiros, com duração de sete anos, dividido em dois momentos, um Matemático com duração de quatro anos e o outro Militar com três anos. Para atender o curso de Matemática, a Academia Real iniciou com onze professores titulares e cinco substitutos, dentre os quais o professor militar da marinha brasileira formado em Matemática na Academia Real da Marinha Portuguesa, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, formação da maioria dos professores da instituição.

Com o decorrer dos anos e em face das novas necessidades educacionais do país, a Academia Real Militar foi transformada em Escola Militar, que passou a ser Escola Central, fato que segundo Silva (2003), marcou

significativamente o rompimento entre o ensino militar e o ensino das ciências, no ano de 1874. Ainda neste ano, ocorreu a reformulação do ensino, na qual a Escola Central originou a Escola Politécnica, com especialização nas engenharias e a Escola Militar da Praia Vermelha.

Em 1934, através do Decreto 6.283, o governo de São Paulo instituiu a Universidade de São Paulo – USP, composta pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Escola Politécnica, a Faculdade de Direito, a Escola de Farmácia e Odontologia, a Escola Superior de Agronomia Luís de Queiroz, a Faculdade de Medicina e de alguns institutos de pesquisa, como o Instituto Butantã, como indicam as pesquisas de Gomes (2016). A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha como composição três seções: Filosofia, Letras e Ciências, subdivididas em subseções apresentadas no Decreto 7.069 de 1935, que aprovou o regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nestas subseções da Ciência havia a de Ciências Matemáticas, composta basicamente em três disciplinas: 1) Geometria (Analítica e Projetiva) e Histórias da Matemática; 2) Análise Matemática; 3) Mecânica racional precedida de Cálculo Vetorial.

Nesta perspectiva na Faculdade de Ciências, de acordo com estudos de Curi (2000), começa a um novo ciclo no ensino da Matemática no Brasil com a criação do primeiro curso de graduação em Matemática, que tinha como objetivo central a formação exclusiva de matemáticos e de professores de Matemática, contando inicialmente com seis alunos.

O período de 1810 até 1934, tinha por objetivo a formação de engenheiros, no entanto para preencher as demandas do curso de Matemática, o Estado de São Paulo se viu na obrigação de trazer professores de outros países visto a carência de professores específicos. Em julho de 1934 chega ao Brasil um dos primeiros professores contratados, o italiano Luigi Fantappiè (1901-1956). Segundo Silva (2003) o matemático Fantappiè inicialmente reformulou o Curso de Cálculo Infinitesimal e o Curso de Geometria ofertados pela Escola Politécnica, na proposta, no curso de Cálculo Infinitesimal os alunos começariam com os estudos de números reais e terminariam com o estudo de equações diferenciais, uma influência que grande parte dos livros de Cálculo Infinitesimal atualmente seguem como linha de raciocínio. Este professor italiano também modificou alguns cursos, como ainda trouxe cursos não estudados no Brasil, como Funcionais Analíticos, Teoria de Grupos Contínuos, Teoria dos Números, Cálculo Diferencial Absoluto e

Álgebra. Desta forma, a partir desta década inicia-se a formação da escola de matemática no Brasil. O Decreto 7.069 de 1935, determinou o tempo em anos do curso de Ciências Matemáticas e as disciplinas necessitariam ser ministradas em cada ano.

Art. 9º. Será a seguinte seriação o curso de Ciências Matemáticas: 1º ano: Geometria (Analítica e Projetiva), Análise Matemática (1ª parte), Física Geral e Experimental (1ª parte), Cálculo Vetorial; 2º ano: Análise Matemática (2ª parte), Mecânica Racional, Física Geral e Experimental (2ª parte); 3º ano: Análise Matemática (3ª parte), Geometria, História da Matemática. (SÃO PAULO, Decreto 7.069, 1935)

Analisando este primeiro curso de Matemática percebe-se que a matriz curricular trazia em sua composição apenas disciplinas de cunho específico da Matemática, o que se modificou com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, por meio do Decreto 1.190 de 1939, que regulamentava a sua criação como também os cursos de formação de professores/as do país.

Com embasamento em Saviani (2009), mencionado no tópico anterior, o modelo estabelecido após a aprovação deste documento, era conhecido como o “3+1”, no qual o/a estudante cursava três anos referentes a sua disciplina e depois mais um ano didática, composto pelas seguintes disciplinas: 1) Didática geral; 2) Didática especial; 3) Psicologia educacional; 4) Administração escolar; 5) Fundamentos biológicos da educação e 6) Fundamentos sociológicos da educação, conforme estabelece o artigo 20 do Decreto 1.190, recebendo ao final dos quatro anos o título de licenciado e bacharel.

Estudos de Lula (2017) mostram que mesmo com as alterações estabelecidas e a inclusão do curso de didática para a preparação de professores/as continua evidenciado a supervalorização do matemático em detrimento do/a professor/a de Matemática. Corroborando com este pensamento, Gomes (2016) aponta que a formação inicial de professores/as de Matemática, em nível superior no Brasil, traz em sua trajetória, desde 1934, a formação Matemática num curso específico tendo um desenvolvimento prioritariamente na direção da pesquisa, porém com a preparação de professores tendo um papel notoriamente menor.

Depois da consolidação do primeiro curso de Matemática pela USP em 1934 e em seguida com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e a regulamentação dos cursos superiores que objetivavam a formação de bacharéis e licenciados, iniciou um crescimento expressivo na oferta de

novos cursos no Brasil. A partir da década de 1960 a graduação em Matemática apresentou uma expansão por todo o país, conforme aponta Silva (2003), culminando com a criação de diversos programas de pós-graduação em Matemática, fortalecendo a oferta por parte destes especialistas de novos cursos nos locais em que exerciam o magistério.

A reforma universitária estabelecida na Lei 5540/68 propiciou aos cursos de Licenciatura em Matemática serem ministrados nas grandes universidades públicas ou privadas, nos institutos de Matemática. Nestes cursos as aulas de Matemática eram ministradas por engenheiros, visto que não havia Licenciatura em Matemática sendo necessário aproveitar os professores em exercício. A Academia Militar e a Escola Politécnica, formadora de engenheiros e bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas, proveram os pioneiros com solida bagagem de conhecimentos na área, no entanto sem formação pedagógica. Neste contexto, valorizavam extremamente o conteúdo em detrimento dos métodos de ensino conforme aponta Cury (1993).

Predominava assim a influência absolutista na qual “o conhecimento matemático é feito de verdades absolutas e representa o domínio único do conhecimento incontestável” (ERNEST, 1991, p. 7). Nesta perspectiva os futuros professores e as futuras professoras de Matemática eram expostos à visão absolutista da ciência, com autoritarismo de alguns professores que não aceitavam interpretações diferentes das suas, causando a submissão dos estudantes às regras impostas e no decorrer da prática profissional se tornavam profissionais duros e com dificuldade em articular teoria e prática.

Os cursos de licenciatura em geral são alvo de intensas críticas por pesquisadores, professores formadores, egressos e inclusive dos licenciandos,

Essas críticas referem-se aos currículos, sobretudo às disciplinas específicas, às metodologias de ensino das aulas, ao distanciamento ou desconexão entre as práticas de formação e as práticas de ensinar e aprender na escola básica, à falta de diálogo ou inter-relação entre as disciplinas específicas e as de formação *didático pedagógica*, ao isolamento do estágio, entre outras (FIORENTINI; OLIVEIRA, 2013, p. 919).

De acordo com os autores, a licenciatura, assim como os cursos de medicina, de odontologia, de engenharia, dentre outros, é um curso profissionalizante. Nesta perspectiva, a formação para o professor de matemática exige análise e discussão da sua prática social, constituindo os saberes e as

relações complexas, as quais devem ser “analisadas, problematizadas, compreendidas e continuamente transformadas” (FIORENTINI; OLIVEIRA, 2013).

As pesquisas em educação matemática nas décadas de 1980 e 1990 ampararam as reformas sugeridas pelas Diretrizes Nacionais para Formação de Professores de 2002, desta forma as características almejadas para o licenciado em Matemática são que apresente,

- visão de seu papel social de educador e capacidade de se inserir em diversas realidades com sensibilidade para interpretar as ações dos educandos;
- visão da contribuição que a aprendizagem da Matemática pode oferecer à formação dos indivíduos para o exercício de sua cidadania;
- visão de que o conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos, e consciência de seu papel na superação dos preconceitos, traduzidos pela angústia, inércia ou rejeição, que muitas vezes ainda estão presentes no ensino-aprendizagem da disciplina. (BRASIL, CNE/CES 1.302/2001, p.3)

Para a obtenção desse perfil o curso de formação deverá propiciar o desenvolvimento de competências e habilidades. No que se refere às competências e habilidades próprias do educador matemático, de acordo com as diretrizes curriculares propostas no CNE/CES 1.302/2001, o professor e a professora de matemática deverão,

- a) elaborar propostas de ensino-aprendizagem de Matemática para a educação básica;
- b) analisar, selecionar e produzir materiais didáticos;
- c) analisar criticamente propostas curriculares de Matemática para a educação básica;
- d) desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos, buscando trabalhar com mais ênfase nos conceitos do que nas técnicas, fórmulas e algoritmos;
- e) perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente;
- f) contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica. (BRASIL, CNE/CES 1.302/2001, p.4)

Com relação as características acima descritas dos cursos de formação de professores Gatti e Nunes (2009) mostram indicadores relevantes acerca dos cursos de licenciatura em matemática os quais indicam três tipos de cursos de licenciatura em Matemática,

[...] os que investe em formação específica em Matemática e se aproximam dos cursos de bacharelado; os que investem em formação básica de Matemática e se aproximam dos cursos de bacharelado; os que investem

em formação básica de Matemática e algumas disciplinas pedagógicas; e os que oferecem formação específica de Matemática, disciplinas atribuídas à área de Educação Matemática e à área de Educação. (VOIGT, 2012, p. 41)

Neste sentido, os cursos de Licenciatura em Matemática estão formando profissionais com perfis divergentes das orientações propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Estudos de Pires (2008) mostram outros problemas na formação de professores de matemática como a falta de integração dos futuros professores e das futuras professoras na discussão sobre os currículos de matemática.

Ao chegar à Universidade, o aluno já passou por um longo processo de aprendizagem escolar e construiu para si uma imagem dos conceitos matemáticos a que foi exposto, durante o ensino básico. Assim, a formação do matemático demanda o aprofundamento da compreensão dos significados dos conceitos matemáticos, a fim de ele possa contextualizá-los adequadamente. O mesmo pode-se dizer em relação aos processos escolares em geral: o aluno chega ao ensino superior com uma vivência e um conjunto de representações construídas. É preciso que estes conhecimentos também sejam considerados ao longo de sua formação como professor. (BRASIL, CNE/CES 1.302/2001, p.4)

De acordo com o Conselho Nacional de Educação, o futuro professor e a futura professora de Matemática trazem as experiências vividas para sua formação, fato que deve ser considerado e retomado para ampliar o processo de ensino e aprendizagem acadêmica.

É relevante trazer ainda a constatação de Gatti e Nunes (2009), em suas pesquisas acerca dos cursos de licenciatura, que mesmo com as adaptações trazidas pelas Novas Diretrizes, ainda prevalece nas licenciaturas dos professores especialistas a histórica ideia da ampla formação específica com um acanhado espaço para a formação pedagógica. Neste sentido, os cursos priorizam as disciplinas de cálculo que desenvolvem o profissional para o ensino somente dos componentes curriculares em detrimento dos conhecimentos pedagógicos que propiciam um olhar completo do estudante, no que se refere a aprendizagem, avaliação e afins.

3 REFORMAS CURRICULARES, CONFRONTOS E EMBATES NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E DA PROFESSORA DE MATEMÁTICA

Neste capítulo trataremos o desenvolvimento da história da educação brasileira tendo como base as reformas e leis que sustentam cada passo desta no decorrer dos tempos, também abordaremos as normatizações legais para a formação inicial em Matemática.

3.1 Reformas curriculares na formação do professor e da professora de Matemática

A história da educação brasileira é marcada por muitas reformas, uma vez que as mudanças governamentais são seguidas por outras áreas, conforme aponta Peralta (2019, p. 77) “pode-se dizer então que, reformas e mais especificamente reformas curriculares são palavras de sonoridade bem conhecida em nossa sociedade”. No estudo proposto o significado de reformas seria um conjunto de confrontos, embates e negociações entre os estudiosos no processo de implantação das diretrizes curriculares.

Um currículo e seus processos de organização, desenvolvimento e generalização, como política, são resultados de reflexões, negociações, discussões, debates, escolhas e decisões, mas sobretudo não nos esqueçamos da dimensão da disputa acerca do poder de transmitir, em larga escala, conceitos e valores. (PERALTA, 2019, p. 76)

A autora nos situa na concepção de currículo enquanto um processo que exige esforço para a tomada de decisões para seguir adiante ou recuar quando se fizer necessário, até que se atinja ao objetivo desejado, ou seja, em torno dos vários sentidos de currículo.

Para uma melhor compreensão dos currículos atuais acreditamos que seja necessário entender o processo de discussão nas diretrizes curriculares numa tentativa de expandir o estudo com relação ao ensino de Matemática.

Estudos de Peralta (2019) destacam que a primeira reforma imposta em nosso país foi a Reforma Francisco Campos, criada pelo Decreto nº 19402 de 14/11/1930, na qual criava o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública,

a qual se caracteriza pela organização ao ensino público, no entanto não estimou a articulação entre bastante as áreas do conhecimento, trazendo ainda o Sistema de avaliação bastante rigoroso e com caráter elitista. No que se refere à Matemática, nesta reforma, as principais preocupações de renovação estavam voltadas à modernização dos conteúdos e métodos de ensino, admitindo legalmente, iniciando no país a denominação Matemática para a disciplina que associou, Aritmética, Álgebra e Geometria, os quais a partir de então passaram a ser ensinados por um único professor ou uma única professora.

A pesquisadora ainda destaca a Reforma Capanema que propiciou a “renovação” em alguns segmentos do ensino, materializando a estrutura elitista e conservadora do ensino brasileiro como ainda o formato dualista do ensino secundário, propedêutico e profissional. Para o ensino de Matemática foram propostos programas que apresentavam diferenças em relação aos de 1931, mesmo com a unicidade da Matemática escolar teve supressão do ensino concomitante da aritmética, álgebra e geometria em torno da noção de função, expondo um retrocesso em algumas ideias de Euclides Roxo implementadas na Reforma Campos. O programa de Matemática era amplo e bastante extenso, sendo difícil de ser ministrado em apenas três aulas semanais, o currículo, que visa determinar o caminho a seguir, representando uma proposta de organização envolvendo os conteúdos a serem estudados, não abordava a unicidade da Matemática, apresentando aritmética, álgebra, geometria e trigonometria de forma isolada cabendo ao professor a missão de iniciar uma, esgotar todo o conteúdo e somente depois começar a outra. Um grande desafio permeado por imposições e sem espaço para discussões e argumentações.

Na década de 1950 o Ministro da Educação Simões Filho, iniciou uma nova revisão e simplificação dos programas e conteúdos de ensino, visando acolher a crescente diversidade da população escolar comparada às décadas anteriores, buscando reparar um

[...] desajustamento desses programas com o nível de assimilação da população escolar, cujas faculdades intelectuais, ainda mal desabrochadas, não a habilitavam a abranger a enorme soma de deveres e atividades de aprendizagem oferecidas ao seu conhecimento. (MARQUES, 2005, p. 52)

Nesta perspectiva, a Portaria Ministerial nº 966, de 02 de outubro de 1951 instituiu os Programas Mínimos, consentindo que cada Estado organizasse planos de ensino próprios desde que pudessem adaptá-los às suas particularidades.

Com relação aos processos de ensino e de aprendizagem da Matemática, o cenário educacional brasileiro a partir de 1960 foi caracterizado pelo Movimento da Matemática Moderna (MMM), que de acordo com Valente (2008, p. 584) “é a expressão utilizada no âmbito dos estudos sobre o ensino da Matemática, que caracteriza um período em que se elaboram novas referências para o ensino da disciplina.” sustentando-se no tripé teoria dos conjuntos, estruturas matemáticas, lógica matemática, tendo como objetivando principalmente apresentar a Matemática de maneira axiomática e unificada, com uso de linguagem matemática concisa e justificações rígidas.

Tais propostas adquiriram força através das ações para formações de professores desenvolvidas pelo Grupo de Estudos do Ensino de Matemática (Geem) fundado em 31.10.1961 na cidade de São Paulo com sede na Universidade Mackenzie e tendo por fundador e presidente o professor Osvaldo Sangiorgi. As “diretrizes nacionais para a Matemática Moderna se deram por meio de cursos, palestras e de sugestões que foram propostas pelo Geem e posteriormente publicadas” (Oliveira, 1989, p. 65-66), fato que apresentou um progresso com relação a valorização da participação dos professores na elaboração e implantação de diretrizes curriculares, pouco comum até o momento.

A principal reforma ocorrida durante a Ditadura Militar foi a LDBEN nº 5691/71, que introduziu alterações profundas nos níveis de ensino primário e médio com a fusão entre o primário e ginásio, de acordo com Peralta (2019), passando a ser ensino de primeiro grau e o ensino médio, de segundo grau, que a partir de então passou a ser profissionalizante com três ou quatro anos de duração, no intuito de que os egressos entrassem imediatamente no mercado de trabalho. Assim, a educação e por decorrência o ensino de Matemática teve sua organização objetivando “estabelecer uma relação direta entre Sistema educacional e sistema operacional, subordinando a educação à produção” (NASCIMENTO, 2007, p. 83). Assim, não havia espaço para o debate e muito menos formas de implantação de mudanças curriculares.

Anos depois, a LDBEN nº 9394/96 traz um marco para a educação sendo baseada no princípio da democratização da educação, no artigo 1º traz que “A

educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996), trazendo ainda a composição de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio com a finalidade de “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996). Com relação ao Ensino Superior a referida lei dispõe que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Assim, na LDB, os processos formativos de ensino incidem nas ações propostas a alcançar as finalidades da educação que, de acordo com o artigo 21, está dividida em dois níveis: educação básica e educação superior.

3.2 Considerações das normatizações oficiais para a formação inicial do professor e da professora de Matemática

Entende-se que, a formação inicial dos professores e das professoras de acordo com Imbernón (2011), fornece embasamentos para a construção do conhecimento pedagógico especializado na perspectiva de propiciar ao professor e a professora um conjunto de conhecimentos e experiências científica, cultural, contextual, psicopedagógico e pessoal, de modo a contribuir no enfrentamento da complexidade do sistema educativo. Para Tardif (2010), a formação inicial tem como missão habituar os estudantes e as estudantes, futuros professores e futuras professoras, à prática profissional da profissão na intensão de fazer deles práticos e reflexivos.

Para que este profissional possa desempenhar um bom exercício em sua prática educativa é necessário compreender o currículo, que na concepção de Sacristán (2013), é essencial para o exercício do magistério, visto ser um ponto de referência que mesmo de forma paradigmática, permite a apreciação das relações entre as orientações teóricas e realidade prática, os modelos ideais de escola e a escola possível. Este mesmo autor nos auxilia na compreensão de que o currículo não se trata somente de um documento enrijecido, mas de um todo complexo,

envolvendo distintos atores e extratos sociais, sendo produto de constante (re)construção definidas a partir das diversas instancias que se apresentam a ele.

Pacheco (2005) considera o currículo como um programa de ensino que determina distintos conteúdos, um projeto educacional que objetiva a formação crítico-emancipadora dos sujeitos nele inseridos. Com relação ao currículo em Matemática os estudos de Godoy (2016) analisam o papel das disciplinas escolares a partir das questões da contemporaneidade, entendendo a Matemática como prática social, cultural e política, e defendendo um ensino mais igualitário.

Para que o professor egresso e a professora egressa tenham condições mínimas de preparo acadêmico e consiga exercer seu ofício com tranquilidade o Ministério da Educação e Cultura – MEC, estabelece as diretrizes curriculares, pareceres e leis a partir de documentos oficiais que norteiam as atividades acadêmicas, como a matriz curricular que será efetivada nas universidades, sendo imprescindíveis para uma formação de qualidade.

A década de 1960 marcou significativas transformações curriculares para a Educação Superior, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961 trouxe um primeiro modelo federativo de administração da educação brasileira, conforme aponta Junqueira e Manrique (2015). Com a criação do Conselho Federal de Educação – CFE, foram fixados conteúdos mínimos e duração dos Cursos Superiores como o de Licenciatura em Matemática, que passou a ter a duração de quatro anos com uma nova formatação com a formação pedagógica simultaneamente a outras disciplinas acadêmicas, assim não seria mais necessário fazer um curso de bacharelado e depois complementar a licenciatura, a partir de então os cursos de bacharelado e licenciatura seriam independentes.

No Parecer nº 295 de 14 de novembro de 1962, de acordo com Ziccardi (2009), o currículo mínimo para o Curso de Licenciatura em Matemática deveria ser ministrado com a duração de quatro anos em um único curso, abrangendo as disciplinas de Desenho Geométrico e Geometria Descritiva, Fundamentos da Matemática Elementar, Física Geral, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Analítica, Álgebra e Cálculo Numérico. Em Fundamentos da Matemática Elementar é recomendada a análise e revisão dos assuntos ensinados nos cursos ginasial e colegial, da época visando o seu aprofundamento. Considerando assim que o futuro professor e a futura professora necessitavam se familiarizar com o

aluno e os métodos de ensino da Educação Básica, apesar de reduzir de 1/4 para 1/8 da carga horaria total do curso e na maioria dos casos eram ministradas em instituições superiores separadas, provocando um distanciamento com relação as disciplinas da Ciência de Referência, oferecidas pelos institutos, e as disciplinas das Ciências da Educação, nas faculdades de Educação.

O Parecer nº 295/62 (BRASIL, 1962) recomendava, que nos cursos de formação de professores, fossem oferecidas disciplinas de formação pedagógica obrigatórias tais como Psicologia da Educação (adolescência e aprendizagem), didática e Elementos da Administração Escolar e Prática de Ensino na matéria de habilitação (sob a forma de estágio supervisionado).

Os cursos de licenciatura foram criados na década de 1930, numa época que eram tidos como uma parte “menos nobre” das universidades, conforme aponta Junqueira e Manrique (2015), somente após dezoito anos a Lei 5.540/68 definida como Reforma Universitária, traz encaminhamentos para melhorar o Ensino Superior. A Lei 5.692, em 1971, trouxe novas orientações sendo substituída pela Lei 9.394/96, que estabeleceu como um dos deveres das universidades a definição dos currículos de seus cursos e programas, de acordo com as diretrizes gerais pertinentes, permitindo assim que a avaliação da Educação Superior ficasse em evidência entre as políticas educacionais, tanto norteando as diretrizes do MEC, como orientando suas ações concretas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2001) para os Cursos de Licenciatura em Matemática, orientam que, o professor egresso e a professora egressa de um curso de licenciatura precisam apresentar uma apropriada preparação para sua carreira e de forma que a Matemática seja usada essencialmente como um processo contínuo de aprendizagem, bem como, uma formação pedagógica que esteja voltada para a prática, possibilitando a vivência crítica da realidade e uma formação geral complementar abrangendo outros campos do conhecimento, os quais são imprescindíveis ao exercício do magistério.

De acordo com Garcia (2003, p. 64, *apud* Ludwig, 2007, p. 3),

Os profissionais formados nos cursos de Matemática devem ter uma visão abrangente do papel social do educador na sociedade; capacidade de compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias; participar de programas de formação continuada e trabalhar em equipes multidisciplinares; capacidade de comunicar-se matematicamente e compreender Matemática, de estabelecer relações com outras áreas do conhecimento, de expressar-se com clareza, precisão e objetividade.

Neste contexto, percebe-se a necessidade de formar professores e professoras que sejam capazes de refletir sobre sua prática educativa, possibilitando seu crescimento intelectual, condição fundamental para as transformações que se fazem necessárias na Educação, além da atualização profissional com sua área e ainda com outras áreas do conhecimento. Um profissional com estes requisitos certamente desenvolverá um trabalho qualitativo que irá beneficiar a aprendizagem estudantil.

O Parecer CNE/CES 1.302/2001 enfatiza que “os cursos de Licenciatura em Matemática trazem como objetivo principal a formação de professores para atuar na Educação Básica” o que reforça a ideia de que o curso visa formar professores e professoras que atuem no Ensino Fundamental e Médio, destacando que o professor deve ter como características: a concepção de que exerce um papel social, sendo sensível à interpretação das ações dos estudantes, compreender que a Matemática está atrelada ao exercício da cidadania e que o “conhecimento matemático pode e deve ser acessível a todos”, tendo ainda a consciência “de seu papel na superação dos preconceitos, traduzidos pela angústia, inércia ou rejeição” fato corriqueiro no exercício do ensino e aprendizagem.

Assim, o professor e a professora devem exercer seu papel no magistério, tendo consciência de que ser professor exige além de ensinar os conteúdos específicos da disciplina, a compreensão do contexto social no âmbito escolar, podendo inclusive modificar a realidade local.

De acordo com Gatti e Nunes (2009), em decorrência do Parecer CNE/CP 009/2001, estas competências são indispensáveis à ação docente, sendo consideradas essenciais para o desenvolvimento dos Cursos de Licenciatura, como ainda a proposta pedagógica, especialmente do currículo e da avaliação, quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação.

Para concluir este capítulo trazemos a chegada da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), que vem como uma expectativa no auxílio dos desafios no ensino no Brasil, estudos apontam que uma das formas de alcançar a equivalência na educação está relacionada à concepção daquilo que se espera que os estudantes alcancem desde o trajeto escolar em casa e em cada um dos componentes curriculares que se estuda na escola.

Analisando os documentos da BNCC verificamos o pressuposto de que “a aprendizagem em Matemática está intrinsecamente relacionada à compreensão, ou seja, à apreensão de significados dos objetos matemáticos, sem deixar de lado suas aplicações. Os significados desses objetos resultam das conexões que os alunos estabelecem entre eles e os demais componentes, entre eles e seu cotidiano e entre os diferentes temas matemáticos”. (BRASIL, 2017. p.276). Assim percebemos que neste estudo enfatiza que cabe ao professor e a professora o trabalho com métodos diversificados como: jogos lúdicos, raciocínio lógico, planilhas eletrônicas que instiguem o estudante a desenvolver competências e habilidades compreendendo o papel essencial da utilização da Matemática. Mas até que ponto o desafio de aplicar tais técnicas seria obrigação somente do professor ou da professora de Matemática?

Com a homologação da BNCC, as redes de ensino públicas e escolas particulares tiveram diante de si a tarefa de construir currículos, com base nas aprendizagens essenciais estabelecidas, passando, assim, do plano normativo propositivo para o plano da ação e da gestão curricular que envolve todo o conjunto de decisões e ações definidoras do currículo e de sua dinâmica. (BRASIL, 2017, P. 22). Ressalta-se que se faz necessário a construção de um planejamento com base na igualdade educacional deve ser atendida e considerada as particularidades existentes, ou seja, um conjunto de orientações que norteará os sistemas e rede de ensino, cabendo os mesmos a aprimoração a partir das propostas pedagógicas que abordem os temas contemporâneos.

Os cursos de Licenciatura em Matemática também se inserem neste contexto a partir do pressuposto que na formação inicial deve-se possibilitar aos estudantes a ampliação de sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza bem como as competências e habilidades propostas na BNCC com a utilização de métodos que foquem as vivências capazes de preparar os estudantes tornando-os reflexivos sobre o mundo e nele atuar. A BNCC (2017, p.60) afirma que o estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação.

Estudando a proposta da BNCC em relação ao ensino de Matemática percebemos que de fato as competências e habilidades ali postas trazem muitas respostas aos anseios de muitos pesquisadores na área e que seriam perfeitas se respeitassem as individualidades de cada região do país e não trouxesse um roteiro que priva o professor e a professora de incluir as peculiaridades de suas turmas, o que traz inúmeras críticas destes profissionais, sendo ainda um desafio sua prática no cotidiano escolar. Novamente nos vem uma indagação, até que ponto esta proposta de fato trará reais benefícios?

4 IDENTIDADE DOCENTE E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E DA PROFESSORA DE MATEMÁTICA

Neste capítulo discutiremos a identidade docente e suas implicações na formação inicial e na prática do professor e da professora de Matemática no chão da escola. Iniciaremos as discussões trazendo os conceitos e concepção de identidade docente, bem como a constituição desta identidade na formação inicial.

4.1 Conceitos preliminares acerca da identidade docente

Estudos de Dubar (1998, *apud* Costa e Silva 2003, p. 92) nos mostram que “a identidade incorpora as representações do sujeito sobre si próprio e sobre os outros e, neste sentido, são construídas numa dinâmica de interação permanente na qual intervém as próprias representações de si e o olhar do outro”. Assim, percebemos que a identidade de cada pessoa se constrói a partir de suas relações sociais e culturais.

Para Garcia, Hypolito e Vieira (2005), a identidade profissional docente parte das

posições de sujeito que são atribuídas, por diferentes discursos e agentes sociais, aos professores e às professoras no exercício de suas funções em contextos laborais concretos. Refere-se ainda ao conjunto das representações colocadas em circulação pelos discursos relativos aos modos de ser e agir dos professores e professoras no exercício de suas funções em instituições educacionais, mais ou menos complexas e burocráticas. (p. 48).

Compreende-se assim que a identidade docente se forma a partir das vivências do professor e da professora, do meio em que desenvolve sua profissão e das relações com seus pares.

De acordo com Lasky (2005), a identidade profissional é a maneira que professores e professoras se definem como também definem os outros, sendo a constituição do “si mesmo” profissional que vai evoluindo no decorrer da carreira docente podendo ter influência da escola, reformas e assuntos políticos, que “inclui o compromisso pessoal, a disposição para aprender a ensinar, as crenças, os valores,

o conhecimento sobre a matéria que ensinam, assim como sobre o ensino, as experiências passadas, assim como a vulnerabilidade profissional” (Lasky, 2005).

É necessário entender que o conceito de identidade docente parte da realidade, evolução e desenvolvimento pessoal e coletivo, ao longo da vida em um processo de interpretação intrínseco que não tem estabilidade. É consequência de um complexo e dinâmico equilíbrio do próprio conceito como profissional e da harmonização com uma multiplicidade de papéis que professores e professoras acreditam que devem exercer. (BEIJAARD, MEIJER, & VERLOOP, 2004).

Conforme aponta Sachs (2001), a identidade docente estabelece um processo ajustado, aberto e em transformação que “é mediado pela sua [dos professores] experiência nas escolas e fora delas e pelas suas próprias crenças e valores sobre o que significa ser professor e o tipo de professor que aspiram vir a ser” (2001a, p. 154). Neste sentido, a identidade profissional não é uma entidade estável ou fixa, é “um lugar de lutas e de conflitos” e “um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão” (NÓVOA, 1992, p. 16).

Estudos de Beijard, Meijer e Verloop (2004) acerca do termo identidade categorizam em três tipos: centrados na formação da identidade profissional docente, que pesquisam as características da identidade profissional, e a identidade exibida através das histórias dos professores e das professoras. Ainda indicam que a identidade não constitui “um atributo fixo de uma pessoa, mas um fenômeno relacional” (BEIJAARD; MEIJER; VERLOOP, 2004, p. 108), também entendido como “autocompreensão” (KELCHTERMANS, 2005).

Sachs (2001, p. 15), argumenta que a identidade “constitui o âmago da profissão docente. Ela proporciona um quadro de referência para professores e professoras construírem as suas próprias ideias sobre ‘como ser’ professor, ‘como agir’ e ‘como compreender’ o seu trabalho e o seu lugar na sociedade”. Compreende-se então que o professor e a professora partem da sua identidade para desenvolver suas ações pedagógicas num “espaço contínuo de luta” (MACLURE, 1993, p. 313).

Beijaard, Meijer e Verloop (2004), em uma revisão de vinte e duas pesquisas acerca da identidade docente, encontraram alguns laços: processo contínuo, dinâmico e não estável nem fixo; sugere a pessoa e o contexto; associa um conjunto de sub-identidades harmônicas em termos gerais; abrange o trato do professor e da professora na arte de desenvolvimento profissional.

4.2 Compreendendo a identidade docente na formação inicial

Acreditamos que “quem forma se forma e re-forma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 1996, p. 67). A maneira que o sujeito se relaciona com o outro e o conhecimento de mundo são circunstâncias formativas. Neste sentido, consideramos que o conhecimento profissional do professor e da professora é um conjunto de saberes teóricos e experienciais, que se anunciam em um saber agir segundo a situação e em consonância com o contexto do indivíduo (FREIRE, 1996).

Os cursos de formação inicial, de acordo com Reis (2011), colaboram para que professores e professoras desenvolvam ou fortaleçam a sua identidade para os outros, para lidar com colegas e estudantes.

A identidade docente é construída no decorrer da vida escolar, acadêmica e profissional, tendo como perspectiva juntar as identificações do passado com as do presente para no futuro ter uma identidade bem definida e completa. Neste sentido, Nóvoa (1997, p. 33) defende que,

(...) não há dois professores iguais e que as identidades que cada um de nós constrói como educador baseia-se num equilíbrio único entre as características pessoais e os percursos profissionais. E a conclusão de que é possível desvendar o universo da pessoa por meio da análise da sua ação pedagógica: Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és.

Corroborando com esta perspectiva, Pimenta (2002), defende que se constrói a partir da significação social da profissão, da reafirmação de práticas aplicadas culturalmente e que continuam expressivas, estando diretamente conexa a significação que cada professor,

enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano, a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e seus anseios, no sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos. (PIMENTA, 2002, p. 19)

Entendemos de acordo os argumentos, que a identidade docente experimenta um processo de evolução e influência de tudo e todos que nos cercam, descrevendo quem somos, se desdobrando na nossa própria imagem.

O estudo de Guimarães (2010), confirma esta ideia, quando afirma que a identidade docente é construída não somente de maneira individual, mas na afinidade com os pares e cursos de formação, explicando ainda que,

A identidade profissional que os professores individual e coletivamente constroem e a forma como a profissão é representada estão intimamente ligadas. Assim, as características que a profissão docente foi adquirindo historicamente e as formas objetivas que contribuíram para que essas características se formassem são interdependentes. Neste sentido, é razoável esperar que os cursos de formação – a qualidade, o enfoque e até mesmo a elevação da formação ao nível de curso superior – exerçam influência na construção da identidade profissional dos professores. (GUIMARÃES, 2010, p. 59)

Assim, a identidade docente pode ser entendida como uma construção que perpassa a vida profissional sendo modelada e aprimorada conforme as relações e diálogo com os outros, quer se estabeleça no ambiente familiar, escolar ou social.

De acordo com estudos de Santana (2012), atualmente, na formação inicial de professores e professoras, há uma inquietação na maneira de construção da identidade docente que corrobora com Rocha e André (2010, p. 78) quando definem as licenciaturas como “espaço específico do desenvolvimento profissional das aprendizagens docentes, pois é nesse lócus formativo que aprender a ensinar e ensinar para aprender o ofício de ser professor se dá num *continuum*”. O tema da construção de identidade docente ainda tem pouca abordagem nas licenciaturas, mas vem acendendo a cada ano, visto a necessidade de observação de como os professores e as professoras em serviço lidam com os conteúdos conexos à prática que, certamente terão influência em sua formação.

A construção da identidade docente ainda traz amplas discussões acerca das maneiras que o sujeito se relaciona com as suas representações sociais. Pimenta (2009) avalia que a identidade,

Não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como as demais emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta às necessidades que estão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade. (PIMENTA, 2009, p. 18)

Neste sentido, reforça-se a ideia de que a identidade profissional docente não pode estar desvinculada da identidade pessoal, o que Nóvoa (1997) especifica na discussão do papel de construção dos memoriais,

Os momentos de balanço retrospectivo sobre os percursos pessoais e profissionais são momentos em que cada um produz a sua vida, o que no caso dos professores é também produzir a sua profissão. Por isso, a resignificação da identidade das professoras enquanto pessoa reflete diretamente na resignificação da identidade profissional, o que influencia a prática pedagógica das mesmas e a profissão docente como um todo. Dessa maneira, compreende-se a importância da utilização dos memoriais no processo de formação de professores como forma de construção de identidade. (NÓVOA, 1997, p. 38)

Percebe-se assim a relevância de ter um instrumento de reflexão da formação docente, os memoriais, principalmente nos cursos de licenciaturas, embora estes sejam pouco utilizados na academia.

Estudos de Santos e Silva (2016, p. 1), apontam que no âmbito profissional a identidade tem influência de uma “série de variáveis como: *status* social, remuneração, formação, contexto histórico e mercado de trabalho”, se constituindo ainda pela experiência e influência mútua com seus pares e outros profissionais. Corroborando com este pensamento, Pimenta (2000, p. 19) nos mostra que “uma identidade profissional se constrói a partir da significação social da profissão, da revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições”. Neste sentido fica evidente que para ter prazer profissional e realizar um bom trabalho o professor e a professora precisam estar satisfeitos com sua condição de vida e anseios profissionais.

Observando a qualidade do processo de formação do professor e da professora de Matemática no Brasil, Fiorentini (2008) lembra que as transformações advindas das políticas voltadas para a formação de professores após a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, articuladas às novas exigências com relação ao trabalho na sociedade e a consolidação de novas políticas educacionais tiveram impacto principalmente no trabalho docente e, assim, afetando a constituição da identidade do professor e da professora de Matemática. Esse argumento oferece limitações para a construção da identidade docente “[...] como um profissional intelectual e pesquisador de seu campo de trabalho, em condições, diante das demandas sociais, de produzir e renovar continuamente os conhecimentos de seu campo de trabalho” (FIORENTINI, 2008, p. 55).

Neste mesmo sentido, para Oliveira (2004), a forma como se desenvolve o processo de formação inicial para a docência tem interferência na constituição da identidade profissional de professores e professoras de Matemática que se deparam iniciando a carreira. A autora observa que a construção da

identidade profissional faz parte de um processo que molda o comportamento do sujeito de maneira peculiar e permitindo diversas dimensões sem deixar de conter a sua história de vida. Nesse aspecto, a formação inicial é um dos fatores que intervém de forma relevante, distinguindo um pouco do que representa ser um professor ou uma professora de Matemática.

Cremos que partindo de estudos nos processos de constituição da identidade docente, será possível colaborar com os resultados para a qualidade das práticas de formação dos professores e professoras, e da educação num contexto geral.

Com relação à abordagem do tema nas licenciaturas, acreditamos que o professor e a professora em formação perpassam por um processo de construção identitária, ao refletir sobre suas experiências e escrita destas em seus memoriais, fato que certamente será influenciador na constituição da sua identidade e como da sua prática pedagógica.

Analisando os estudos evidenciados nesta pesquisa todos os pesquisadores concordam que a identidade é construída, ninguém nasce pronto, vai se constituindo ao longo da vida de cada um nas relações com o ambiente de vida, a cultura e com outras pessoas, podendo ser delineada como um processo profundamente reflexivo, assim as características do cotidiano profissionais, como saberes e fazeres faz-se presente.

Atuando no ensino, seja em qual for o nível de escolaridade, o profissional deve ter formação especializada para o exercício de sua profissão, visto que seja qual for o profissional, necessita de uma qualificação mínima para a sua atuação.

5 DESCREVENDO OS CAMINHOS, A METODOLOGIA

A seguir delinearemos os caminhos trilhados para o desenvolvimento desta pesquisa, seus aspectos metodológicos, tipologia, campo, etapas, além dos instrumentos para a coleta de dados. O processo de construção de conhecimento resulta da relação interativa entre o sujeito e sua realidade, partindo de um processo que abrange intencionalidades e um conjunto de determinações socialmente construídas. Em um rico universo de pesquisas, buscamos o que mais se encaixasse ao objeto em estudo, escolhendo assim a pesquisa qualitativa para ser o alicerce.

Nesse contexto, a compreensão do objeto de estudo, o Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ, é essencial penetrar na sua essência, ultrapassar o que se manifesta em sua aparência, capturando-o na sua historicidade, mediações e contradições. Ao adotar esse processo investigativo, temos o entendimento de pesquisa como,

Uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (MINAYO, 1993, p.16)

Assim, o procedimento de apropriação teórico-prático desse objeto de estudo, o Curso de Licenciatura em Matemática, se desenvolveu em um contexto, situado, na Faculdade do Belo Jardim, sendo sustentado no entendimento de que é um fenômeno histórico e social, movido por transformações na sua trajetória.

A pesquisa se configura numa abordagem qualitativa, de acordo com Oliveira (2014), partindo do princípio da reflexão e análise da realidade observada pelo pesquisador através de técnicas que facilitaram na compreensão do objeto de estudo, resultando na criação de abordagens inovadoras, revisão e criação de conceitos e categorias no decorrer da investigação.

Tivemos como campo de pesquisa a FBJ, localizada no município de Belo Jardim à aproximadamente 180 km da capital, região do agreste pernambucano, uma cidade em pleno desenvolvimento nos seus atuais noventa e três anos de emancipação política. A instituição tem contribuído de forma

significativa com a formação de professores e professoras em nível superior para o município, regiões e Estados circunvizinhos há quarenta e seis anos, merecendo assim nossa atenção e prestígio.

Para a efetivação desta pesquisa foram consultados autores que comunicam em seus estudos e pesquisas a relevância da Licenciatura em Matemática. Realizou-se um aprofundamento teórico acerca do tema de pesquisa, buscando posicionar nosso objeto de estudo no conjunto das discussões teóricas que embasaram nosso estudo da trajetória histórica do Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ, as matrizes curriculares do Curso à luz da identidade docente, e ainda o diagnóstico do corpus documental de formação do professor e da professora de Matemática nas décadas de 1970, 1980 e 2010, a escolha deste período se deu por a primeira década se tratar da primeira matriz, ainda Licenciatura Curta, a segunda a primeira matriz da Licenciatura Plena e a última década ser a atual no momento da pesquisa.

Inicialmente realizou-se a uma pesquisa teórico-científica para argumentação do problema da pesquisa. Posteriormente, em contato com a presidência e direção da instituição, obtivemos permissão para realização da pesquisa afim de coletar os documentos que tratam das matrizes curriculares, como também a trajetória histórica da FBJ especialmente do Curso de Licenciatura em Matemática da Instituição. Utilizamos como procedimento a pesquisa bibliográfica com análise documental.

Com relação à pesquisa bibliográfica se constitui naquela que utiliza livros, revistas, jornais, artigos para dar o embasamento teórico fundamental para a fundamentação, etapa inicial de toda pesquisa científica caracterizando-se pelo levantamento de toda a bibliografia já publicada em livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, tendo como finalidade permitir ao pesquisador contato direto com todo acervo bibliográfico-científico já existente sobre determinado assunto (LAKATOS & MARCONI, 2006, p. 43 – 44).

A análise documental é uma técnica importante na pesquisa qualitativa, no entanto requer cuidados no manuseio de acordo com Bacellar (2010), por se tratar de documentos antigos que em sua maioria apresentam fragilidades decorrentes do tempo como ainda o entendimento do contexto da época. Desta forma, utilizou-se como instrumento de coleta de dados os documentos que tratam da história da instituição e as matrizes em estudo.

Iniciamos as pesquisas bibliográficas em periódicos, livros e artigos afim de entender a trajetória dos Cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil e o Currículo de Matemática no Ensino Superior. Fizemos também uma investigação nos documentos da instituição e livros de escritores locais para historiar a trajetória da FBJ especialmente com relação ao Curso de Licenciatura em Matemática.

Ainda foi realizada a coleta das matrizes curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ desde o seu reconhecimento no intuito de avaliar a estrutura, avanços e recuos a partir destes documentos à luz da identidade docente.

No intuito de selecionar os instrumentos de coleta de dados quanto aos documentos analisamos as matrizes curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática homologadas nas décadas de 1970, 1980 e 2010, visto que nos dois primeiros houve a mudança da Licenciatura Curta para a Plena e a última traz as matrizes atuais vivenciadas na instituição durante a pesquisa.

O desenvolvimento científico e tecnológico teve como metas a melhoria das condições da vida humana, considerando o bem do ser humano, assegurando a inexistência de quaisquer danos de ordem física, psicológica ou administrativa devido às atividades de pesquisa, sem acarretar nenhum risco de ordem física, psicológica ou administrativa visto se tratar de análise de documentos da instituição de ensino campo de pesquisa.

Analizando as possibilidades de análise optamos pela análise de conteúdo que segundo Bardin (2011), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações objetivando alcançar por métodos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores, quantitativos ou qualitativos. Sendo ainda definida como "conjunto de técnicas de análise das comunicações" apostando no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto. Refere-se ao estudo de textos e documentos. É uma técnica de análise de comunicações, tanto associada aos significados, quanto aos significantes da mensagem. Utiliza tanto procedimentos sistemáticos e ditos objetivos de descrição dos conteúdos, quanto inferências e deduções lógicas.

As categorias presentes nesta pesquisa foram a formação inicial de professores e professoras de Matemática, e currículo do Curso de Licenciatura em Matemática no intuito de ter embasamento para o desenvolvimento dos objetivos propostos na pesquisa.

Os documentos analisados com base nos estudos acerca do currículo de Matemática no Ensino Superior os quais foram analisados em consonância com os documentos apresentados no estudo.

6 DELINEANDO AS MARCAS E OS TRAÇOS, A ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo destacamos pontos relevantes da retrospectiva histórica da interiorização do Ensino Superior em Pernambuco, iniciando com o percurso inicial das treze Autarquias pernambucanas. Logo em seguida abordamos a história da Faculdade do Belo Jardim nosso objeto de pesquisa até os dias atuais. E por fim tratamos das matrizes curriculares das décadas de 1970, 1980 e 2010 para analisar as fragilidades e assertividades destas à luz da identidade docente e de acordo com as exigências na formação do professor e da professora de Matemática.

6.1 Interiorização do Ensino Superior em Pernambuco: traços históricos das Autarquias Municipais

A interiorização do Ensino Superior é uma luta iniciada na década de 1970 tendo como base a Lei 5540 assinada pelo presidente da República em 1968 a qual deixou uma brecha para as instituições de ensino superior isoladas permitindo viabilizar a necessidade de criar mecanismos eficazes para diminuir as desigualdades sociais e regionais que marcaram nossa história.

A presença da Universidade brasileira durante a maior parte de sua existência esteve concentrada nos grandes centros urbanos e capitais das regiões centro-oeste, sul e sudeste. Da criação da primeira Universidade no Rio de Janeiro em 1920, apenas próximo da segunda metade do século passado as primeiras instituições foram organizadas na região nordeste do país. Nela o mesmo padrão de organização se reproduziu, de forma que as instituições criadas se constituíram nas capitais e regiões metropolitanas.

A universidade, portanto, configurou-se como ambiente restrito e privilegiado, uma vez que a dificuldade de acesso se materializou como fator impeditivo para contingentes expressivos da população. A presença de universidades públicas no interior do sertão nordestino, região marcada pela convivência com a seca e por limitações de ordens políticas e econômicas, é

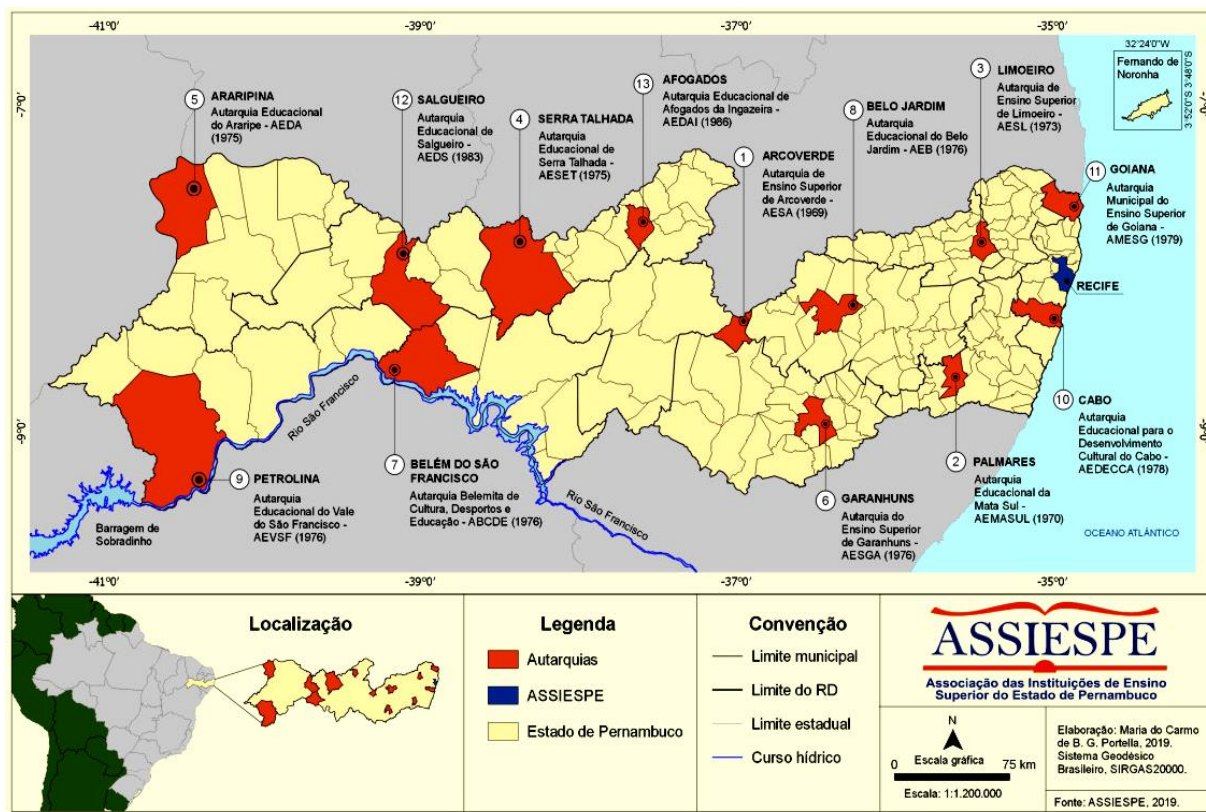
fenômeno ainda mais recente, tendo suas primeiras instituições criadas pelos governos locais apenas a partir da segunda metade do século XX.

No estado de Pernambuco a ausência de instituições de educação superior no interior foi um dos fatores que levou, nas décadas de 1970 e 1980, a criação das Autarquias Municipais de Ensino Superior, que permaneceu até os anos 1990 como as principais e em alguns casos a única forma de acesso à educação superior pela população cumprindo um importante e decisivo papel na formação principalmente pelos professores da região, desta forma, dando oportunidade a pessoas que não tinham as condições necessárias para dar prosseguimento aos estudos na Capital.

A Associação das Instituições de Ensino Superior do Estado de Pernambuco – ASSIESPE, sociedade civil sem fins lucrativos foi fundada em 18 de outubro de 1999 pelo professor Licínio Antônio Lustosa Roriz, abrangendo treze Autarquias Municipais de Ensino Superior no Estado de Pernambuco, tendo como objetivo principal o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico das instituições de acordo com as políticas nacionais, regionais, estaduais e municipais voltadas ao Ensino Superior. Entre os objetivos conforme consta no Estatuto da ASSIESPE, artigo 5º de quatorze de setembro de 2010, destaca-se a promoção de encontros, fóruns, eventos diversos na área da Educação Superior, produção cultural, científica e tecnológica, objetivando a formação de parcerias, integração, intercâmbio educacional, tecnológico e científico, discussão, avaliação de programas, projetos e políticas, moldadas para o desenvolvimento educacional, econômico e social da região como ainda a formalização de propostas coletivas de interesse dos associados.

A ASSIESPE se destaca na construção do diálogo identitário das autarquias, auxiliando no entendimento de mostrar quem eram estas instituições “soltas” no Estado de Pernambuco, as quais enfrentam dificuldades e tem possibilidades parecidas, necessitando de um projeto maior que os reunisse num mesmo propósito, fortalecendo as autarquias para que fossem reconhecidas como instituições públicas, podendo participar de editais públicos, diminuindo injustiças, promovendo a cidadania entre outras questões.

Figura 1 – Localização das Autarquias Municipais de Ensino Superior de Pernambuco associadas à ASSIESPE



Fonte: <http://www.assiespe.org.br/?url=autarquias>

As autarquias associadas à ASSIESPE estão distribuídas geograficamente em treze microrregiões como mostra a figura 1 e há décadas são responsáveis pela formação de boa parte dos professores que atuam na Educação Básica do Estado.

A seguir iremos destacar brevemente alguns pontos relevantes das autarquias pernambucanas a partir da ordem cronológica da fundação das autarquias pernambucanas no quadro 1 para uma dimensão temporal.

Quadro 1 – Relação das autarquias pernambucanas

	Autarquia Municipal	Fundação	Município
1.	Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde – AESA	1969	Arcoverde
2.	Autarquia Educacional da Mata Sul – AEMASUL	1970	Palmares
3.	Autarquia de Ensino Superior de Limoeiro – AESL	1973	Limoeiro
4.	Autarquia Educacional de Serra Talhada – AESET	1975	Serra Talhada

5.	Autarquia Educacional do Araripe – AEDA	1975	Araripe
6.	Autarquia Belenita de Cultura, Desportos e Educação – ABCDE	1975	Belém do São Francisco
7.	Autarquia Educacional do Belo Jardim – AEB	1976	Belo Jardim
8.	Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF	1976	Petrolina
9.	Autarquia Educacional para o Desenvolvimento Cultural do Cabo – AEDECCA	1978	Cabo
10.	Autarquia Municipal do ensino Superior de Goiana – AMESG	1979	Goiana
11.	Autarquia Educacional de Salgueiro – AEDS	1983	Salgueiro
12.	Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns - AESGA	1985	Garanhuns
13.	Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira – AEDAI	1986	Afogados

Fonte: A Autora, 2020

A partir das informações pontuadas no quadro 1, observamos que a história das autarquias inicia em 1969 com a fundação e início das atividades em Arcoverde, de acordo com Amaral (2021), sendo um importante polo comercial varejista e atacadista, de serviços e de entidades governamentais do interior do estado, a AESA, no ano seguinte à divulgação da LEI 5540/1968 que fixa as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior no Brasil, abrindo possibilidades para a abertura de novas Autarquias no interior do Estado.

No ano seguinte, a AEMASUL, localizada em União dos Palmares, iniciou suas atividades para a formação de professores e professoras no intuito de suprir os anseios da cidade e região, seguindo o exemplo da pioneira AESA. Na cidade de Limoeiro a indústria têxtil, o agronegócio e o comércio potente, desde a década de 1970, marcavam sinais de boas opções para a ampliação econômica local e de seu entorno, propiciando assim uma formação profissional habilitada para a atividade administrativa, surgindo assim em 1973 a AESL, que atendia as particularidades naquele momento histórico, iniciando a formação de bacharéis em Administração (FACAL, [2021]).

Em 1975 surge no mês de fevereiro a AESET no município de Serra Talhada, cidade polo em saúde, educação e comércio do Sertão Pernambucano,

devido a sua localização geográfica que liga a capital ao interior (AESET, [2021]). A IES tem como preocupação a formação profissional trazendo como missão a promoção de Ensino, Pesquisa e Extensão.

No mês de abril de 1975 iniciam-se as atividades na cidade de Araripina, que se encontra na fronteira entre os estados de Pernambuco, Piauí e Ceará, tendo uma vasta produção de gesso na região, e sediando indústrias, mineradoras e fábricas de pré-moldados, além da concentração de serviços na educação, saúde e comércio, e lojas e estabelecimentos comerciais conhecidas na região e no país. A primeira Faculdade criada a FAROPA – Faculdade de Formação de Professores de Araripina, inicia-se superando desafios, com o intuito primordial de promover educação em nível Superior para as novas gerações (AEDA, [2021]).

Em novembro de 1975 foi instituída a Faculdade de Formação de Professores de Belém do São Francisco – FAFORBE através da Lei nº 04/75 publicada no Diário Oficial da União (ABCDE, [2021]). No mesmo ano foi criada a Autarquia Belemita de Cultura, Desportos e Educação – ABCDE e a FAFORBE passou a ser denominada de Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco – CEVASF, ofertando o Curso de Estudos Sociais que posteriormente foi desmembrado em História e Geografia, sendo reconhecido somente em 1991, através da portaria nº 50 de 15.01.91, publicada no D.O. da União. Em fevereiro de 1994 foi autorizado o Curso de Ciências, Habilitação em Matemática, o qual foi reconhecido em 10 de maio de 2001, através da Portaria SE/PE nº 2829, publicada no D.O. de 11/05/2001.

O ano de 1976 foi marcado com o início das atividades de Ensino Superior na cidade de Belo Jardim, a então denominada na época Faculdade de Formação de Professores Gilberto Freyre – FESBEJA, visando facilitar o acesso ao Ensino Superior principalmente para as moças da cidade. Em 1975, a FESBEJA passa a ser Autarquia Educacional do Belo Jardim – AEB e no ano seguinte o Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento da agora Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim – FABEJA para a oferta de cursos de Licenciatura Curta em Ciências, Estudos Sociais e Letras (AEB, [2021]).

A Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE mantida pela Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF, pela lei municipal nº 25/76 de 19 de julho de 1976. A autorização de funcionamento deu-se

através da resolução nº 01/77 de 13 de janeiro de 1977 do Conselho Estadual de Educação.

No ano de 1978 foi instituída a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA, pela Lei Municipal n.º 1.214 de 29 de novembro de 1978, mantida pela Autarquia Educacional para o Desenvolvimento Cultural do Cabo – AEDECCA, iniciando suas atividades com autorização sob o Decreto Lei Federal n.º 85.993/81, para o Curso de Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo do 2º grau com Habilitação em Comércio e Administração, sendo reconhecida sob a portaria ministerial n.º 1.154 de 28/07/92 – D.O.U. de 29/07/92. A FACHUCA, vem oferecendo atualmente os Cursos de Bacharelado em Direito; Bacharelado em Administração; Licenciatura em Pedagogia; Licenciatura em Matemática; Tecnólogo em Recursos Humanos; Tecnólogo em Logística.

A Autarquia de Ensino Superior de Goiana – AMESG, mantenedora da Faculdade de Ciências e Tecnologia Professor Dirson Maciel de Barros – FADIMAB, tem assumido na Mata Norte de Pernambuco desde sua fundação em 1979 como Faculdade de Formação de Professores de Goiana – FFPG, mantendo “seu compromisso acadêmico com a formação de professores reflexivos que viesse a suprir a carência de uma prática didático-pedagógica voltada para o Ensino Fundamental e Médio da população. Privilegiando os Cursos de Graduação em Licenciatura, foram instituídos os Cursos de História, Geografia, Matemática, Ciências Biológicas” (AMESG, [2021]).

Percebe-se assim que a década de 1970 foi essencial para o crescimento das autarquias visto a necessidade de conquistar um diploma de curso superior, como ainda por causa do fenômeno ligado ao desenvolvimento industrial, exigindo uma qualificação profissional mínima na área técnica e mão de obra com mais habilidade e capacidade em executar as tarefas ofertadas.

Em 1983 foi criada a Autarquia Educacional de Salgueiro – AEDS, criada pela Lei nº 827/83, a qual mantém a Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central – FACHUSC, que foi autorizada através do Decreto Federal nº 90130 de 30/08/1984 (AEDS, [2021]).

A Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns – AESGA, foi instituída como Instituição Municipal pela Lei nº 2.174, de 23.08.1985, com a finalidade de manter a Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns – FAGA,

propiciando a criação de outras Instituições de Educação Superior (IES), visando atender a vocação da Cidade, conhecida em âmbito estadual, como um município Polo Educacional, assim a Autarquia se estruturou visando atender os vinte e quatro municípios compreendidos em sua área de abrangência (AESGA, [2021]).

Por fim em 1986 teve início as atividades acadêmicas da Faculdade do Sertão do Pajeú – FASP, representando a efetivação do projeto social de ampliar o acesso à educação em nível superior no contexto da microrregião do Sertão do Pajeú, formada por 17 municípios de médio e pequeno porte (AEDAI, [2021]). A Lei Municipal nº 01/86 de 14 de janeiro de 1986 cria a Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira – AEDAI que a partir daí manterá a Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira – FAFOPAI, a qual teve seu funcionamento autorizado pela Resolução do CEE-PE Nº 02 de 20 de abril de 1988, com a oferta dos cursos de Licenciatura em Letras, habilitação em português e Inglês e Licenciatura em Ciências, habilitação em Matemática.

Percebemos nas linhas e entrelinhas acima a história de lutas e superação de cada uma das treze autarquias citadas, cunhadas pelas necessidades educacionais e pela oferta de Ensino Superior da época e que vem avançando em meio a inúmeros desafios.

No quadro 2 abaixo trazemos o panorama de cursos ofertados pelas treze autarquias atualmente afim de identificar a demanda como ainda averiguar a oferta do Curso de Licenciatura em Matemática nestas instituições.

Quadro 2 – Panorama atual das Autarquias pernambucanas

Autarquia Municipal	Faculdade mantida	Cursos de Graduação ofertados
1.	Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde – AESA	Centro de Educação Superior de Arcoverde – CESA, ofertando treze cursos de ➤ Licenciatura em Biologia, História, Matemática, Educação Física, Letras e Pedagogia ➤ Bacharelado em Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Farmácia, Fisioterapia, Psicologia e Educação Física ➤ Tecnólogo em Gestão Comercial.
2.	Autarquia Educacional da Mata Sul – AEMASUL	Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL ➤ Bacharelado em Administração ➤ Licenciatura em Ciências Biológicas, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Química ➤ Tecnólogo em Gestão Comercial e Recursos Humanos.

3.	Autarquia de Ensino Superior de Limoeiro – AESL	Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro – FACAL	➤ Bacharelado de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Psicologia e Enfermagem. ➤ Licenciatura em Pedagogia, Física, Matemática.
4.	Autarquia Educacional de Serra Talhada – AESET	Faculdade de Formação de Professores de Serra Talhada – FAFOPST	➤ Bacharelado em Psicologia e Serviço Social ➤ Licenciatura em Matemática, Ciências Biológicas, Educação Física e História
5.	Autarquia Educacional do Araripe – AEDA	Faculdade de Formação de Professores de Araripina - FAROPA	➤ Licenciatura em Letras, Pedagogia e Matemática
6.	Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns – AESGA	Faculdades Integradas de Garanhuns – FACIGA	➤ Bacharelados em Administração, Direito, Secretariado Executivo Bilingue, Educação Física, Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo ➤ Tecnólogos em Gestão Hospitalar e Gestão de Recursos Humanos
7.	Autarquia Belenita de Cultura, Desportos e Educação – ABCDE	Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco - CEVASF	➤ Bacharelado em Administração, Engenharia Agrônoma, Educação Física, Farmácia ➤ Licenciatura em Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia
8.	Autarquia Educacional do Belo Jardim – AEB	Faculdade do Belo Jardim – FBJ	➤ Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção, Psicologia ➤ Licenciatura em Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia
9.	Autarquia Educacional do Vale do São Francisco – AEVSF	Faculdade de Petrolina – FACAPE	➤ Bacharelado em Administração, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Comércio Exterior, Direito, Economia, Secretariado Executivo e Turismo
10.	Autarquia Educacional para o Desenvolvimento Cultural do Cabo – AEDECCA	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA	➤ Bacharelado em Direito e Administração ➤ Licenciatura em Pedagogia e Matemática ➤ Tecnólogo em Recursos Humanos e Logística
11.	Autarquia Municipal do ensino Superior de Goiana – AMESG	Faculdade de Ciências e Tecnologia Professor Dirson Maciel de Barros – FADIMAB	➤ Licenciatura em História, Matemática, Ciências Biológicas, Letras e Pedagogia ➤ Bacharelado em Administração, Direito e Educação Física
12.	Autarquia Educacional de	Faculdade de Ciências Humanas do Sertão	➤ Bacharelados em Ciências Contábeis, Direito, Educação Física

	Salgueiro – AEDS	Central – FACHUSC	e Psicologia ➤ Licenciaturas em Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia
13.	Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira – AEDAI	Faculdade de Formação de Professores de Afogados da Ingazeira – FAFOPAI	➤ Bacharelado em Direito ➤ Licenciatura em Pedagogia, História, Matemática e Letras

Fonte: A Autora, 2020

A partir dos dados evidenciados no quadro 2 acima percebemos que as autarquias trazem contribuições significativas para o desenvolvimento em distintas regiões pernambucanas demonstrando sinais de que é possível que a educação possa reduzir as desigualdades sociais, colaborando para o desenvolvimento uniforme de Pernambuco.

Dentre as treze autarquias observamos que doze ampliaram os cursos ofertados incluindo além das Licenciaturas, cursos de Bacharelado, uma oferta somente cursos de Bacharelado, a Autarquia Educacional do Vale do São Francisco, e uma oferta somente curso de Licenciatura, a Autarquia Educacional do Araripe. Fato que mostra a relevância e necessidade pelos cursos de Licenciatura da comunidade local e circunvizinha.

Dentre os diversos cursos de licenciatura e bacharelado ofertados nas treze autarquias verificamos que onze delas oferecem o Curso de Licenciatura em Matemática, objeto desta pesquisa, um total de 84,62%, entre as demandas oferecidas atualmente, evidenciando a relevância do curso em estudo para a comunidade local e regional de cada instituição.

Estudos de Sampaio (1991) apontam que a partir da reforma de 1968 o governo central assumiu um papel de liderança, visto a introdução da reforma, e criação da rede de programas de pós-graduação e pesquisa nos anos seguintes. A legislação da Reforma Universitária de 1968, Lei nº 5.540/68, buscou “implantar no Brasil o ideal da universidade da indissolubilidade de pesquisa, do ensino e da extensão” (Sampaio, 1991), vigorando por muitos anos no ensino superior brasileiro, no postulado da igualdade das competências e dos títulos, fato que se mostra a necessidade do trabalho desenvolvido nas autarquias evidenciadas e dos cursos ofertados na atualidade.

Percebemos que a Lei 5540/68 foi um marco importante para a consolidação das universidades como também para a implantação de faculdades nas regiões que necessitavam atender a demanda da região, como foi o caso das autarquias espalhadas no país que iniciaram suas lutas a partir desta possibilidade de oferta do Ensino Superior no interior.

6.2 Marcas históricas da formação de professores e professoras na Faculdade do Belo Jardim – FBJ

A Faculdade do Belo Jardim tem uma história marcada por sonhos, lutas, conquistas, desafios, almejando uma educação de qualidade para o município e região. Diante da dificuldade de acesso ao Ensino Superior, sendo para muitos um desejo inalcançável, principalmente para as moças daquela época.

Naquele período quem tinha oportunidade precisava cursar o Ensino Superior em cidades vizinhas, tendo que enfrentar a distância, um maior desgaste físico e mental. Pensando em minimizar esta situação um grupo de educadores que ansiavam suprir a carência de professores licenciados para atuar na cidade de Belo Jardim e na região circunvizinha, iniciaram uma luta para tornar o sonho em realidade, o qual foi idealizado por Artur Barbosa Maciel no governo do prefeito Sr. Sebastião Lopes da Silva.

Após um período de discussões e estudos, surgiu a oferta de Ensino Superior na cidade no ano de 1973 com o início da Fundação de Direito Público sem fins lucrativos com a denominação de Fundação de Ensino Superior de Belo Jardim – FESBEJA com sua primeira unidade de ensino superior a Faculdade de Formação de Professores “Gilberto Freire”. No dia dez de dezembro de 1973, Dr. Artur Maciel, presidente da fundação, juntamente com seus pares Ayrton Maciel, Genildo Valença, Geraldo Passos, Aluízio Pimentel, Pedro Cavalcanti, Antônio Amaral, Pe. Francisco Neves e Ubirajara Melo receberam a incumbência de organizar e institucionalizar os cursos superiores a serem implantados na cidade. Logo em seguida houve a reunião do Conselho de Curadores da então Faculdade de Formação de Professores do 1º Ciclo de Belo Jardim na qual analisaram o regimento interno, lendo integralmente todos os artigos e parágrafos todos presentes

optaram pela aprovação *AD REFERENDUM* da futura faculdade, assim sujeito a aceitação posterior por parte do colegiado.

Em vinte e sete de junho de 1974 através da Lei Municipal nº 222/74 nos termos da Lei Federal nº 4024 de vinte e quatro de dezembro de 1961 foi oficializada a criação da Faculdade de Formação de Professores “Gilberto Freire” – FESBEJA.

No ano seguinte em vinte e seis de maio de 1975 a Lei Municipal nº 231/75 transformou a FESBEJA em Autarquia Educacional supervisionada pela Prefeitura Municipal do Belo Jardim, tendo personalidade jurídica e patrimônios próprios, autonomia financeira, administrativa e didática.

Em seguida com o Decreto nº 20/76 de vinte e oito de fevereiro de 1976 constante no Diário Oficial de Pernambuco foi possível detalhar as questões legais referente a Autarquia Municipal o artigo 1º define,

Art. 1º - A Autarquia Municipal (Faculdade de Formação de Professores de 1º Grau de Belo Jardim), pessoa jurídica de direito público da Administração indireta do Município, é entidade dotada de autonomia administrativa, financeira e didática, com sede e foro na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco. (PERNAMBUCO, 1976)

Assim o artigo 1º traz a personalidade da instituição bem como sua autonomia e sede, já o capítulo dois no artigo terceiro vemos as diretrizes e fins,

Art. 3º - A Autarquia Municipal tem as seguintes finalidades:
I – Formar Professores para o ensino do 1º grau;
II – Realizar pesquisas e criar atividades que enriqueçam o acervo de conhecimentos e técnicas nos seus diversos setores;
III – Contribuir para o progresso cultural do Município e região.
(PERNAMBUCO, 1976)

Neste artigo fica claro a finalidade da instituição com a formação de professores, pesquisas e o progresso da cidade e região circunvizinha. Na sequência são delineados no capítulo três o patrimônio e a receita, no capítulo quatro a administração, detalhando o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva e por fim no capítulo cinco o quadro pessoal da instituição.

No mesmo ano o Conselho Estadual de Educação através da Resolução nº 15 em dezenove de agosto resolve autorizar o funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim com os cursos de Licenciatura, de curta duração, em Ciências, Estudos Sociais e Letras.

Assim a instituição pôde ofertar o primeiro vestibular em setembro de 1976, sendo oferecidos cursos de Estudos Sociais, Ciências e Letras, havendo duzentos e setenta inscritos, uma média de oitenta e cinco alunos por curso, o que evidencia a carência pelo Ensino Superior naquela época. As atividades foram iniciadas com um quadro de vinte professores, funcionando, provisoriamente no Grupo Escolar José Orlando Leite Cavalcanti, tornando de fato o sonho em realidade.

Oficializando a instituição nacionalmente, o presidente da República Ernesto Geisel no dia um de agosto de 1978 por meio do Decreto nº 82.057 autorizou o funcionamento dos cursos de Ciências, de Estudos Sociais e de Letras da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, todos com licenciatura de curta duração.

Alguns anos depois, em vinte e oito de agosto de 1980 o prefeito Sr. José Fábio Galvão de acordo com a Lei nº 383/80 reformula o disposto no Art. 1º da Lei nº 231/75 que constitui a Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim – FABEJA, em Autarquia Municipal, transformando esta última em Entidade Mantenedora da primeira como ainda as demais unidades de ensino que venham a ser criadas no município.

No mesmo ano, de acordo com a publicação do Diário Oficial de Pernambuco em dezessete de setembro, com o Decreto Municipal nº 34/80 foi aprovado o Estatuto da Autarquia Educacional do Belo Jardim – AEB, delineando as atividades da instituição, sendo no Capítulo I a denominação, sede, duração e afins, no Capítulo II as finalidades e objetivos, já no Capítulo III o Patrimônio e a Receita e ainda o Capítulo IV que trata dos órgãos de administração como o Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, e por fim o Capítulo V com as disposições gerais e transitórias.

Dando continuidade aos tramites legais, em dezessete de abril de 1984 conforme publicado no Diário Oficial da União em vinte e quatro de abril, na portaria nº 159, concedendo o reconhecimento aos cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais, licenciaturas de 1º grau, ministradas pela FABEJA.

Em homenagem ao idealizador da instituição, em treze de julho de 1984 através da Lei Municipal nº 464/84, a Autarquia Educacional de Belo Jardim, mantenedora da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, passa a

ter a denominação de Autarquia Educacional Artur Barbosa Maciel, dando continuidade às suas atividades com os objetivos e finalidades de sua implantação.

Visto a demanda por Cursos de Licenciatura Plena, neste mesmo ano foram elaborados e organizados os documentos necessários incluindo o regimento aprovado pela Congregação, quadros curriculares e a relação dos professores e professoras em exercício na Instituição, os quais tiveram devido encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação (CEE) solicitando a plenificação dos cursos de Licenciatura Curta dos cursos de Biologia, Geografia, História, Letras e Matemática. Em seis de março de 1985 por meio da Resolução nº 11/85 o CEE autoriza a conversão dos Cursos de Licenciatura Curta em Licenciatura Plena que passam a ser: Curso de Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Biologia e Matemática, Curso de Licenciatura Plena em História, Curso de Licenciatura Plena em Geografia, Curso de Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Português/Inglês, um passo importante que contribuiu para a formação de inúmeros profissionais que se consolidou em dezenove de junho de 1985 através da Portaria nº 476, do Ministério da Educação – MEC.

Alguns anos depois, em cinco de setembro de 1994 através da Portaria nº 1329 do Ministério da Educação em conformidade com o Parecer nº 636/94 do Conselho Estadual de Educação reconhece os Cursos de Licenciatura Plena da FABEJA, coroando o esforço da comunidade acadêmica e das autoridades estaduais que tanto se empenharam, atendendo aos anseios da comunidade belojardinense. A partir desse momento, aumentou a procura por vagas na FABEJA, tanto para início nos Cursos de Licenciatura Plena quanto para a complementação do Cursos de Licenciatura Curta para efeito de conclusão Plena.

De acordo com os fatos e documentos descritos podemos afirmar que a antiga Faculdade de Formação de Professores - FABEJA, hoje denominada Faculdade do Belo Jardim - FBJ, conforme lei nº 1940 de 04/07/2012, é uma faculdade pioneira no agreste pernambucano no Ensino Superior oferecendo cursos de licenciatura para toda a região além de outros Estados. Ressaltamos que a mudança no nome da instituição deu-se pelo fato da oferta também de cursos de bacharelado (vide quadro 5 acima) e não somente de formação de professores como era inicialmente.

Ao longo dos anos a instituição, assim como as demais autarquias, tem enfrentado inúmeros desafios para continuar ofertando os cursos de licenciatura,

visto que atualmente não há uma procura muito promissora, com relação ao ofício de ser professor estar com baixa procura nos últimos anos, fato que impulsionou a oferta de cursos de bacharelado para propiciar a sobrevivência e prosseguimento das atividades acadêmicas. Atualmente oferta os cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia e os cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Produção e Psicologia.

Ressaltamos que a FBJ, mantida pela Autarquia Educacional do Belo Jardim – AEB tem como missão a produção e disseminação de conhecimento nos diversos campos do saber, tornando-se centro de excelência na formação de professores e profissionais da educação, comprometendo-se com uma política de formação que visa à preparação de profissionais competentes e atualizados para o exercício da profissional e a melhoria das condições de vida da sociedade; estando comprometida com a pluralidade e a diversidade de saberes construída e possuída pelos agentes envolvidos no processo de construção e reconstrução da aprendizagem.

Com esta filosofia de ensino há mais de quatro décadas a FBJ vêm formando professores e professoras os quais em sua maioria atuam no agreste pernambucano, tendo assim um impacto significativo na formação inicial dos egressos e egressas da instituição, tornando-se referência na formação de profissionais na cidade e região.

6.3 Considerações acerca das matrizes curriculares da FBJ nas décadas de 1970 e 1980

Apresentaremos inicialmente os documentos das análises das primeiras matrizes curriculares da FBJ, a saber, da Licenciatura Curta, da Complementação e da Licenciatura Plena, nas décadas de 1970 e 1980, logo após traremos as matrizes da década de 2010, visto serem as mais recentes, possibilitando uma análise mais substancial.

A formação inicial de professores e professoras oferecida pela Faculdade do Belo Jardim na década de 1970 era dos cursos de Licenciatura Curta

assegurada pela Lei 5.692/71, visto a necessidade de uma formação de professores e professoras mais rápida, a qual constava de uma carga horária menor, o professor formado e a professora formada nesta modalidade poderiam dar aulas ao Ensino Primário apenas, atualmente, Anos Finais do Ensino Fundamental.

No quadro 3 a seguir podemos examinar a matriz curricular da Licenciatura Curta oferecida pela então FABEJA entre os anos de 1976 a 1980. Neste documento, verifica-se que a modalidade de ensino seria cumprida em apenas cinco períodos, em apenas dois anos e meio, fato que confirma a ideia de uma formação rápida para atender uma demanda cada vez maior e necessitada de conhecimentos.

Quadro 3: Matriz Curricular da FABEJA do Curso de Licenciatura Curta

Matriz Curricular			
Curso: Ciências - Licenciatura Curta		Currículo: 1976	
1976 a 1980			
Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 159 de 17/04/1984 – D.O.U. 24/04/1984			
Período	Disciplina	C. H.	Créditos
1º	BIOLOGIA I	60	4
1º	DESENHO I	60	4
1º	ESTUDOS BRASILEIROS I	30	2
1º	FÍSICA I	60	4
1º	MATEMÁTICA I	60	4
1º	PORTUGUÊS	60	4
1º	QUÍMICA I	60	4
Total 1º Período:		390	26
2º	SOCIOLOGIA	60	4
2º	BIOLOGIA II	60	4
2º	DESENHO II	60	4
2º	ESTUDOS BRASILEIROS II	30	2
2º	FÍSICA II	60	4
2º	MATEMÁTICA II	60	4
2º	QUÍMICA II	60	4
Total 2º Período:		390	26
3º	BIOLOGIA III	60	4
3º	BOTÂNICA	60	4
3º	FÍSICA III	60	4
3º	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	60	4
3º	MATEMÁTICA III	60	4
3º	QUÍMICA III	60	4
Total 3º Período:		360	24
4º	DIDÁTICA	60	4
4º	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU	60	4

4º	FÍSICA IV	60	4
4º	MATEMÁTICA IV	60	4
4º	PSICOLOGIA EDUCACIONAL I	60	4
4º	QUÍMICA IV	60	4
Total 4º Período:		360	24
5º	PRÁTICA DE ENSINO (CIÊNCIAS)	90	6
5º	GEOLOGIA	60	4
5º	MATEMÁTICA V	60	4
5º	PSICOLOGIA EDUCACIONAL II	60	4
5º	ZOOLOGIA	60	4
5º	PRÁTICA DE ENSINO (MATEMÁTICA)	90	6
Total 5º Período:		420	28
Total do Curso:		1920	128

Fonte: A Autora, 2020.

A partir da Matriz Curricular, pode-se observar que o licenciando e a licencianda neste período estudavam disciplinas voltadas a Ciências Naturais e Exatas, como por exemplo, Biologia, Química, Botânica, Prática de Ensino (Ciências), Geologia, Zoologia, fato que, torna compreensível a antiga ideia que se tinha de que o professor de Matemática poderia ensinar biologia, química, física, mesmo que o aprendizado fosse extremamente curto e com pouquíssimas horas/aulas em cada componente curricular ofertado na matriz curricular.

No entanto, o modelo sanava a necessidade da época de formar professores e professoras em um tempo menor para atuação imediata na Educação Básica, conforme estabelecia a Lei 5.692/71, que a princípio foi autorizada para a FABEJA. Para ter direito a ensinar no Ensino Médio os professores e professoras realizavam a complementação curricular, como podemos verificar no quadro 4 a seguir contendo mais três períodos divididos em um ano e meio que permitiam um estudo mais aprofundado e sistematizado.

De acordo com Nóvoa (p.16, 1992) a identidade profissional é “um lugar de lutas e de conflitos” e “um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão”, assim para se estabilizar na profissão seria necessário ter mais dedicação e estudo afim de ter um diploma e conhecimentos básicos que garantiriam maior estabilidade profissional e a construção de uma imagem profissional competente e reconhecida com mérito acadêmico.

Quadro 4: Matriz Curricular da FABEJA do Curso de Licenciatura para complementação da Licenciatura Plena.

Matriz Curricular

Curso: CIÊNCIAS HAB. MATEMÁTICA - COMPLEMENTAÇÃO

Currículo: MATC – 1985

PORTARIA MEC Nº 476 em 19/06/1985

Período	Disciplina	C. H.	Créditos
6º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6
6º	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4
6º	FÍSICO-QUÍMICA	60	4
6º	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4
6º	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4
6º	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAU	60	4
6º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II (CURSO DE FÉRIAS)	90	6
6º	METODOLOGIA CIENTÍFICA (CURSO DE FÉRIAS)	60	4
Total 6º Período:		540	36
7º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6
7º	ECOLOGIA GERAL	60	4
7º	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4
7º	PRÁTICA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	90	6
7º	ÁLGEBRA LINEAR	60	4
7º	ÁLGEBRA I	60	4
7º	ESTATÍSTICA (CURSO DE FÉRIAS)	60	4
7º	ANÁLISE REAL (CURSO DE FÉRIAS)	60	4
Total 7º Período:		540	36
8º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4
8º	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4
8º	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4
8º	GEOMETRIA PLANA	60	4
8º	ÁLGEBRA II	60	4
8º	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4
8º	ANÁLISE REAL II (CURSO DE FÉRIAS)	60	4
8º	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4
Total 8º Período:		480	32
Total do Curso:		1560	104

Fonte: A Autora, 2020.

Observando a matriz curricular de complementação da Licenciatura em Matemática percebemos que embora traga disciplinas em sua maioria específicas ainda traz outras disciplinas menos essenciais ao ensino de Matemática e que inclusive atualmente não são ofertadas tais como Físico-Química, Elementos de Geologia, Química Orgânica e Ecologia Geral. Mesmo com estes problemas, o Curso significava tanto a oportunidade de emprego como a consolidação deste, no caso dos professores e das professoras que não tinham a habilitação mínima necessária para o cargo que se propunham. Alguns egressos e egressas do Curso de Licenciatura Curta precisaram realizar a complementação em outras instituições,

inclusive em alguns casos, optavam pela complementação em Matemática e em Biologia, conseguindo assim a formação em duas licenciaturas.

Com o reconhecimento do MEC através da Portaria nº 476/85, a FABEJA pode ofertar a complementação e conseqüentemente a Licenciatura Plena, facilitando assim a conclusão da graduação desejada e tão necessária naquela década, sendo responsável pela formação de muitos profissionais da cidade, da região e de estados circunvizinhos permitindo uma educação baseada nos princípios da Lei nº 9394/96 que norteia a Educação Básica até os dias atuais.

Estudos de Freire (1996, p.67) apontam que “quem forma se forma e re-forma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”, assim o conhecimento profissional docente é permeado pela teoria e experiências que se definem a partir das situações vivenciadas e dos anseios profissionais. Corroborando com este pensamento com Reis (2011) afirma que os cursos de formação inicial contribuem para que professores e professoras desenvolvam ou fortaleçam a sua identidade docente. Neste sentido a complementação permite o desenvolvimento de aprendizagens capazes de fortalecer a vida profissional do professor e da professora de Matemática.

A seguir apresentaremos o quadro 5 que traz a Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Matemática que inicia uma nova etapa na oferta de graduação da instituição obedecendo as leis vigentes.

Quadro 5: Grade Curricular da FABEJA do Curso de Licenciatura Plena em Matemática

Grade Curricular

Curso: CIÊNCIAS – HABILITAÇÃO EM MATEMÁTICA Currículo: CIE-M – 1985.1

Parecer CEE/PE Nº 27/1985 - CES em 27/02/1985

Período	Disciplina	C. H.	Créditos
1º	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS	30	2
1º	LÍNGUA PORTUGUESA I	60	4
1º	MATEMÁTICA BÁSICA	90	6
1º	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	4
1º	QUÍMICA GERAL	60	4
1º	SOCIOLOGIA	60	4
Total 1º Período:			360 24
2º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6
2º	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS	30	2
2º	FILOSOFIA	60	4
2º	FÍSICA GERAL I	60	4

2º	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4
2º	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4
Total 2º Período:		360	24
3º	BIOLOGIA GERAL	90	6
3º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6
3º	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4
3º	FÍSICA GERAL II	60	4
3º	PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	30	2
Total 3º Período:		330	22
4º	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4
4º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6
4º	FÍSICA MODERNA	60	4
4º	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4
4º	ZOOLOGIA GERAL	90	6
Total 4º Período:		360	24
5º	BOTANICA GERAL	90	6
5º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	90	6
5º	ECOLOGIA GERAL	60	4
5º	ESTATÍSTICA	60	4
5º	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	4
Total 5º Período:		360	24
6º	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4
6º	ANÁLISE REAL I	60	4
6º	DESENHO GEOMÉTRICO	90	6
6º	GEOMETRIA PLANA	90	6
6º	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	60	4
Total 6º Período:		360	24
7º	ÁLGEBRA I	60	4
7º	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4
7º	ANÁLISE REAL II	60	4
7º	DIDÁTICA	75	5
7º	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAU	60	4
7º	MATEMÁTICA APLICADA I	60	4
Total 7º Período:		375	25
8º	ÁLGEBRA II	60	4
8º	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4
8º	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4
8º	MATEMÁTICA APLICADA II	60	4
8º	PRÁTICA DE ENSINO 1º E 2º GRAUS	150	10
Total 8º Período:		390	26
Total do Curso:		2.895	193

Fonte: A Autora, 2020.

Na década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) a Licenciatura Curta não seria permitida “Art. 1º Os cursos de licenciatura de curta duração previstos na Lei nº 5.692, de 1971, estão extintos pela Lei nº 9.394, de 1996, assegurados os direitos dos alunos.”. A partir de então, os cursos para

formação de professores deveriam ser na modalidade de Licenciatura Plena que exige uma carga horária maior, estabelecendo que as universidades deveriam fixar os currículos dos seus cursos e programas de acordo com as diretrizes gerais. Assim, o professor egresso e a professora egressa teriam mais tempo de preparo, estudo e pesquisa na área, podendo dar aula inclusive no Ensino Médio.

A primeira matriz curricular do Curso de Licenciatura Plena em Matemática da FABEJA se confirmou através do Parecer do Conselho Estadual de Educação CEE/PE nº 27/1985, trazendo a nomenclatura de Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática, fato que se percebe na matriz curricular acima, na qual oferta componentes curriculares voltados ao ensino de Ciências (Física, Química, Biologia) e de Matemática.

Observamos ainda nos cinco primeiros períodos que somente os componentes curriculares Matemática Básica, Cálculo Diferencial e Integral, Física, Cálculo das Probabilidades, Estatística, tratam especificamente de Matemática, os outros são pedagógicas ou comuns às outras licenciaturas como Estudos dos Problemas Brasileiros e Sociologia, seguidas de Língua Portuguesa, Metodologia Científica, Química Geral, Filosofia, Química Orgânica, Biologia, Elementos de Geologia, Práticas de Educação Física, Zoologia, Botânica, Ecologia, Psicologia da Educação. A partir do sexto período os componentes curriculares se voltam quase que totalmente para o Ensino de Matemática trazendo disciplinas como Álgebra, Álgebra Linear, Análise Real, Desenho Geométrico, Geometria Plana, Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino, Cálculo Numérico, Equações Diferenciais, Matemática Aplicada e Prática de Ensino.

Não se pode negar o avanço desta década em se tratando de uma matriz mais robusta, no sentido de contemplar as expectativas e necessidades acadêmicas, com oito períodos e que permitia o trabalho com Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, no entanto por se tratar de uma licenciatura de ciências percebemos nos componentes curriculares que haviam carências para o ensino de Matemática, deixando o egresso e egressa com a necessidade de aprofundamento nos estudos para poder desempenhar sua profissão com qualidade.

Segundo Sachs (2001, p. 154), a identidade docente parte de um processo em mutação que “é mediado pela sua [dos professores] experiência nas escolas e fora delas e pelas suas próprias crenças e valores sobre o que significa ser professor e o tipo de professor que aspiram vir a ser”. Assim, o fato de cursar

uma licenciatura plena já demonstrava um perfil profissional mais competitivo mesmo que ainda não fosse tão específico em Matemática.

6.4 Considerações acerca das matrizes curriculares da FBJ na década de 2010

Analisaremos aqui as matrizes curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática na década de 2010, que demonstram as exigências da época e peculiaridades acadêmicas. Nesta década a instituição apresentou duas matrizes diferentes, abaixo iremos apresentar, no quadro 6, a Matriz 2012.1 aprovada pelo parecer CEE/PE nº 24/2012 de 05 de março de 2012.

Quadro 6: Matriz Curricular da FABEJA do Curso de Licenciatura Plena em Matemática

Grade Curricular			
Curso: MAT – MATEMÁTICA Currículo: MAT 2012.1			
Parecer CEE/PE Nº 24/2012-CES em 05/03/2012			
Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.329 de 05/09/1994 – D.O.U. 06/09/1994			
Renovação de Reconhecimento Port. SEDUC nº4969 de 12/07/2006 – D.O.U. 13/07/2006			
Período	Disciplina	C. H.	Créditos
1º	PSICOLOGIA I	60	4
1º	PORTUGUES INSTRUMENTAL	60	4
1º	GEOMETRIA PLANA	30	2
1º	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	60	4
1º	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA I	60	4
Total 1º Período:		330	22
2º	PSICOLOGIA II	60	4
2º	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO I	30	2
2º	FÍSICA I	60	4
2º	GEOMETRIA ESPACIAL	60	4
2º	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4
2º	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA II	60	4
Total 2º Período:		300	20
3º	DIDÁTICA GERAL	60	4
3º	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO II	30	2
3º	MATEMÁTICA ELEMENTAR III	60	4
3º	FÍSICA II	60	4
3º	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4
3º	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA II	60	4
Total 3º Período:		300	20
4º	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	30	2
4º	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60	4

4º	FÍSICA III	60	4
4º	MATEMÁTICA ELEMENTAR IV	60	4
4º	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	60	4
4º	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA IV	60	4
Total 4º Período:		330	22
5º	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60	4
5º	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	4
5º	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4
5º	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	30	2
5º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	60	4
5º	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA V	60	4
5º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7
Total 5º Período:		435	29
6º	ÉTICA E CIDADANIA	60	4
6º	ANÁLISE REAL	60	4
6º	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4
6º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	60	4
6º	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VI	60	4
6º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	7
Total 6º Período:		405	27
7º	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	60	4
7º	INTRODUÇÃO ÀS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4
7º	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4
7º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4
7º	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VII	60	4
7º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	7
Total 7º Período:		405	27
8º	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	60	4
8º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4
8º	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4
8º	MATEMÁTICA FINANCEIRA	60	4
8º	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VIII	60	4
8º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	90	6
8º	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	210	14
Total 8º Período:		600	40
Total do Curso:		3.105	207

Fonte: A Autora, 2020.

A matriz curricular 2012.1 do Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ tem um enfoque que foge de uma visão meramente conteudista, articulada no sentido de levar à apreensão dos conceitos de Matemática e das Ciências da Educação do ponto de vista de suas estruturas fundamentais (Vilela Paiva - Revista da SBEM, nº 11 A, abril de 2002). Partindo dos conhecimentos das teorias da Matemática e da Educação visava a capacitação dos estudantes para que tivessem condições de refletir sobre a prática pedagógica e aquisição de competências

essenciais para o desenvolvimento de uma prática reflexiva e comprometida com as questões políticas, sociais e culturais da sociedade.

As disciplinas de conteúdos matemáticos passam pelo enfoque da instrumentalização para o ensino, como também levam à construção dos conceitos matemáticos. As disciplinas pedagógicas integradas às de conteúdo específico, levam em conta a construção do conhecimento matemático, as discussões recentes da psicologia cognitiva, a diversidade e a realidade dos grupos sociais que frequentam as escolas do país, com o intuito de instrumentalizar o futuro professor e a futura professora a atuar de forma crítica e autônoma em seu trabalho de sala de aula e na escola (Vilela Paiva - Revista da SBEM, nº 11 A, abril de 2002).

Com relação ao estágio, é uma proposta que permite a reflexão acerca de situações que lhe possibilitem conhecer a realidade da escola e da classe; entender qual o papel social, político, cultural e educacional que a escola desempenha na sociedade; diagnosticar e acompanhar estudantes em dificuldades de aprendizagem; analisar livros didáticos; discutir e propor um currículo de matemática para o ensino fundamental e médio.

Permeando todo curso também observamos o componente curricular Laboratório de Matemática que desde o 1º período até o 8º período são interligadas a projetos de extensão e pesquisas voltados para o ensino e a educação matemática.

Não podemos negar que a Matriz 20212.1 traz inovações e direcionamentos importantes para a formação de professores e professoras, das quarenta e quatro disciplinas ofertadas durante o curso trinta e uma, ou seja, um percentual de 70,5%, são específicas e treze, num percentual de 29,5%, são pedagógicas, atendendo as novas demandas tecnológicas.

Um ponto importante foi o atendimento as exigências da Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que determina a inclusão da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Ainda verificamos o desejo de atender as novas demandas que se fazem necessárias para que o professor e a professora de Matemática possam efetivar um trabalho qualitativo, fato que evidencia a preocupação com a qualidade do trabalho pedagógico além da formação específica em Matemática. Ainda observamos que as disciplinas agora são voltadas para o ensino de Matemática com a exclusão das disciplinas de Química e Biologia da matriz do início do curso em 1985.

Desta forma, percebemos que a instituição obedece as orientações propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Licenciatura em Matemática, a qual informa que o professor e a professora devem apresentar uma preparação adequada para sua carreira e para que a Matemática seja usada fundamentalmente como um processo contínuo de aprendizagem, aliada com uma formação pedagógica voltada para a prática, permitindo a vivência crítica da realidade e uma formação geral complementar abrangendo outros campos do conhecimento, os quais são imprescindíveis ao exercício do magistério.

De acordo com Fiorentini (2008), com a implantação das políticas voltadas para a formação de professores e professoras e com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que trouxeram novas exigências com relação ao trabalho docente bem como novas políticas educacionais impactaram o Ensino Superior, especialmente afetando a constituição da identidade do professor e da professora de Matemática. Neste sentido o curso traz nesta Matriz curricular a interdisciplinaridade, a contextualização, articulando teoria e prática, visando à formação do professor e da professora de Matemática como cidadão.

Para concluir o estudo das matrizes curriculares do curso trazemos no quadro 7 a seguir a Matriz 2017.1 que foi a última no período da pesquisa.

Quadro 7: Matriz Curricular da FABEJA do Curso de Licenciatura Plena em Matemática

Grade Curricular			
Curso: MAT – MATEMÁTICA Currículo: MAT 2017.1			
Parecer CEE/PE Nº 005/2017-CES em 06/02/2017			
Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1.329 de 05/09/1994 – D.O.U. 06/09/1994			
Renovação de Reconhecimento Port. SEDUC nº4969 de 12/07/2006 – D.O.U. 13/07/2006			
Período	Disciplina	C. H.	Créditos
1º	PSICOLOGIA	60	4
1º	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	60	4
1º	GEOMETRIA PLANA	60	4
1º	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	90	6
1º	PRÁTICA PEDAGÓGICA I	60	4
Total 1º Período:		330	22
2º	EDUCAÇÃO ESPECIAL	60	4
2º	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO I	60	4
2º	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	60	4
2º	GEOMETRIA ESPACIAL	60	4
2º	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4

2º	PRÁTICA PEDAGÓGICA II	60	4
2º	ELETIVA PEDAGÓGICA	30	2
Total 2º Período:		390	26
	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	30	2
3º	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO II	60	4
3º	MATEMÁTICA ELEMENTAR III	60	4
3º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	60	4
3º	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4
3º	PRÁTICA PEDAGÓGICA III	60	4
Total 3º Período:		330	22
4º	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	30	2
4º	FÍSICA I	60	4
4º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	60	4
4º	MATEMÁTICA ELEMENTAR IV	60	4
4º	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	60	4
4º	PRÁTICA PEDAGÓGICA IV	60	4
Total 4º Período:		330	22
5º	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E DA MATEMÁTICA	60	4
5º	FÍSICA II	60	4
5º	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4
5º	ANÁLISE COMBINATÓRIA	30	2
5º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4
5º	PRÁTICA PEDAGÓGICA V	60	4
5º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7
Total 5º Período:		435	29
6º	HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	60	4
6º	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4
6º	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4
6º	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	4
6	ESTATÍSTICA	30	2
6º	PRÁTICA PEDAGÓGICA VI	60	4
6º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	7
Total 6º Período:		435	29
7º	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	60	4
7º	ANÁLISE REAL	60	4
7º	INTRODUÇÃO ÀS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4
7º	NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DE MATEMÁTICA	60	4
7º	PRÁTICA PEDAGÓGICA VII	60	4
7	ELETIVA ESPECÍFICA	60	4
7º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	105	7
Total 7º Período:		465	31
8º	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	60	4
8º	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	60	4
8º	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4
8º	MATEMÁTICA FINANCEIRA	60	4
8º	PRÁTICA PEDAGÓGICA VIII	60	4
8º	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	90	6
8º	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	210	14
Total 8º Período:		590	40
Total do Curso:		3.305	221

Ao analisarmos a matriz curricular 2017.1 do Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ, percebemos a introdução de novas disciplinas pedagógicas se comparada a matriz anterior 2012.1. Em especial, destacamos a inserção das disciplinas: Educação Especial no 2º período e Direitos Humanos e Cidadania no 8º período; que refletem a movimentação curricular em torno das demandas sociais imbricadas à educação. Se faz necessário refletirmos que ambas disciplinas pedagógicas são relevantes à formação docente, considerando os desafios do cotidiano escolar no atendimento as pessoas com deficiência, e em torno do desenvolvimento de valores éticos e morais no que diz respeito a formação humana comprometida com a cidadania.

Depois, destacamos a ênfase dada à formação do professor e professora de Matemática através das seguintes disciplinas: História da Matemática, Didática da Matemática e Novas Tecnologias no Ensino da Matemática. Estas nos indicam uma problematização do fazer docente em sala de aula, a partir da vinculação teoria e prática. Esta possibilidade de aproximação com a prática pedagógica é evidenciada nos estágios, contudo aqui compreendemos que a proposta destas disciplinas se configura na mesma perspectiva. Além disso, destacamos a importância das mesmas na formação do professor e da professora de Matemática, por propiciar o aprofundamento de conteúdos teórico-metodológicos fundamentais ao ensino de Matemática. Nesse mesmo sentido, percebemos a substituição da disciplina Laboratório de Matemática por Prática Pedagógica, disciplina esta que está presente em todos os períodos da referida matriz curricular.

Ressaltamos também que até o período de conclusão do processo de coleta de dados no campo de pesquisa, esta era a matriz curricular vigente, com previsão de formulação de uma nova matriz para o ano de 2022.

Diante do exposto, consideramos que as matrizes curriculares analisadas ao longo dos períodos indicados, apresentam esforços em direção a proposta prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Matemática (2001),

No que se refere às competências e habilidades próprias do educador matemático, o licenciado em Matemática deverá ter as capacidades de: a) elaborar propostas de ensino-aprendizagem de Matemática para a educação básica; b) analisar, selecionar e produzir materiais didáticos; c) analisar criticamente propostas curriculares de Matemática para a educação básica; d) desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a criatividade, a autonomia e a flexibilidade do pensamento matemático dos educandos,

buscando trabalhar com mais ênfase nos conceitos do que nas técnicas, fórmulas e algoritmos; e) perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente; f) contribuir para a realização de projetos coletivos dentro da escola básica (BRASIL, p. 04, 2001).

Estas capacidades apontadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais condizem com a perspectiva da identidade docente fundamentada na relação entre os saberes teóricos e práticos, científicos e pedagógicos; alinhados tanto na formação inicial vivenciada nas licenciaturas, como na formação continuada de professores e professoras.

Oliveira (2004), traz uma reflexão acerca do processo de formação inicial para a docência que segundo seus estudos tem interferência na constituição da identidade profissional de professores e professoras de Matemática no início da carreira. Assim, a formação inicial é considerada um dos fatores que interfere significativamente permitindo uma distinção do que representa ser um professor ou uma professora de Matemática.

Analizando as matrizes em estudo percebemos que as mesmas ao longo do tempo vem se adequando as necessidades docentes e as peculiaridades exigidas nas legislações que permeiam o Ensino Superior, propiciando assim a construção de uma identidade docente condizente com as particularidades individuais e visando a formação docente voltada para a capacitação de professores e professoras com comprometimento com a atual conjuntura brasileira, especialmente na Educação Básica da rede pública.

É fundamental que o professor e a professora tenham domínio dos conteúdos específicos, além dos conhecimentos didáticos e pedagógicos. Devendo haver coerência entre o que se aprende na academia, entre o que se faz na sua formação e o que se espera como profissional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa nos concentramos na Autarquia Educacional do Belo Jardim, mantenedora da Faculdade do Belo Jardim, que há quatro décadas tem a missão de formar professores e professoras para o exercício da docência na educação básica, uma história silenciada e permeada por desafios e superações.

Voltamos os olhares para o Ensino Superior no Estado de Pernambuco, para as Autarquias Municipais escolhendo o Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ como objeto de estudo. Iniciamos a pesquisa com o intuito de analisar as reformulações curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática da Faculdade do Belo Jardim – FBJ, primeira faculdade do agreste pernambucano, a fim de constatar as identidades docentes propostas na formação de professores e professoras em três décadas; iniciamos com a década de 1970, que trazia a Licenciatura Curta com possível complementação para a Plena, a década de 1980 que contemplava o início da Licenciatura Plena em Ciências com Habilitação em Matemática e, por fim, a década de 2010, atual no período da pesquisa. O objetivo foi atendido visto que foi possível analisar as matrizes curriculares propostas permitindo responder aos objetivos específicos descritos a seguir.

Visando responder ao problema proposto descrevemos a trajetória histórica do Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ que retrata os desafios enfrentados e superados numa época em que existia uma carência significativa em torno da formação de professores e professoras. A instituição proporcionou a realização de sonhos, a oportunidade de emprego, além de efetivar um ensino de qualidade no município, região e inclusive estados circunvizinhos.

Imbricadas com esta realidade estão a história das trezes Autarquias Municipais do Estado de Pernambuco que trazem exemplos de lutas, conflitos, empoderamento acadêmico e superação de desafios em uma época que a necessidade por formação de professores e professoras era urgente e necessária, como ainda hoje continua sendo, assim entre os anos de 1969 e 1986 estas autarquias foram se constituindo na medida que cada município de acordo com as necessidades e peculiaridades da época conseguiam fundar e iniciar as atividades acadêmicas contemplando os anseios da sociedade local e circunvizinha.

Diante dos estudos realizados nesta pesquisa, foi possível perceber que praticamente todas estas autarquias inseriram cursos de bacharelado e outras

licenciaturas no decorrer do tempo, visto que se fazia necessário atender a outras demandas além da formação de professores e professoras.

A trajetória histórica da Autarquia Educacional do Belo Jardim também é marcada pela superação de desafios, mas sobretudo por ser responsável pela formação de inúmeros professores e professoras que atuaram e atuam na cidade, nas cidades circunvizinhas e até mesmo em Estados como Bahia, Paraíba, Ceará, entre outros. No decorrer dos anos a instituição foi se ressignificando e ampliando seus serviços para atender aos anseios da comunidade, trazendo além dos cursos de Licenciatura em Formação de Professores, outros cursos como Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção, Educação Física, Enfermagem e Licenciatura em Pedagogia, fato que instigou a mudança do nome de Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim – FABEJA para Faculdade do Belo Jardim – FBJ, que desde então pode contemplar todos os cursos ofertados.

O Curso de Licenciatura em Matemática da FBJ teve início com a fundação da autarquia e perdura até hoje acompanhando as mudanças na formação docente e acatando as legislações vigentes em uma história de superação, possibilitando a formação de professores e professoras de Matemática ao longo destes anos.

Para dar prosseguimento a pesquisa identificamos o corpus documental da FBJ, especialmente da formação de professores em Matemática nas décadas de 1970, 1980 e 2010. Tais documentos encontram-se em um dossiê devidamente arquivado na secretaria da AEB e estão nos anexos deste trabalho, os quais tivemos acesso, sendo fundamentais para que fosse possível fazer uma cronologia temporal e histórica das legislações que fundamentam a instituição, retratando os desafios enfrentados e superados ao longo da história bem como as conquistas concebidas.

Os estudos curriculares norteiam a ação docente no sentido de significar e dar sentido ao currículo como movimento de ensino e aprendizagem em constante transformação. Assim, julgou-se pertinente examinar as matrizes curriculares que norteiam o Curso de Licenciatura em Matemática na FBJ nas décadas de 1970, 1980 e 2010 à luz das identidades docentes da formação em Matemática na FBJ, a fim de, aprofundar o estudo, além de investigar as inquietações levantadas nesta pesquisa, com relação à avaliação de um currículo eficaz e primordial para o trabalho docente.

Os documentos e normativas oficiais analisadas demonstram que, as matrizes curriculares propostas são acatadas e efetivadas na instituição além da evolução com o passar dos anos em conformidade temporal. Neste sentido, observamos que a instituição se encontra comprometida com a formação docente criando condições favoráveis para que o currículo seja desenvolvido plenamente, visto que, os cursos de formação de professores e professoras têm como missão a promoção de atividades que instiguem nos licenciandos e licenciandas a análise crítica da atividade docente aliando a teoria com a prática pedagógica escolar, possibilitando a troca de experiências.

Partimos da hipótese que as identidades docentes propostas estivessem voltadas para as disciplinas específicas nas décadas em estudo, colaborando para um perfil profissional mais técnico e voltado para os componentes curriculares de Matemática, no entanto ao analisar as matrizes curriculares notamos que nas décadas de 1970 e 1980 o curso ofertava componentes curriculares para o ensino de Biologia, Química, Geologia, até mesmo Prática de Educação Física entre outras, na década de 1970 é até compreensível, visto que a partir da Licenciatura Curta era possível a complementação em Matemática ou Biologia, mas na década de 1980 a matriz curricular estava vinculada a Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática, fato que ainda distanciava os componentes curriculares específicos em Matemática; somente na década de 2010 percebemos uma mudança significativa para o Ensino de Matemática com uma proposta mais direcionada.

O problema de pesquisa partiu do intuito de definir quais as identidades docentes propostas pelo corpus documental e orientação curricular que regulamentavam a formação docente na instituição. Assim, concluímos a pesquisa convencidos de que as identidades docentes estão presentes nas matrizes curriculares analisadas, mesmo que de forma singela devido ao tempo e peculiaridades das décadas estudadas. O curso de Licenciatura em Matemática vem sendo reconstruído ao longo dos anos com a inserção de novas disciplinas específicas como Estatística e Análise Combinatória, e pedagógicas voltadas à formação como Novas Tecnologias no Ensino da Matemática, História da Matemática, Didática da Matemática, e voltadas as demandas sociais como Educação Especial e Direitos Humanos e Cidadania, seguramente de acordo com as orientações dos Conselhos Estaduais de Educação.

A metodologia escolhida foi assertiva visto que foi possível atingir aos objetivos propostos a partir da pesquisa qualitativa com abordagem bibliográfica e análise documental que permitiu compreender a trajetória histórica e examinar o corpus documental com vistas a identidade docente.

A partir deste estudo foi possível verificar o impacto que a FBJ vem exercendo na Educação Matemática do agreste pernambucano no âmbito acadêmico e social, apontando suas contribuições na formação docente no interior do Estado de Pernambuco, assumindo um pioneirismo na historiografia, quebrando silêncios, analisando uma estrutura de ensino superior atípica, bem como, a identidade profissional do futuro professor e da futura professora de Matemática, tendo como base a sua formação inicial.

Ainda vale salientar que contabilizamos nas atas de conclusão de cursos da instituição, um total de aproximadamente mil e oitocentos (1.800) professores e professoras que concluíram o Curso de Licenciatura em Matemática, um dado relevante que, no entanto, ainda necessita ser refinado devido as primeiras atas que não denominam claramente os cursos de cada egresso e egressa, impossibilitando a contagem neste momento.

Na disciplina de Matemática, especialmente para o professor egresso e a professora egressa de Matemática é primordial uma preparação adequada para sua carreira com uma formação pedagógica voltada para a sua prática, possibilitando a vivência crítica da realidade e ainda, envolvendo outros campos do conhecimento, indispensáveis ao exercício do magistério.

A presente pesquisa apresenta limitações devido à escassez de documentos anteriores que retratassem com mais detalhes a trajetória histórica da instituição, fato que se tornou um desafio gratificante no desenrolar dos estudos. Sentimos que se a pesquisa envolvesse entrevistas ficaria mais rica e completa, no entanto a pandemia causada pela Covid19 nos impossibilitou desta ousadia visto o distanciamento social.

Concluimos enfim a pesquisa com o sentimento que ainda há muito o que ser estudado, por exemplo, as fragilidades e assertividades da proposta curricular para os egressos e egressas do Curso de Licenciatura em Matemática que atuam ou atuaram na Educação Básica e no Ensino Superior, bem como as contribuições e lacunas que a instituição propiciou aos mesmos e as identidades docentes vivenciadas. Ainda seria possível analisar as matrizes curriculares de

outras décadas, a visão dos professores formadores e professoras formadoras da instituição com relação as reformulações curriculares. Outra proposta também poderia ser os anseios e identidades docentes dos licenciandos e licenciandas em curso. Enfim, são muitas as indagações que ainda permeiam nossa mente e que buscaremos a partir deste estudo dar continuidade no futuro.

REFERÊNCIAS

ABCDE, Autarquia Belemita de Cultura, Desportos e Educação. **Histórico do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco – CESVASF**. 2021. Disponível em: <https://www.cesvasf.com.br/instituicao/historico/> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

AEB, Autarquia Educacional do Belo Jardim. **Histórico da Faculdade do Belo Jardim – FBJ**. Disponível em: <https://aeb.edu.br/institucional/historia-aeb-fbj/> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

AEDA, Autarquia Educacional do Araripe. **Histórico FAROPA – Faculdade de Formação de Professores de Araripina**. 2021. Disponível em: <https://aeda.edu.br/fafopa/> Acesso em: 11 de jul. de 2021.

AEDAI, Autarquia Educacional de Afogados da Ingazeira. **Histórico da Faculdade do Sertão do Pajeú – FASP**. Disponível em: <https://www.aedaifasp.com/conhecendo/> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

AEDECCA, Autarquia Educacional para o Desenvolvimento Cultural do Cabo. **Histórico da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA**. Disponível em: <http://www.fachuca.com.br/paginas/instituicao.php/> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

AEDS, Autarquia Educacional de Salgueiro – AEDS. **Histórico da Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central – FACHUSC**. Disponível em: <https://www.fachusc.com.br/fachusc-mantenedora.html/> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

AESET, Autarquia Educacional de Serra Talhada. **Histórico da Autarquia Educacional de Serra Talhada – AESET**. 2021. Disponível em: <http://aeket.edu.br/wp/instituicao/> Acesso em: 11 de jul. de 2021.

AESGA, Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns. **Institucional da Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns – FAGA**. Disponível em: <https://www.aesga.edu.br/> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

AEVSF, Autarquia Educacional do Vale do São Francisco. **Histórico da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE**. Disponível em: <http://www.facape.br/> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

AMARAL, L. T. S. AESA Autarquia do Ensino Superior de Arcoverde. **Institucional Autarquia do Ensino Superior de Arcoverde – AESA**. 2021. Disponível em: <https://aesacesa.br/institucional/> Acesso em: 10 de jul. 2021.

AMESG, Autarquia de Ensino Superior de Goiana. **Histórico da Faculdade de Ciências e Tecnologia Professor Dirson Maciel de Barros – FADIMAB**. Disponível em: <https://www.ffpq.edu.br/faculdade/> Acesso em: 20 de jul. de 2021.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3ª ed. Editora Moderna, 2006.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. 4º ed., Universidade de Brasília, 1963.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

BARDAN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO, J. O século da escola: do mito da reforma à reforma de um mito. In: Terrén, Eduardo, Hameline, Daniel e Barroso, João, **O século da escola** – entre a utopia e a burocracia. Edições ASA, Porto, 2001.

BEIJAARD, D., Meijer, P., & Verloop, N. (2004). Reconsidering research on teachers' professional identity. *Teaching and Teacher Education*, 20, 107–128.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, C. F. **LDB: passo a passo**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, comentada e interpretada, artigo por artigo, 2. ed. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 21 julho 2019.

_____. Conselho Federal de Educação. **Parecer C.F.E nº 295/62**. In: Documenta. Brasília, n. 10, dez., 1962.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 29 nov. 1968, Seção 1, p. 10369. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 julho 2019.

_____. Lei 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. **Estabelece as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus**, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 agosto de 1971.

_____. Lei n 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 1302/2001 – **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura**. Brasília: CES, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP 1/2002 – **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: CP, 2002.

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

CASTANHA, A. P. **1827 – 2007: 180 anos da primeira lei brasileira sobre a escola primária**. Artigo publicado no Simpósio Acadêmico da UNIOESTE, 2007.

COSTA E SILVA, A. M. **Formação, percursos e identidades**. Coimbra: Quarteto Editora, 2003.

CURI, E. **Formação de professores de Matemática: realidade presente e perspectivas futuras**. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

CURY, H. M. Criação do curso de Matemática na PUC/RS no contexto do ensino superior de matemática no Brasil e em Porto Alegre, **Educação**, v.16, n. 25, p. 51-63, 1993.

D'AMBROSIO, U., **Educação matemática: Da teoria à prática**, 23ª Ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

ERNEST, P. **The philosophy of mathematics education**. London: The Falmer Press, 1991.

FACAL, Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro. **Histórico da Instituição**. Disponível em <https://facal.edu.br/historico-da-instituicao/> Acesso em: 10 jul. 2021.

FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

FERREIRA, L. W. **As contribuições do sistema educacional no Brasil Colônia**. In: A paixão de aprender. SME-PMPA, nº 12, abril 2000, 79-87

FERREIRA, A C. Um olhar retrospectivo sobre a pesquisa brasileira em formação de professores de matemática. In: FIORENTINI, D (org.) **Formação de Professores de Matemática**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

FIORENTINI, D. **Rumos da pesquisa brasileira em educação matemática: o caso da produção científica em cursos de pós-graduação**. 1984. 425 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 1994.

_____. (Org.) **Formação de professores de matemática**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

FIORENTINI, D; FREITAS, M. T. **Desafios e potencialidades da escrita na formação docente em matemática**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 37, p. 138-149, 2008.

FIORENTINI, D.; OLIVEIRA, A. T. C. C. **O Lugar das Matemáticas na Licenciatura em Matemática: que matemáticas e que práticas formativas?** *Revista Bolema, Rio Claro (SP)*, v. 27, n. 47, p. 917-938, dez. 2013

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136-167 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Maria, M., HYPOLITO, Álvaro, M., VIEIRA, Jarbas, S. **As identidades docentes como fabricação da docência**. Educação e Pesquisa, São Paulo, vol. 31, nº 1, p. 45-56, 2005.

GARCIA, V. C. (2003) **Pensando formas concretas para a prática docente no currículo dos cursos de licenciatura em Matemática**. Educação Matemática em Revista – RS. Osório - RS, n.5, p. 64-67.

GATTI, B.; NUNES, M.M.R. (orgs). **Formação de professores para o ensino fundamental**: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

GODOY, E. V. **Currículo, Cultura e Educação Matemática**: uma aproximação possível? Campinas – SP, Papirus, 2016

GOMES, M. L. M. **Os 80 Anos do Primeiro Curso de Matemática Brasileiro**: sentidos possíveis de uma comemoração acerca da formação de professores no Brasil. Revista Bolema, Rio Claro – SP, v. 30, n 55, p.424 – 438, 2016.

GUIMARÃES, Valter S. **Formação de Professores**: Saberes, identidade e profissão. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JUNQUEIRA, S. M. S.; Manrique, A. L. **Reformas curriculares em cursos de licenciatura de Matemática**: intenções necessárias e insuficientes. Revista *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 21, n. 3, p. 623-635, 2015.

KRASILCHIK, M. (1995). “Inovação no ensino das ciências”. In: GARCIA, W. E. (Org.) **Inovação educacional no Brasil**: problemas e perspectivas. 3. Ed. Campinas, SP, Editores Associados, pp. 177-194.

KELTCHTERMANS, Geert. Teachers’ emotions in educational reform: self-understanding, vulnerable commitment and micropolitical literacy. **Teaching and Teacher Education**, n. 21, p. 995-1006, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. – 6. ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settinere. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LASKY, S. (2005). **A sociocultural approach to understanding teacher identity, agency and professional vulnerability in a context of secondary school reform**. Teaching and Teacher Education, 21, 899-916

LOPES, A. C.; Macedo, E. (2014). The curriculum field in Brazil since the 1990's. In: William Pinar. (Org.). **International Handbook of curriculum Studies**-2nd. 1ed.New York: Routledge, 2014, v. 1, p. 86-100

LOPES, L. dos S. L.; SANTOS, S. da S. **A estruturação do espaço geográfico de União dos Palmares a partir da atividade algodoeira**: Um recorte temporal entre as décadas de 1920 a 1970. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual de Alagoas, União dos Palmares, 2010.

LULA, K. P. **A formação dos professores de matemática**: um estudo na licenciatura em matemática do IFG Campus Goiânia. Tese de Doutorado. Pontifca Universidade Católica de Goiás. Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação. Goiânia. 2017.

MACLURE, Maggie. Arguing for yourself: identity as an organizing principle in teachers' jobs and lives. **British Educational Research Journal**, v. 19, n. 4, p. 311-322, 1993.
<http://dx.doi.org/10.1080/0141192930190401>

MARQUES, A. S. **Tempos pré-modernos**: a matemática nas escolas dos anos 1950. 2005. 15 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, 2005.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MONTEJUNAS, P. R. (1995) "A evolução do ensino de matemática no Brasil". In: GARCIA, W. E. (Org.) (1995). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. 3. Ed. Campinas, SP, Editores Associados, pp. 1161-176.

MOREIRA, P. C.; FERREIRA, A. C. **O lugar da Matemática na Licenciatura em Matemática**. Revista *Bolema*, Rio Claro (SP), v. 27, n. 47, p. 981-1005, dez. 2013.

NASCIMENTO, M. N. M. **Ensino Médio no Brasil**: determinações históricas. Publicatio UEPG, v.15, n. 1, p. 82, jun, 2007. Disponível em:
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/594/581>. Acesso em: 20 set. 2020.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão professor. In: NÓVOA, António. (Coord.). **Os Professores e a sua Formação**. Tradução de Graça Cunha; Cândida Hespanha; Conceição Afonso e José António Souza Tavares. Portugal: Publicações Dom Quixote, 1992.

_____. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa. In: FAZENDA, I (Org.) **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, M. C. A. **Professores de matemática ao tempo do movimento da matemática moderna: perspectivas de pesquisa**. Diálogo Educacional, Curitiba, vol. 6, n. 18, pp 79-89, maio-ago., 2006.

OLIVEIRA, H. **Percursos de identidade do professor de Matemática em início de carreira**: O contributo da formação inicial. Quadrante, Lisboa, v.13, n. 1, p.115-145, 2004.

OLIVEIRA, M. A. **A filosofia na crise da modernidade**. São Paulo: Loyola, 1989.

PACHECO, J. A. **Escritos Curriculares**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

PERALTA, D. A. **Habermas e as professoras e professores de matemática**: vislumbrando oásis. 1 ed. Curitiba: Apris, 2019.

PIMENTA, Selma, Garrido. **Formação de professores**: identidade e saberes da docência. Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIRES, C. M. C. **Educação Matemática e sua influência no Processo de organização e Desenvolvimento Curricular no Brasil**. Revista Bolema. Rio Claro (SO, Ano 1, nº 29, 2008, pp. 13 a 42.

REIS, A. C. L. **Representações sociais sobre o ser professor: indícios da constituição da identidade docente**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2011.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira, a organização escolar**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1984.

ROCHA, Simone A. da., ANDRE, M. D. **Formação de Professores Licenciaturas em Discussão**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

ROMANELLI, O. O. F. **História da Educação no Brasil (1930-1945)**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SACHS, Judith. **Learning to be a teacher: teacher education and the development of professional identity**. Conferência convidada proferida no Congresso da ISATT, Faro, Portugal, setembro 21-25, 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso Editora LTDA, 2013.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro: 1808-1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf> . Acesso em: 20 dez 2021.

SANTANA, V. F. **Constituição de identidade docente em memoriais de licenciandos do curso de ciências naturais e matemática a distância da UAB – MT**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Andreia Mendes dos; SILVA, Renata Santos da. **O processo de construção da identidade docente no Brasil**. XV Seminário Internacional de Educação – Educação e Interdisciplinaridade Percursos Teóricos e Metodológicos. Universidade FEEVALE. ISSN: 2177-8388, 2016. Disponível em <http://www.feevale.br/hotsites/seminario-internacional-de-educacao/educacao-atual> Acesso em 20 dez 2021.

SANTOS, Camila dos Santos. **Revista EDUCA**. Revista Multidisciplinar da Faculdade Católica Paulista. ISSN 2674 – 8460. Marília, SP. V.2. N.5. Dezembro, 2019. Disponível em <https://revista.uca.edu.br/index.php/EDUCA/issue/view/DEZEMBRO19/8> Acesso em 23 de abril de 2022.

SÃO PAULO. Decreto nº 7.069, de 06 de abril de 1935. **Approva o Regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo** e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1935/decreto-7069-06.04.1935.html> Acesso em: 15 jul. 2021.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

_____. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

_____. **História da Formação Docente no Brasil: três momentos decisivos.** Ver. Educação Rio Grande do Sul, v. 28, v. 30 n. 20, 2005.

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 13. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

SHULMAN, L. S. **Those who understand:** knowledge growth in teaching. Educational, v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986.

SILVA, A. J.; LIMA, A. **Da Lagoa D'água ao Belo Jardim.** Recife: Ed. Dos Autores, 1999.

SILVA, C. P. **A Matemática no Brasil: história de seu desenvolvimento.** São Paulo, SP: Editora Edgard Blucher, 3º ed., 2003.

SILVA, R. D. **A formação do professor de matemática:** um estudo das representações sociais. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

TANURI, L. M. **Articulação entre bacharelado e licenciatura na UNESP:** uma proposta didática. Didática, São Paulo: UNESP, n. 19, p. 39-45, 1983.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e formação profissional.** 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

VALENTE, W. R. Osvaldo Sangiori e o Movimento da Matemática Moderna no Brasil. **Rev. Diálogo Educ.** Curitiba, v. 8, n. 25, p. 583-613, set/dez. 2008.

_____. História da Matemática na licenciatura. **Educação Matemática em Revista.** SBEM, v. 9, edição especial, p. 88-94, março/2002.

VICENTINI, P. P. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa.** Paula Perin Vicentini e Rosário Genta LUGLI – São Paulo: Cortez, 2009 – Biblioteca básica da história da educação brasileira: v. 4

VILELA PAIVA - Revista da SBEM, nº 11 A, abril de 2002

VOIGT, J. M. R. **Licenciatura em Matemática:** sentidos e significados de egressos à sua formação inicial. 2012. 96f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação). PUC-SP. São Paulo, 2012.

ZICCARDI, L. R. N. **O curso de matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo:** uma história de sua constituição/desenvolvimento/legitimação. 2009. 412 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

APÊNDICE A – QUADROS DE PESQUISAS BIBLIOGRÁFICAS

QUADRO 8 - Teses e dissertações que tratam da história da formação de professores e professoras no Brasil

ORIGEM	AUTOR	TÍTULO	ANO
Dissertação	Edda Curi	Formação de professores de matemática: realidade presente e perspectivas futuras	2000
Tese	Rejane Dias da Silva	A formação do professor de Matemática: um estudo das representações sociais	2008
Dissertação	Anna Carolina de Lazzari Reis	Representações sociais sobre o ser professor: indícios da constituição da identidade docente	2011
Dissertação	Oscar Silva Neto	A formação dos professores de Matemática no Instituto Federal Catarinense	2015
Tese	Kariton Pereira Lula	A formação dos formadores de professores de matemática: um estudo na Licenciatura em Matemática do IFG – Campus Goiânia	2017

Fonte: A Autora, 2020.

QUADRO 9 – Teses e Dissertações que abordam os Cursos de Licenciatura em Matemática no Brasil

ORIGEM	AUTOR	TÍTULO	ANO
Dissertação	Sonia Maria da Silva Junqueira	Constituição da Identidade de Cursos de Licenciatura em Matemática à Luz da Modernidade Líquida	2010
Dissertação	José Wilson dos Santos	Os currículos de um Curso de Licenciatura em Matemática: um estudo de caso sobre as mudanças ocorridas no período de 2000 a 2010	2011
Tese	Jane Mery Richter Voigt	Sentidos e significados de Egressos da Licenciatura em Matemática à sua Formação Inicial	2012

Tese	Robson Aldrin Lima Mattos	Licenciatura em matemática das universidades estaduais da Bahia: origem e estado atual	2015
Dissertação	Letícia Nogueira Gomes	O que nos conta a revista documenta: sobre cursos que formavam professores de Matemática no Brasil (1962 a 1979)	2019

Fonte: A Autora, 2020.

QUADRO 10 - Artigos por autor, ano de publicação e revista

AUTOR	TÍTULO	ANO	REVISTA
Helena Costa Lopes de Freitas	Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação	2002	Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 136-167
Sonia Maria da Silva Junqueira Ana Lúcia Manrique	Licenciatura em Matemática no Brasil: aspectos históricos de sua constituição	2012	REIEC Volume 8 Nro.1 pp.42-51 - 2012
Marilena Bittar Adriana Barbosa de Oliveira José Luiz Magalhães de Freitas	Um estudo sobre mudanças curriculares em uma licenciatura em Matemática ao longo de 30 anos	2013	Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº49, p.294-308, mar2013-ISSN: 1676-258
Sonia Maria da Silva Junqueira Ana Lúcia Manrique	Reformas curriculares em cursos de licenciatura de Matemática: intenções necessárias e insuficientes	2015	Revista Ciênc. Educ., Bauru, v. 21, n. 3, p. 623-635, 2015
Carlos Mathias	Formação ou deformação inicial de professores? Uma crítica aos cursos de Licenciatura em Matemática	2017	Revista Thema, 01 may, 2017, Vol. 14(2), pp. 5-8
Eliane Alves Pereira Leite / Carmen Lúcia Brancaglioni Passos	Considerações sobre lacunas decorrentes da formação oportunizada no curso de Licenciatura em Matemática	2020	Revista de Educação Pública.

Fonte: A Autora, 2020.

ANEXO A – DOCUMENTOS DA AEB/FBJ

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE CURADORES DA FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO 1º CICLO DE BELO JARDIM.

Aos dez(10) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e três(1973) no Edifício da Prefeitura/Municipal de Belo Jardim, às 19(dezenove) horas, após a assunção aos cargos para os quais foram nomeados por atos do Exce lentíssimo Senhor Prefeito do Município, teve início a primeira reunião do Conselho de Curadores da Faculdade de Formação de Professores do 1º Ciclo de Belo Jardim. Assumiu a Presidência dos trabalhos o Dr. Artur Barbosa Maciel, presidente de / fundação. Disse, preliminarmente, que momentos antes, recebera / conjuntamente com os seus pares a incumbência de organizar e institucionalizar os cursos superiores a serem implantados / nesta cidade. Já discursara anteriormente. E nada mais tinha a comentar nesta reunião, pois, os propostos de que estava possu indo, foram largamente expostos na solenidade anterior, sob a presidência do Exmo. Sr. Prefeito Municipal. Mas, com a posse verificada minutos antes, convocava a primeira reunião do Conselho de Curadores para uma tomada de posição. E, como não/ poderia deixar esta tomada de posição se referia ao exame, -- por parte do Conselho de Curadores, do Regimento Interno da primeira unidade a ser implantada, sob as auspícias da Fundação .O Sr. Presidente, solicitou do Professor Ubirajara Neiva/ de Melo, Diretor nomeado, que lesse integralmente, o ante-proje to do regimento interno da Faculdade de Formação de Professo res do Primeiro Ciclo. A matéria foi lida em todos os seus / artigos e parágrafos. A seguir o Sr. Presidente disse que con sultava o Conselho a respeito do conteúdo de tal matéria. E se, por ventura, dito conselho quizesse aprovar o regimento/ em bloco, começaria a tomar os votos .Consultado e tendo em / vista a proposta do Conselheiro Geraldo Gomes dos Passos, o conselho deliberou pela aprovação do Regimento Interno em bloco, aprovação esta AD REFERENDUM da congregação da futura / Faculdade. Se esta, no futuro, desejar emendar ou reformar in totum o documento, que o faça. Porém, no momento, o ideal seria/ aprovar o Regimento com a redação que se encontra. Posta em /

votação a proposta do Dr. Geraldo Gomes dos Passos, foi a mesma aprovada a unanimidade. O Conselho de Curadores, a seguir, felicitou o Sr. Presidente da Fundação e por proposta do Conselheiro Ubirajara Neiva de Melo, foi aprovado um voto de congratulações com a juventude Belojardinense, tendo em vista a implantação do novel estabelecimento de ensino. Como nada mais houvesse a tratar, eu Jesunita Batista de Souza, Secretária ad-hoc, nomeada para este ato, escrevi.

Artur Barbosa Maciel

Ayrton Barbosa Maciel

Genildo Mota Valença

Geraldo Gomes dos Passos

Aluizio Ferreira dos Santos Pimentel

Pedro Leite Cavalcanti

Antônio Nunes Cabral

Pe: Francisco de Assis Neves

Ubirajara de Neiva Melo

DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS - 28/02/76

DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS

**Prefeitura Municipal de
Belo Jardim**

LEI Nº 231/75

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO
BELO JARDIM, faz saber que a Câmara
de Vereadores de Belo Jardim, Decreta e
eu sanciono a presente Lei

EMENTA: Transforma a Faculdade
de Formação de Profes-
sores "GILBERTO
FREIRE" - FESBEJA -
de Belo Jardim, em Au-
tarquia Educacional.

Art. 1º - A Faculdade de Formação de
Professores "GILBERTO FREIRE" FES-

BEJA, de Belo Jardim, criada pela Lei
Municipal de nº 222/74 de 27 de junho de
1974, nos termos da Lei Federal 4.024 de
24/12/61, pela presente Lei, possa consti-
tuir a Autarquia Educacional, supervisi-
onada pela Prefeitura Municipal do Belo
Jardim.

Art. 2º - Faculdade de Formação de
Professores de Belo Jardim, em forma de
Autarquia, terá personalidade Jurídica e
patrimônios próprios, autonomia financei-
ra, administrativa e didática.

Art. 3º - A Autarquia "FACULDA-
DE DE FORMAÇÃO DE PROFESSO-
RES" FESBEJA será dirigida por um Di-
retor, nomeado pelo Prefeito do Municí-
pio, mediante lista triplíce, apresentada

pela congregação de Professores, devendo
o mandato do Diretor ter duração de qua-
tro (4) anos.

Art. 4º - O quadro de pessoal docente
e administrativo da Autarquia, obedecerá
ao Regime CLT e será aprovado pelo Pre-
feito do Município.

Art. 5º - Revogadas as disposições em
contrário.

Prefeitura Municipal do Belo Jardim,
26 de maio de 1975.

Sebastião Lopes da Silva
Prefeito

(1620)

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BELO JARDIM - RJ.

ANTÔNIO DE MOURA BEZERRA - DIRETOR.

28-02-1976

Prefeitura Municipal do Belo Jardim

DECRETO Nº 20

O Prefeito do Município de Belo Jardim, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei Municipal nº 231 de 26 de maio de 1975.

DECRETA:

CAPÍTULO I

Da denominação, natureza, sede e duração.

Art. 1º - A Autarquia Municipal, (FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE 1º GRAU DE BELO JARDIM), pessoa jurídica de direito público de Administração indireta do Município, é entidade dotada de autonomia administrativa, financeira e didática, com sede e foro na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Art. 2º - Revalidadas as hipóteses de extinção compulsória, previstas na legislação Federal, a Autarquia somente será extinta por dispositivo de Lei Municipal.

CAPÍTULO II

Das Diretrizes e fins

Art. 3º - A Autarquia Municipal tem as seguintes finalidades:

- I - Formar Professores para o ensino do 1º grau;
- II - Realizar pesquisas e criar atividades que enriqueçam o acervo de conhecimentos e técnicas nos seus diversos setores;
- III - Contribuir para o progresso cultural do Município e da Região.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e da Receita

Art. 4º - O Patrimônio da Autarquia é constituído:

- I - de doações recebidas de entidades públicas devidamente autorizadas;
 - II - do saldo do exercício financeiro;
- Art. 5º - Constituem receita da Autarquia:

- I - verbas constantes do orçamento do Município a ela destinadas;
- II - subvenções ou auxílio do Estado ou da União;
- III - rendas eventuais resultantes de prestação de serviço;
- IV - taxas cobradas aos alunos do estabelecimento mantido pela Autarquia;

V - quaisquer outros fundos que lhe forem destinados, desde que devidamente autorizados.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Art. 6º - São órgãos administrativos da Autarquia:

- I - Conselho Deliberativo;
- II - Conselho Fiscal;
- III - Diretoria Executiva.

SEÇÃO I

Art. 7º - O Conselho Deliberativo é constituído:

- I - de um representante do Prefeito do Município;
- II - de dois representantes da Câmara Municipal;
- III - de dois representantes da Faculdade.

Art. 8º - O representante do Prefeito é membro nato e Presidente do Conselho Deliberativo e terá apenas voto de desempate, sendo substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente, eleito pela maioria de seus membros.

Art. 9º - Com exceção do representante do Prefeito, será de dois (2) anos o mandato de cada Conselheiro, admitida a recondução.

Art. 10º - Cada Conselheiro terá um suplente, nomeado na forma do parágrafo subsequente, que o substituirá nas faltas e impedimentos.

Art. 11º - Os Conselheiros serão nomeados pelo Prefeito mediante indicação dos órgãos representados no Conselho.

Art. 12º - Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - Pagar pelo cumprimento da Política Nacional de Educação que for estabelecida para os cursos Superiores;
- II - Aprovar anualmente os planos de trabalhos a ele submetidos pela Diretoria Executiva e relar por sua Execução;
- III - deliberar sobre o relatório anual das atividades da Autarquia elaborado pela Diretoria, antes do seu encaminhamento ao Prefeito do Município;
- IV - Apresentar a Diretoria sugestões relativas aos problemas administrativos da Autarquia;
- V - Receber a lista triplíce de nomes

OFICIAL

28

Fevereiro de 1976 953

indicados pela Congregação dos Professores da Faculdade, para nomeação do Diretor e Vice-Diretor da Faculdade, os quais não poderão fazer parte do Conselho;

Art. 13º - Haverá anualmente quatro (4) sessões ordinárias do Conselho, mediante convocação obrigatória do Presidente para o desempenho das atribuições previstas no artigo anterior.

Art. 14º - Mediante convocação de seu Presidente ou de um terço (1/3) de seus membros, com antecedência de três dias, o Conselho poderá reunir-se extraordinariamente, para exame de matéria considerada de urgência.

Art. 15º - Cada sessão do Conselho poderá desdobrar-se em duas ou mais reuniões.

Art. 16º - Perde o mandato o Conselheiro que faltar a três (3) reuniões consecutivas do Conselho, salvo motivo de força maior, reconhecida por este.

Art. 17º - Será convocado, nos casos de perda de mandato, o respectivo suplente.

Art. 18º - O disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo não se aplica ao representante do Prefeito.

Art. 19º - Os membros do Conselho Deliberativo não perceberão remuneração a título de gratificação.

Art. 20º - O Conselho reunir-se-á com a presença mínima de um terço (1/3) de seus membros.

Art. 21º - O Conselho Deliberará por maioria absoluta.

Art. 22º - Compete ao Presidente do Conselho:

- I - Cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias e deliberações do Conselho;
- II - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III - Submeter à votação os assuntos de competência do Conselho, exercendo o voto de desempate;

Art. 23º - Aos membros do Conselho compete:

- I - participar das reuniões do Conselho;
- II - Emitir parecer ou voto por escrito;
- III - Oferecer sugestões e apresentar estudos para discussão no Conselho sobre assuntos de sua competência;
- IV - pedir vista ou requerer adiamento da votação quando necessitar de melhor estudo para proferir o voto;

Art. 24º - Fazer indicações, requerimentos e propostas em assuntos da competência do Conselho;

Art. 25º - trazer ao conhecimento do Conselho qualquer irregularidade da Administração da Autarquia.

Art. 26º - O Presidente do Conselho requisitará um servidor da Autarquia, de sua livre escolha, para desempenhar a função de Secretário do Conselho.

SEÇÃO II

Do Conselho Fiscal

Art. 27º - O Conselho Fiscal será integrado de um (1) representante da Prefeitura Municipal, um (1) representante da Câmara Municipal e um servidor da Autarquia, indicados pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara respectivamente, e o último pelo Conselho Deliberativo.

Art. 28º - Os Membros do Conselho Fiscal

serão seu suplente convocados na forma deste artigo, para substituí-los nos impedimentos eventuais.

Art. 29º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez em cada trimestre e, extraordinariamente, tantas vezes quantas sejam necessárias.

Art. 30º - A duração do mandato do Conselho será de um (1) ano, permitida a recondução.

Art. 31º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pelo Conselho Deliberativo, a título de gratificação por cada reunião realizada.

Art. 32º - Ao Conselho Fiscal compete:

- I - Emitir parecer por escrito sobre balanços periódicos, balanços e prestação de contas apresentadas pela Diretoria;
- II - Opinar sobre assuntos de contabilidade e questões financeiras, quando solicitadas pelo Conselho e pela Diretoria;

Art. 33º - Requisitar e examinar a qualquer tempo, documentos e livros, os quais que papéis, relacionados com a Administração orçamentária e financeira da Autarquia.

Art. 34º - Colaborar com a Diretoria quanto do solicitado no preparo da proposta orçamentária da Autarquia.

SEÇÃO III

Art. 35º - A Diretoria Executiva é constituída de um (1) Diretor Geral e um (1) Diretor Administrativo, cargos que deverão ser ocupados pelo Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores, respectivamente.

Art. 36º - O mandato dos membros está condicionado pelo fato de que, se o Diretor Administrativo, cargos que deverão ser ocupados pelo Diretor e Vice-Diretor da Faculdade e se extinguir com a extinção destes.

Art. 37º - O Conselho, a qualquer tempo, encontrando justas causas, poderá sugerir ao Prefeito do Município a destituição dos membros da Diretoria.

Art. 38º - Compete a Diretoria entre outras, as seguintes atribuições:

- I - Administrar a Faculdade com observância do presente Estatuto, do Regimento Interno da Faculdade e das normas aprovadas pelo Conselho;
- II - Elaborar os planos de trabalho para o exercício seguinte, submetendo-os em tempo hábil, à apreciação do Conselho Deliberativo;

Art. 39º - Submeter à apreciação do Conselho, em tempo hábil, para sua aprovação e indicação ao Executivo, a proposta orçamentária da Faculdade, para o exercício seguinte;

Art. 40º - Submeter em tempo hábil, ao exame do Conselho Deliberativo, o Relatório e as contas anuais, acompanhadas do balanço e do parecer do Conselho Fiscal;

Art. 41º - Movimentar os recursos da Autarquia.

Art. 42º - Ao Diretor Geral compete:

- I - Representar a Autarquia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo, conjuntamente com o Diretor Administrativo, constituir mandatário em nome da entidade;

Art. 43º - Superintender as atividades gerais da Autarquia.

Art. 44º - Praticar os atos de administração e exercer o poder disciplinar no âmbito da Autarquia e na forma do Regimento Interno da Faculdade;



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO
Av. Rui Barbosa, 1559 — Recife — Telefone 28-2092

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 19 DE AGOSTO DE 1976

RES. Nº 15/76
Aprovada na Sessão Plenária
de 19 / agosto / 1976
Plúrio

Autoriza o funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, com os cursos de Licenciatura, de curta duração, em Ciências, Estudos Sociais e Letras.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe conferem o § 2º do art. 9º da Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, o inciso V, do Art. 7º, da Lei Estadual nº 4.591, de 1º de março de 1963, e a alínea "a" do inciso IV, do artigo 12 do seu Regimento;

CONSIDERANDO o Parecer nº 204/76 da Câmara do Ensino de 2º Grau e Superior, aprovado em plenário na reunião de 19 de agosto de 1976,

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizado, nos termos e condições do Parecer nº 204/76 deste Conselho, o funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, mantida pela "Autarquia Educacional Faculdade de Professores de Belo Jardim", criada pela Lei nº 231, de 26 de maio de 1975, do município de Belo Jardim.



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Av. Rui Barbosa, 1559 — Recife — Telefone 28-2992

RES. Nº 15/76

Fls. 2

Art.2º - A Faculdade está autorizada a funcionar com os cursos de Licenciatura, de curta duração, em Ciências, Estudos Sociais e Letras.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO,
em 19 de agosto de 1976

Antônio Carolino Gonçalves
ANTÔNIO CAROLINO GONÇALVES
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM

Portaria n. 45/77

O Prefeito do Município do
Belo Jardim, no uso de su-
as atribuições legais, RE-
SOLVE:

Designar o Sr. José Albérico Batista Diretor
Administrativo desta Prefeitura e os Srs. Vereadores Willi
am Brito e José Wilson Cordeiro, para acompanharem todos /
os trabalhos referente ao concurso do Vestibular, a ser /
realizado de acordo com o calendário, cabendo a Presidenci
a ao 1º (primeiro).

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal em 10 de fe-
vereiro de 1977.



José Fábio Galvão
Prefeito

Quarta - feira 2

DIÁRIO OFICIAL (Seção I - Parte I) Agosto 1978

12117

+ Decreto nº 82 057 de 01 de agosto de 1978

Autoriza o funcionamento dos cursos de Ciências, de Estudos Sociais e de Letras, da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, com sede na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5 540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista Parecer do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, conforme consta do Processo número 230 353/77 do Ministério da Educação e Cultura,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento dos cursos de Ciências, de Estudos Sociais e de Letras, todos com licenciatura de curta duração, da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, mantida pela Prefeitura Municipal de Belo Jardim, com sede na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

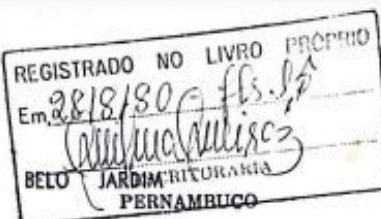
Brasília, em 01 de agosto de 1978;
1579 da Independência e 909 da República.

ERNESTO GEISEL

Euro Brandão +



PREFEITURA MUNICIPAL DO



Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio GalvãoLEI Nº 383/80

O Sr. Prefeito do Município do Belo Jardim, no uso de suas atribuições. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

EMENTA: Reformula o disposto no Art. 1º da Lei nº 231/75 que constitui a Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim-FABEJA, em autarquia municipal, transformando esta última em Entidade Mantenedora da primeira.

Art. 1º- Fica criada, desdobrando-se a Instituição prevista na Lei nº 231/75, nos termos da presente Lei a autarquia Educacional do Município do Belo Jardim, constituindo-se em entidade de mantenedora da Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim - FABEJA e das demais unidades de ensino que venham a ser criadas no município.

Parágrafo Único- A autarquia prevista neste artigo, de acordo com o art. 4º da Lei nº 5530/68, com sede e foro na cidade do Belo Jardim, reger-se-á pelo Estatuto devidamente aprovado em Decreto da Prefeitura Municipal.

Art. 2º- A autarquia Educacional do Município do Belo Jardim, é uma Instituição voltada para o ensino, e para as atividades culturais e científicas, tendo personalidades, estrutura jurídica e patrimônio próprios, bem como autonomia financeira.

§ 1º- A Instituição prevista neste artigo deve ser supervisionada pela Prefeitura Municipal do Belo Jardim, como órgão de administração indireta.

§ 2º- No exercício de suas atribuições - compete à Autarquia, referida no caput deste artigo, criar, implantar, e manter instituições de ensino, no âmbito do Município.

§ 3º- Além da Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim-FABEJA, passará a constituir-se entidade mantida pela autarquia Educacional do Município do Belo Jardim, toda e qualquer instituição de ensino que, por ela, venha a ser criada.

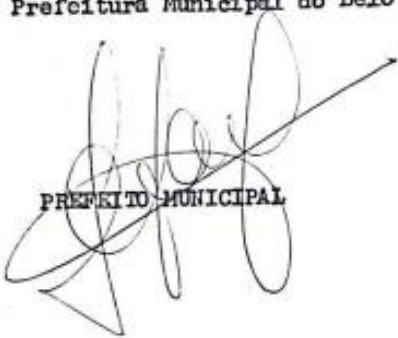


PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

Art. 3º- Revogam-se as disposições em
contrário.
28 de agosto de 1980.


PREFEITO MUNICIPAL

a) José Fábio Galvão
ios.



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

DECRETO Nº 34/80

Aprova o Estatuto da Autarquia Educacional do Município do Belo Jardim-AEB.

O Prefeito do Município do Belo Jardim, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que contém a Lei Municipal Nº 383 de 28 de agosto de 1980,

DECRETA :

Art. 1º- Pelo presente Decreto fica aprovado o Estatuto da Autarquia Educacional do Município do Belo Jardim-AEB;

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

E S T A T U T O

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS:

Art. 1º- A Autarquia Educacional do Município do Belo Jardim-AEB, com sede e foro na cidade do Belo Jardim, Estado de Pernambuco, instituída pela Lei Municipal Nº 383 de 28 de agosto de 1980, é pessoa jurídica de direito público da administração indireta do Município.

Art. 2º- Ressalvadas as hipóteses de extin



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

ção compulsória, previstas na Legislação Federal, a Autarquia tem duração ilimitada, somente podendo ser extinta por dispositivo de Lei Municipal e reger-se-á pelo presente Estatuto.

C A P Í T U L O I I

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 3º- A Autarquia Educacional do Município do Belo Jardim-AEB, tem por finalidades e objetivos:

- a) Criar, instalar e manter, no Município, unidades de ensino;
- b) Criar, instalar e manter, órgãos responsáveis pela realização de pesquisas e atividades de cunho sócio-cultural;
- c) Promover condições nas instituições mantidas para a realização de cursos de pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e/ou extensão;
- d) Estimular as atividades intelectuais e artísticas, a capacidade criativa e instituir prêmios e bolsas de estudos, estágios, cursos, etc;
- e) Contribuir para o processo de desenvolvimento econômico e social da cidade, do Município e da Região.

Parágrafo Único- Com vistas à integração dos vários graus de ensino poderá a Autarquia, criar, instalar e manter instituições de ensino de 1º e 2º graus, bem como departamentos, divisões, serviços e cursos livres de natureza técnico-científica e cultural.

Art. 4º- Para atingir seus objetivos e finalidades, a Autarquia Educacional do Município do Belo Jardim-AEB, poderá firmar, por si e/ou pelas unidades mantidas, convênios e acor-



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

dos com pessoas de direito público ou privado.

Parágrafo Único- A Autarquia poderá também, con-
veniar com municípios vizinhos para que sejam implantados na re-
gião, órgãos de pesquisas, estudos, arte e tecnologia.

C A P Í T U L O I I I

DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 5º- O imóvel constitutivo do patrimônio ini-
cial é inalienável, podendo ser doado pela Prefeitura Municipal e
não será objeto de ônus real de garantia.

Parágrafo Único- Verificar-se-á, no entanto, a
sub-rogação judicial do patrimônio referido neste artigo, toda vez
que se tornar necessária sua alienação, para aquisição de outro mais
rendoso ou conveniente, ou ainda, no caso de permuta vantajosa, ouvi-
do o Ministério Público e expedido o alvará pelo juiz competente.

Art. 6º- São rendimentos da Autarquia:

- a) Doações recebidas de entidades públicas e ou
privadas, devidamente autorizadas pela Prefeitura Municipal;
- b) Verbas constantes do orçamento do Município a
destinadas;
- c) Subvenções ou auxílios do Estado e ou da União
- d) Rendas eventuais resultantes de prestações de
serviços;
- e) Saldos do exercício financeiro;
- f) Quaisquer outros fundos que lhe forem destina-
dos, desde que devidamente autorizados;
- g) Contribuições oriundas de convênios, acordos
firmados com instituições de direito público e/ou privado.



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Gulyão

C A P Í T U L O I V

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º- São órgãos administrativos da Autarquia:

- a) Conselho Deliberativo
- b) Conselho Fiscal
- c) Diretoria Executiva
- d) Assembléia

S E C Ç Ã O I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 8º- O Conselho Deliberativo é o órgão encarregado de zelar pelo cumprimento da política definida para a Autarquia e suas entidades mantidas.

Art. 9º- O Conselho Deliberativo é composto por 07(sete) membros, nomeados pelo Prefeito do Município, mediante indicação dos órgãos que representam, assim distribuídos:

- a) Um (1) representante do Prefeito, que é membro nato e Presidente do Conselho, tendo apenas, o voto de desempate
- b) Dois(2) representantes da Câmara Municipal, indicados pelo seu Presidente.
- c) Dois (2) representantes do Corpo Docente das unidades mantidas cujos nomes serão indicados ao Prefeito para a escolha.
- d) Dois(2) representantes estudantis, também indicados pelas unidades mantidas para a escolha e nomeação pelo Prefeito do Município.

Art. 10- O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de dois (2) anos, podendo haver recondução.

§ 1º- O prazo previsto neste artigo, não se refere



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

re ao Presidente da Autarquia, cujo mandato está subordinado a determinação do Chefe do Executivo Municipal.

§ 2º- O Presidente do Conselho será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente.

§ 3º- A escolha do Vice-Presidente será feita mediante eleição, entre os conselheiros e posteriormente nomeado pelo Prefeito.

§ 4º- Cada conselheiro terá um suplente, que o substituirá nas suas faltas e impedimentos.

§ 5º- A indicação dos suplentes será feita também, pelos órgãos que representam.

§ 6º- Todos membros do Conselho, eleitos ou nomeados, serão empossados mediante termo de compromisso.

Art. 11- Ao Conselho Deliberativo compete:

a) Fugnar pelo cumprimento da política nacional de educação, velando pelo seu cumprimento, através das unidades mantidas;

b) Aprovar o regimento da Autarquia Educacional do Município do Belo Jardim-AEE;

c) Aprovar anualmente os planos de trabalho e o orçamento programa da Autarquia, apresentados pela Diretoria Executiva de zelar pelas suas execuções;

d) Deliberar sobre o relatório anual de atividades da Autarquia elaborado pela Diretoria Executiva, antes do seu envio à Prefeitura Municipal;

e) Apresentar à Diretoria Executiva, sugestões relativas aos problemas administrativos da Autarquia;

f) Aprovar a escolha do Diretor e do Vice-Diretor das unidades mantidas, dentre os nomes constantes da lista tríplice, para nomeação dos mesmos pelo Presidente da Autarquia, ou pelo Prefeito Municipal;

1.566 fls. - 07.80 - VIII



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

-0 c) Aprovar planos de bolsas de estudos, estágios, cursos, etc.

-v h) Opinar sobre o plano de remuneração do pessoal da Autarquia;

-i) Decidir e opinar sobre a concessão de títulos honoríficos, prêmios escolares e homenagens;

j) Opinar sobre a criação, instalação e manutenção de entidades de ensino, órgãos de estudo, orientação e pesquisas de caráter científico e cultural.

Art. 12- Anualmente haverá 4 (quatro) sessões ordinárias do Conselho Deliberativo, mediante convocação obrigatória do Presidente para o desempenho das atribuições previstas no artigo anterior.

§ 1º- Mediante convocação de seu Presidente ou de 1/3 (um terço) de seus membros, com antecedência de três dias, o Conselho poderá reunir-se extraordinariamente, para exame de matéria considerada de urgência.

§ 2º- Cada sessão do Conselho poderá desdobrar-se em duas ou mais reuniões, perdendo o mandato o conselheiro que faltar três (3) reuniões consecutivas, sem comprovação de motivo superior.

§ 3º- Nos casos de perda de mandato do conselheiro, será imediatamente convocado o seu suplente.

§ 4º- O disposto no § 2º não se aplica ao Presidente que poderá ser substituído pelo Vice Presidente no limite máximo de 50% das reuniões realizadas em cada ano.

§ 5º- O Conselho deliberará por maioria absoluta e os seus membros não perceberão remuneração a título de gratificação.

Art. 13- Ao Presidente do Conselho compete:

a) Cumprir e fazer cumprir as normas estatutárias e as deliberações do Conselho.

1.500 fls. - 07-08 - VIII



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

b) Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias.

c) Submeter à votação os assuntos de competência do Conselho, exercendo o voto de desempate.

Art. 14- Compete aos conselheiros:

a) Participar de todas as reuniões;

b) Emitir parecer ou voto por escrito;

c) Oferecer sugestões e apresentar estudos para discussão no Conselho, sobre assuntos de sua competência

d) Pedir vista ou requerer adiamento da votação, quando necessitar de melhor estudo para proferir o voto.

e) Fazer indicações, requerimentos e propostas em assuntos de competência do Conselho;

f) Trazer ao conhecimento do Conselho qualquer irregularidade da administração da Autarquia ou das unidades mantidas.

Art. 15- O Presidente do Conselho requisitará um servidor da Autarquia para secretariá-lo.

S E Ç Ã O II

DO CONSELHO FISCAL

Art. 16- O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da administração orçamentária da Autarquia bem como das unidades por esta mantidas.

Art. 17- O Conselho referido no artigo anterior será constituído de um (1) representante da Prefeitura Municipal, um representante da Câmara Municipal e um representante da Autarquia.

§ 1º- Os membros referidos no Art. 17 deverão ser indicados pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente da Autarquia, respectivamente.

§ 2º- O Prefeito Municipal, o Presidente da

1.500 Fls. 1 de 7-00 - VIII



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

Câmara e o Presidente da Autarquia, indicarão também, um suplente para cada conselheiro.

§ 3º- É de um (1) ano o mandato do Conselho Fiscal, podendo haver recondução.

§ 4º- A título de gratificação o Conselho Deliberativo poderá designar um quantum a ser pago a cada conselheiro membro do Conselho Fiscal, por reunião ordinária realizada.

§ 5º- O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez em cada semestre e extraordinariamente, tantas vezes quantas sejam necessárias.

Art. 18- Ao Conselho Fiscal compete:

a) Emitir parecer por escrito, sobre balancetes periódicos, balanços e prestações de contas apresentadas pelas Diretorias, tanto da Autarquia, quanto das unidades mantidas.

b) Opinar sobre assuntos de contabilidade e questões financeiras, quando solicitado pelos demais órgãos da Administração da Autarquia.

c) Requisitar e examinar a qualquer tempo, documentos, livros caixa, ou qualquer documento relacionado com a administração orçamentária da Autarquia e das unidades mantidas.

d) Colaborar com a Diretoria Executiva no preparo da receita orçamentária da Autarquia e zelar pela execução da mesma

S E Ç Ã O III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 19- A Diretoria Executiva é o órgão encarregado da administração da Autarquia e será exercida por um Diretor Executivo e nas suas faltas e impedimentos, por um Vice Diretor.

§ 1º- Os Diretores previstos no caput deste artigo, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas que demonstrem capacidade administrativa e identificação com problemas do ensino.

1.594 Fls. - 47/83 - VIII



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

§ 2º- O mandato do Diretor Executivo e do Vice-Diretor é de quatro (4) anos, não podendo haver recondução para o período subsequente, no mesmo cargo.

§ 3º- O Conselho Deliberativo poderá sugerir ao Prefeito a destituição de qualquer um dos Diretores, desde que comprove negligência ou incapacidade no desempenho das funções específicas.

§ 4º- O Diretor deverá designar dentre os servidores da Autarquia, uma pessoa para desempenhar as tarefas da secretaria e tesouraria da mesma.

Art. 20- À Diretoria Executiva compete:

- a) Administrar a Autarquia com observância do presente Estatuto.
- b) Elaborar o regimento interno da Autarquia submetendo-o à apreciação do Conselho Deliberativo.
- c) Elaborar os planos de trabalhos e as propostas orçamentárias da Autarquia, submetendo-os aos Conselhos competentes.
- d) Submeter anualmente, ao exame dos conselhos Deliberativo e Fiscal o relatório das atividades e a prestação de contas, acompanhados do balanço, realizados pela Autarquia.
- e) Prover a Autarquia de bens e serviços que dêem condições de um bom desempenho de suas tarefas.

Art. 21- Ao Diretor Executivo compete:

- a) Representar a Autarquia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.
- b) Superintender as atividades gerais da Autarquia.
- c) Praticar os atos da administração e exercer o poder disciplinar no âmbito da Autarquia, velando pelo cumprimento do regimento interno.
- d) Participar das reuniões dos Conselhos, sem contudo, ter direito a voto.

1.500 R\$ - 07-80 - VIXX



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Educação

- e) Elaborar e executar juntamente com o Diretor os planos de trabalho e a proposta orçamentária da Autarquia.
- f) Firmar acordos e convênios celebrados entre a Autarquia e instituições de direito público e privado, responsabilizando-se pelas suas execuções.
- g) Movimentar conjuntamente com o tesoureiro, os recursos da Autarquia, abrindo inclusive contas bancárias.
- h) Cumprir e fazer cumprir as normas previstas no regimento e emanadas dos Conselhos.
- i) Receber subvenções e/ou ajudas dadas à Autarquia por pessoas de direito público e privado.
- j) Propor o quadro e sugerir remuneração do pessoal, nomeando-os depois de devidamente aprovados pelos Conselhos.
- l) Elaborar anualmente, relatório de atividades bem como a prestação de contas e o balancete da Autarquia.
- m) Organizar e controlar os serviços da administração relativos a pessoal, material e patrimônio.

S E Ç Ã O IV

DA ASSEMBLÉIA

Art. 22- A Assembléia na Autarquia, compreende a reunião do Presidente do Conselho Deliberativo, de um(1) dos membros do Conselho Fiscal, do Diretor Executivo e seu Vice Diretor, bem como todos os Diretores das unidades mantidas.

Parágrafo Único- Podem também fazer parte da Assembléia todos aqueles que a juízo dela:

- a) Fizerem doações de relevancia para a Autarquia;
- d) Distinguírem-se no Município, na Região ou no Estado pela contribuição ou desempenho profissional no campo da ciência, letras e artes.



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

Art. 23- A Assembléia reunir-se-á uma vez por ano para ouvir o relatório da Autarquia, para entrega de prêmios honoríficos ou para participar das solenidades de formatura.

Parágrafo Único- Em caráter excepcional, a Assembléia poderá reunir-se por convocação do Diretor Executivo, para tomar conhecimento de decisões importantes relativas ao destino da Autarquia, no caso de extinção ou de reforma do Estatuto.

C A P Í T U L O I V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24- O Pessoal do quadro da Autarquia será regido pelo regime da legislação trabalhista- CLT.

Art. 25- O Exercício financeiro da Autarquia deverá coincidir com o ano civil.

Art. 26- Nenhum componente dos Conselhos ou Assembléia perceberá vencimentos pelo desempenho do seu cargo, o qual considera-se serviço de utilidade pública.

Art. 27- As propostas de reforma do presente Estatuto devem ser apresentadas pela Diretoria Executiva, pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara, por escrito, para estudo e deliberação do Conselho Deliberativo, com antecedência de no mínimo quinze (15) dias da sessão de votação, só entrando em vigor após a aprovação do Decreto, pela Prefeitura Municipal.

Art. 28- Os casos omissos da Lei Nº 383/80, do presente Estatuto e do Regimento da Autarquia, serão resolvidos pela Diretoria Administrativa, ad-referendum do Conselho Deliberativo.

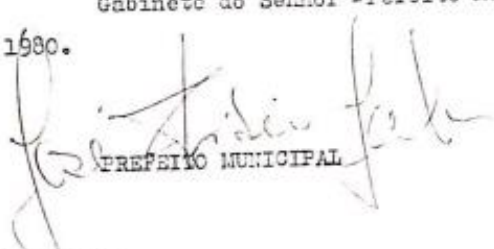


PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM
PERNAMBUCO

Gabinete do Prefeito

Administração
Fábio Galvão

Art. 29- Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 17 de setembro de 1980.


PREFEITO MUNICIPAL

a) José Fábio Galvão
JFG/Kr.

Sábado, 01

DIÁRIO OFICIAL

Agosto de 1981 21

Banco do Estado de Pernambuco S.A.
BANDEPE

REDECAÇÃO

No trecho da Ata do Conselho de Administração do Banco do Estado de Pernambuco S.A. - BANDEPE, redigida em 25 de julho de 1981 e publicada no Diário Oficial do Estado e Diário de Pernambuco, editados desta data, onde se lê:

"Procedida a votação, verificando-se a maioria, por unanimidade de votos, dos doutores JOSE ALVES DE OLIVEIRA, AMARO GERALDO DE BARROS, GARRET BEZERRA DE MOURA e SERGIO MAURICIO COUTINHO CORREIA DE OLIVEIRA, o primeiro para a Diretoria de Crédito Rural, o segundo para a Diretoria de Crédito Geral e o quarto para Diretor Administrativo." leu-se: "Procedida a votação verificando-se a maioria, por unanimidade de votos, dos doutores JOSE ALVES DE OLIVEIRA, AMARO GERALDO DE BARROS, GARRET BEZERRA DE MOURA e SERGIO MAURICIO COUTINHO CORREIA DE OLIVEIRA, o primeiro para a Diretoria de Crédito Rural, o segundo para a Diretoria de Crédito Industrial e de Infraestrutura, o terceiro para a Diretoria de Crédito Geral e o quarto para Diretor Administrativo."

Recife, 31 de julho de 1981

Selma Villar de Carvalho
Secretária da Diretoria

André Carlos Alves de Paula
Diretor Presidente

(91090)

FRIGOMAP S/A —
Frigorífico Industrial

C.G.C./MF sob o nº 11.348.061/0001-21

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

— CONVOCAÇÃO —

Ficam convidados os acionistas da FRIGOMAP S/A — Frigorífico Industrial, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 10 (dez) de agosto de 1981 (mil novecentos e oitenta e um), às 10:00 (dez) horas, na sede social, sita a Avenida Engenheiro Abdias de Carvalho, nº 50, bairro da Madalena, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) — Proposta da Diretoria, referente ao aumento do capital social de Cr\$ 232.847.089,00 (duzentos e trinta e dois milhões, oitocentos e quarenta e sete mil e oitenta e nove cruzeiros), sendo subscritos Cr\$ 114.900.000,00 (cento e quatorze milhões de cruzeiros) e integralizados Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), e, conseqüente reforma dos Estatutos Sociais, no "caput" do artigo 5º;

b) — Emissão de Debêntures;

c) — Assuntos conexos e correlatos.

Recife — IPEX, 30 de julho de 1981

Gerardo Francisco Simões
— Diretor Presidente —

(91094)

Banorte

BANCO NACIONAL DO NORTE S. A.
C.G.C. — MF 10.781.532/0001-67
Companhia Aberta

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Primeira Convocação

Convidamos os nossos Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 10 (dez) do próximo mês de agosto do corrente ano, às 14 (quatorze) horas, na sede social, na Avenida Marquês de Olinda, nº 200, nesta cidade do Recife, a fim de tomarem conhecimento da subscricao da totalidade das ações correspondentes ao aumento do capital social, no valor de Cr\$ 14.000.000,00, deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23.05.81, bem como homologarem o referido aumento de capital e deliberarem sobre a conseqüente reforma do artigo 5º do estatuto social, e, ainda, sobre assuntos correlatos do interesse da sociedade.

Recife, 31 de julho de 1981

JORGE AMORIM BAPTISTA DA SILVA
Presidente do
Conselho de Administração

Companhia Editora de Pernambuco
— CEPE

C.G.C./MF Nº 10.921.252/0001-07

AVISO

A COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO — CEPE, pessoa jurídica com sede social situada na Rua COELHO NETO, 530, nesta cidade, está a vender uma Máquina de SEIADORA em "L", de marca SEIOMATE, modelo GRP-10, com acessórios, a partir na hora comercial.

Recife, 30 de julho de 1981

Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco

C.G.C./MF Nº 10.842.672/0001-08

Assembleia Geral Extraordinária

Os comitadados dos senhores acionistas da COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, à Av. Conselheiro Rosa e Silva, 614, nesta cidade do Recife, pelas 15:00 hs. (quinze horas) do dia 11 (onze) de agosto do corrente ano de 1981, a fim de deliberar sobre o seguinte pauta:

- a) — reestruturação da Diretoria, inclusive a extinção, transformação e criação de cargos, bem como a alteração das respectivas atribuições;
- b) — alteração dos Estatutos Sociais;
- c) — eleição para cargos da Diretoria;
- d) — outros assuntos do interesse da Sociedade.

Recife, 27 de julho de 1981

Armando de Queiroz Monteiro
Diretor Presidente

(91065)

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
EMTU/RECIFE

C.G.C. — 11.234.254/0001-20

RECEBIMOS

O Diretor Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos-EMTU/Recife, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso I do Estatuto Aprovado pela Diretoria nº 012, de 02 de Janeiro de 1980,

RESOLVE:

- 1 - Estabelecer que a linha 7-02, entre a Estação de Transferência Expresso Nova Olinda, na qualidade de 1º e 2º. Da linha Nova Olinda;
- 2 - Ficar subordinadamente ao Diretor Geral (D) - tipo operacional e firma que a a empresa deverá explorar a linha mencionada, respeitando as normas operacionais estabelecidas pela EMTU/Recife;
- 3 - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor no dia de 01.08.81.

Recife, 30 de julho de 1981

STANLEY PORTO BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 258/81

O Diretor Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos-EMTU/Recife, "ad referendum" do Conselho de Administração, nos termos da Resolução nº 28 de 28.08.80,

RESOLVE:

- 1 - Que a linha 7-02, entre a Estação de Transferência Expresso Nova Olinda, na qualidade de 1º e 2º. Da linha Nova Olinda;
- 2 - Ficar subordinadamente ao Diretor Geral (D) - tipo operacional e firma que a a empresa deverá explorar a linha mencionada, respeitando as normas operacionais estabelecidas pela EMTU/Recife;
- 3 - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor no dia de 01.08.81.

Recife, 30 de julho de 1981

STANLEY PORTO BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

PERÍODO		DIÁRIO	
DIÁRIO	DATA	DIÁRIO	DATA
1	2.00	1.00	8.00
9.00	9.00	10.00	11.00

4 - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor no dia de 01.08.81.

Recife, 30 de julho de 1981

STANLEY PORTO BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 258/81

O Diretor Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos-EMTU/Recife, "ad referendum" do Conselho de Administração, nos termos da Resolução nº 28 de 28.08.80,

RESOLVE:

- 1 - Alterar a denominação da linha 7-02, entre a Estação de Transferência Expresso Nova Olinda, na qualidade de 1º e 2º. Da linha Nova Olinda;
- 2 - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor no dia de 01.08.81.

Recife, 30 de julho de 1981

STANLEY PORTO BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 258/81

O Diretor Presidente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos-EMTU/Recife, "ad referendum" do Conselho de Administração, nos termos da Resolução nº 28 de 28.08.80,

RESOLVE:

- 1 - Alterar a denominação da linha 7-02, entre a Estação de Transferência Expresso Nova Olinda, na qualidade de 1º e 2º. Da linha Nova Olinda;
- 2 - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor no dia de 01.08.81.

Recife, 30 de julho de 1981

STANLEY PORTO BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

Recife, 30 de julho de 1981

[illegible][illegible]

dos seus associados, autoridade do Poder Judiciário e do Poder Executivo Nacional dos Psedados - ART. 128 -
- Além dos psedados profetais, via, poderão se associar à Colônia, os psedados anátemas devidamente inscritos nos registros de Identidade Jurídica de Colônia - PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os associados nos Registros de Identidade Jurídica pelas atribuições de Colônia - ART. 129 - Constituem o patrimônio da Colônia de baixa nível e tomam as decisões pela Associação dos Registros e pela decisão, o acesso resultante dos psedados, os psedados, os psedados, os psedados e dos psedados, Contribuições - PARÁGRAFO PRIMEIRO, especialmente da Confederação Nacional Psedados e da SUEPE - PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de dissolução de Colônia de Foco 2 - 19, os psedados, os psedados, os psedados, os psedados, os psedados de uma entidade compõe devidamente autoridade, uma Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, cuja decisão será comunicada imediatamente à Confederação Nacional dos Psedados - ART. 130 -
- Os psedados de deliberação - Contribuições - PARÁGRAFO PRIMEIRO -

- Assembleia Geral, órgão deliberativo;
- Diretoria, órgão executivo e
- Conselho Fiscal, órgão fiscalizador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os componentes da Estatística da Colônia de Pesca 1 - 10 não poderão receber a qual quer título nemhuma remuneração da mesma. - a) - Em caso de extinção ou dissolução da Colônia de Pesca 2 - 10 a entidade beneficiada pelo parágrafo primeiro do artigo 109, desta Estatuta, deverá obrigatoriamente ser a mesma registrada no Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação. - Iguaçu, 17 de junho de 1981. - Presidente - WILTON SOUSA PLANCH

1210

Colônia de Pescadores — Z — 10

ESTATUTO DE COLONIA DE PESCADORES 2 - 10

ITAPISUNA = ICARASSU = 28

(RESUME)

ART. 14 - A Colônia de Pescadores I - 10 é uma associação civil sem fins lucrativos daquela que fazo da pesca sua profissão, o seu principal de vida criada em 1922 com prazo indeterminado de duração, com foro na cidade de Igarassu, Estado de Pernambuco, com sede no distrito de Igarassu, tendo por finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses

USINA PETRIBÚ S/A

C.G.C. (MF) N° 10.645.075/0001-83

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDENADA E INTERROMPIDA POR ACÓRDÃO DA MINA PETRO
SÓ S/A, CUMULATIVAMENTE REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1980.

DESA DA A.S.D. e A.S.E. CUMULATIVAMENTE REALIZADAS: 02 de Janeiro de 1981; HORAS: 10:00 horas; LOCAL DE SUA REALIZAÇÃO: Na sede social da empresa situada no Bairro Petrópolis, Município de Lagoa de Itaipua, Estado de Pernambuco; CONVOCAÇÃO: Não foram publicados os editais de convocação, estando no entanto a Assembleia apta a deliberar face a presença da totalidade dos acionistas da Companhia (Artigo 124, parágrafo 4º da Lei 5.404/78); QUORUM: Compareceram a totalidade dos acionistas conforme se verifica pelo "Livro de Presença"; COMPOSIÇÃO DA Mesa: Presidente - Helena Corrêa de Araújo Cavalcanti de Petrólis, Secretário - Jorge Cavalcanti de Petrólis; CONSELHO FISCAL: De acordo com o que permite a Lei e os estatutos sociais da Companhia, o funcionamento do Conselho Fiscal não é permanente, não tendo funcionado no exercício findo em 31 de agosto de 1980; PRESSUPOSTOS EXIGIDOS POR LEI: Relatório da Administração, cópia das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de agosto de 1980, publicadas no Diário Oficial do Estado e no Diário de Pernambuco no dia 20 de dezembro de 1980; FATOS CONSIDERÁVEIS: a) Aprovação das contas e demonstrações financeiras - As contas dos administradores e o balanço geral do exercício findo em 31 de agosto de 1980, e publicadas no Diário Oficial do Estado e no Diário de Pernambuco, edições do dia 30/12/1980, foram após amplo exame, discussão e votação aprovados por unanimidade, tanto no que se refere as contas dos administradores e demonstrações financeiras (artigo 132, Inciso I Lei 5.404/78), quanto no que se refere a aprovação da correção da expressão monetária do capital social (Artigo 132, Inciso IV da Lei 5.404/78), absteram-se de votar os legalmente impedidos; b) Destinação do lucro líquido do exercício - Do lucro líquido do exercício, no valor de Cr\$ 121.148.702,93 deliberou por unanimidade a Assembleia, destinar uma parcela no valor de Cr\$ 10.522.122,38 para aumento do capital, restando o saldo no valor de Cr\$ 110.626.580,55, que ficará em suspensão a disposição da Assembleia Geral; c) Aumento do capital social - Em consequência das deliberações supra e ainda da necessidade de incorporar ao capital social as reservas provenientes da correção monetária do capital e parte de lucros suspensos no valor de Cr\$ 128.380.000,00, foi deliberado por unanimidade da Assembleia Geral, aumentar o capital social de Cr\$ 769.620.000,00 (setecentos e sessenta e nove milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros) para Cr\$ 390.000.300,00 (trezentos e noventa milhões e trinta e cruzeiros), mediante a incorporação das reservas reguladas:

17 Cr\$ 109.837.847,32 provenientes da cobrança da expressão monetária do capital social; II) Cr\$ 11.712,99, provenientes da parte da reserva lucros acumulada, tudo consoante as deliberações contidas no Artigo 59 dos Estatutos Sociais - face às deliberações contidas no item anterior foi alterada a redação do artigo 59 dos estatutos sociais de, por deliberação unânime da Assembleia Geral passou a seguinte: "ARTIGO 59 - O capital social é de Cr\$ 290.030.000,00 (duzentos e noventa milhões de cruzeiros) integralmente integralizado e dividido em 11.803.000 (onze milhões e oitenta e três mil e oitocentas e trinta e sete) ações ordinárias nominativas, endossáveis ou ao portador, à escolha do respectivo acionista, do

lor nominal de Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) cada uma delas. PARECER PRIMEIRO - As despesas com a conversão das ações de uma para outra forma correrão por conta da conta do acionista que a solicitar. PARECER SEGUNDO - Sobre os titulares de ações nominativas emendadas cabe o direito de voto nas Assembleias Gerais. c) eleição da nova Diretoria e fixação dos honorários - Continuando a ordem do dia prosseguir a eleição da Diretoria, verificando-se a reeleição, por unanimidade da totalidade de seus membros com a abstenção dos ausentes. Informamos ainda a Presidente que o prazo de gestão da Diretoria era eleito terminando com a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária no ano de 1991. Ficou assim composta a Diretoria: para Diretor-Presidente - Paulo Pessoa Cavalcanti de Petrób, brasileiro, casado, industrial, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 001.725.704-02, domiciliado e residente na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, à Rua Hermeneges de Mairá, nº 219; para Diretor Vice-Presidente - Helena Corrêa de Araújo Cavalcanti de Petrób, brasileira, casada, industrial, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 369.420.354-91, domiciliada e residente na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, à Rua Hermeneges de Mairá, nº 219; para Diretor Executivo - Paulo Pessoa Cavalcanti de Petrób Filho, brasileiro, casado, industrial, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 370.673.489-04, domiciliado e residente na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, à Rua Salvador de Sá, nº 503; para Diretor Executivo - Miguel Cavalcanti de Petrób, brasileiro, casado, industrial, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 095.050.404-15, domiciliado e residente na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, à Rua Padre Rynga, nº 375; para Diretor Executivo - Jorge Cavalcanti de Petrób, brasileiro, casado, industrial, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 095.050.754-72, domiciliado e residente no município de Lagoa de Itaenga, Estado de Pernambuco, no Engenho Petrób; para Diretores adjuntos - Lígia de Petrób Praga Rocha, brasileira, casada, industrial, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 070.671.304-59, domiciliada e residente no município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, à Avenida Leão Pinheiro, nº 356; Helena Cavalcanti de Petrób, brasileira, separada, industrial, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 001.725.704-02, domiciliada e residente na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, à Rua Demétrio de Souza Rêgo, nº 219; Maria Cavalcanti de Petrób, brasileira, brasileira, casada, industrial, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 018.040.304-04, como dependente, domiciliada e residente na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, à Rua Almirante nº 15; Teresa de Petrób Ribeiro, brasileira, casada, industrial, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 001.573.592-48, como dependente, domiciliada e residente na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, à Rua Lopes de Carvalho, nº 205 e Elizabeth Cavalcanti de Petrób de Albuquerque Maranhão, brasileira, casada, industrial, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 000.689.234-30, como dependente, domiciliada e residente na Av. Bernardo Vieira de Melo, nº 1048, município de

OFICIAL - 24-04-1984 - SEÇÃO I - 5795

A Ministra de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA,

usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 113/84, conforme consta do Processo CFE nº 655/81 e 23001.000283/84-7, do Ministério da Educação e Cultura, RESOLVE:

Art. 1º - É concedido reconhecimento aos cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais, licenciaturas de 1º grau, ministrados pela Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, com sede na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

2 1984

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

5795

quer das alternativas deste artigo deverá, tão logo, tomar as providências necessárias para a execução dos projetos, nos quais serão utilizadas:

a) as mudas serão adquiridas de terceiros, além de fornecer e do registro no Ministério da Agricultura e do Registro no Ministério da

b) os projetos de florestamento e de reforestação, que objetivem o plantio de Algodão (Projeto mínimo, contínuo, de plantio, de

c) Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MAURO SILVA REIS

**Ministério da
Educação e Cultura**

MINISTÉRIO DO MINISTRO

DIAS DE 17 DE ABRIL DE 1984

A Ministra de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA,

usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 113/84, conforme consta do Processo CFE nº 655/81 e 23001.000283/84-7, do Ministério da Educação e Cultura, RESOLVE:

Art. 1º - É concedido reconhecimento aos cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais, licenciaturas de 1º grau, ministrados pela Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, com sede na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Ministra de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA,

usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 206/84, conforme consta do Processo nº 23001.000029/83-5, do Ministério da Educação e Cultura, RESOLVE:

Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Ciências, licenciatura, com habilitação em Química, ministrado pela Universidade Metodista de Piracicaba, mantida pelo Instituto Educacional Piracicabano, com sede na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Ministra de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA,

usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 121/84, conforme consta do Processo nº 23001.000572/83-0, do Ministério da Educação e Cultura, RESOLVE:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA DE 17 DE ABRIL DE 1984

D.O.U. 24.04.84

A Ministra de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83 857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 113/84, conforme consta do Processo CFE nº 655/81 e 23001.000283/84-7, do Ministério da Educação e Cultura, RESOLVE:

Nº 159-Art. 1º - É concedido reconhecimento aos cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais, licenciaturas de 1º grau, ministrados pela Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, com sede na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

"NILSON GIBSON" "NILSON GIBSON"
DEPUTADO FEDERAL DEPUTADO FEDERAL

OFICIAL

SEÇÃO I

5795

A Ministra de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83 857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 113/84, conforme consta do Processo CFE nº 655/81 e 23001.000283/84-7, do Ministério da Educação e Cultura, RESOLVE:

Nº 159-Art. 1º - É concedido reconhecimento aos cursos de Letras, Ciências e Estudos Sociais, licenciaturas de 1º grau, ministrados pela Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, com sede na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Remetente

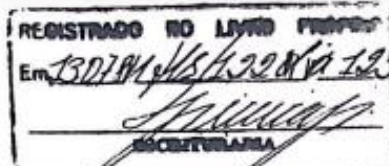
Endereço

Deputado Nilson Gibson

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Anexo IV - Gab. 410

Brasília - DF - CEP 70.100



PREFEITURA MUNICIPAL DO BELO JARDIM

PERNAMBUCO

GABINETE DO PREFEITO

Administração

Valdeci Torres

Lei Nº 707/84

O Prefeito do Município do Belo Jardim, no uso de suas atribuições. Faço saber que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

EMENTA : Autoriza a denominação para a Autarquia Educacional de Belo Jardim e de providências correlatas.

Art. 1º - A Autarquia Educacional do Belo Jardim, Mantenedora da Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim, passa a ter a denominação de AUTARQUIA EDUCACIONAL ARTUR BARBOSA MACIEL;

Art. 2º - A Autarquia Educacional Artur Barbosa Maciel, tem a finalidade de gerir o Ensino Superior do Belo Jardim;

Art. 3º - Fica ainda autorizada promover estudos e pesquisas, para aproveitamento das vocações culturais da região, podendo ainda promover a instalação de novas Unidades de Ensino Superior;

Art. 4º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município do Belo Jardim (PE) em, 13 de julho de 1.984.

PREFEITO MUNICIPAL

5.000 Fls. - 02-84

a) Valdeci Rodrigues Torres.

DIÁRIO OFICIAL

Quinta-feira, 21 Março de 1985 07

RESOLUÇÃO Nº 11, de 06 de março de 1985
APROVADA PELO PLENÁRIO EM 06 de março de 1985

Ementa: Autoriza a conversão dos Cursos de Licenciatura Curta em Licenciatura Plena, da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO, no uso de sua competência, CONSIDERANDO o expediente encaminhado a este Conselho pelo Senhor Diretor da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim através do Ofício nº 95, de 22 de outubro de 1984; CONSIDERANDO o Parecer nº 27/85, prolatado pela Câmara do Ensino de Segundo Grau e Superior e aprovado pelo Plenário em 27 de fevereiro de 1985, RESOLVE: Artigo 1º - Fica aprovada, nos termos do Parecer nº 27/85/CESGS, a conversão dos Cursos de Licenciatura de Curta Duração em Ciências, Estudos Sociais e Letras (Habilitação em Português/Inglês) mantidos pela Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, em: 1 - Curso de Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Biologia e Matemática, 2 - Curso de Licenciatura Plena em História, 3 - Curso de Licenciatura Plena em Geografia 4 - Curso de Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Português/Inglês. Artigo 2º - Ficam aprovadas as modificações introduzidas no Regimento da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, com o fim de adaptá-lo à conversão dos Cursos em Licenciaturas Plenas. Art. 3º - Para cada Habilitação a Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim oferecerá 70 (setenta) vagas semestrais. Artigo 4º - A presente Resolução terá sua vigência a partir do ato do Governo Federal.

SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO; em 06 de março de 1985.


LUIZ ÁVILA PESSOA
Presidente

Portaria da Plenifi- cação

Ministério da Educação D.O. - 20-06-85
GABINETE DO MINISTRO
PORTARIA Nº 476, DE 19 DE JUNHO DE 1985 Autoriza a conversão de cursos da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, Pernambuco.
O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, nº 27/85, conforme consta do Processo CEE/PE nº 1261/84 e 23023.001391/85-43 do Ministério da Educação, RESOLVE:
Art. 1º - É autorizada a conversão, por via de plenificação, dos cursos de Ciências, Estudos Sociais e Letras, licenciaturas de 1º grau, ministrados pela Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, mantida pela Autarquia Educacional de Belo Jardim, com sede em Belo Jardim, Estado de Pernambuco, em cursos de Ciências, habilitações em Biologia e em Matemática, Geografia, História, e em Letras, habilitação em Português e Inglês, licenciaturas plenas.
Art. 2º - As novas habilitações funcionarão em regime de autorização.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (Of. nº 110/85)
MARCO MACIEL

Vanguarda

CARUARU — PE, Domingo, 7 de Julho de 1985

Autarquia Educacional de Belo Jardim Mantenedora da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim

Reconhecida pelo Conselho Federal de Educação, conforme Parecer n.º 113/84.

Portaria n.º 159/84 do Ministério de Educação e Cultura, publicada no D.O.U. de 24/04/84 Pr.ça Dr. Henrique Nascimento S/N — Fone: 726-1029 — Belo Jardim PE.

EDITAL — 03/85

De ordem do Sr. José Vieira da Costa, Diretor da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim, reconhecido pelo Conselho Federal de Educação, Conforme Parecer n.º 113/84 (Licenciatura Curta) e Autorizada pela Portaria n.º 476/85, de 19-06-85 do Exm.º Sr. Ministro da Educação (Licenciatura Plena em Ciências com habilitação em Matemática e Biologia, História, Geografia e Letras com habilitação em Português e Inglês), comunico aos interessados que se encontram abertas na Secretaria da Faculdade, as inscrições para os cursos de complementação de História, Letras, Geografia e Ciências, habilitação em Biologia e Matemática, no período de 10 a 20 de julho do corrente, no horário de 15 às 22 horas, devendo ser a classificação processada no dia 23 de julho de 1985 e as matrículas efetuadas de 25 a 31 de julho de 1985, no mesmo horário.

1 — Para seleção dos candidatos serão observados os seguintes critérios de prioridades:

1.1. Ser portador de diploma ou tê-lo requerido, no caso de alunos que concluíram na FABEJA;

1.2. Por força de trabalho, os candidatos que já estão envolvidos em tarefas educacionais, com prioridade os da rede oficial do Estado

1.3. Os alunos da região;

1.4. Os alunos que iniciaram e terminaram o curso na FABEJA;

1.5. Observados os critérios acima mencionados, persistindo o empate, terá prioridade o candidato que obteve melhores notas durante o curso, o que terminou há mais tempo ou o que tenha mais tempo de efetivo exercício no setor educacional.

OBS: Os diversos critérios adotados para seleção dos candidatos serão medidos através de peso, previamente estabelecido pela Direção.

2 — No ato da inscrição, o aluno deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Diploma devidamente registrado ou declaração de que já o requereu (no caso de ex-alunos da FABEJA)

b) Histórico Escolar

c) Declaração do trabalho, contra-cheque ou carteira profissional.

3 — Quitação da matrícula (1a. mensalidade)

Belo Jardim, 03 de julho de 1985
IRACY BEZERRA DA SILVA
SECRETÁRIA

13844

SEÇÃO 1

DIÁRIO OFICIAL

Nº 171 TERÇA-FEIRA, 6 SET 1994

Ciências Humanas	4
Linguísticas, Letras e Artes	4

Tabela II

Cursos constantes nas áreas definidas pelo CNPq	Seleção (N)-Graduação Alunos/Docente
Ciências Exatas e da Terra	9
Ciências Biológicas	9
Engenharias	9
Ciências da Saúde	9
Ciências Agrárias	9
Ciências Sociais Aplicadas	12
Ciências Humanas	12
Linguísticas, Letras e Artes	12

Tabela III

Cursos constantes nas áreas definidas pelo CNPq	Seleção (N)-Pós-Graduação Alunos/Docente
Ciências Exatas e da Terra	6
Ciências Biológicas	6
Engenharias	6
Ciências da Saúde	6
Ciências Agrárias	6
Ciências Sociais Aplicadas	9
Ciências Humanas	9
Linguísticas, Letras e Artes	9

Tabela IV

Conselho Superior de PÓS-Graduação CAPES	V
A	0,5
B	0,7
C ou não avaliado	1
D	infinito
E	infinito

Tabela V

Cursos constantes nas áreas definidas pelo CNPq	Seleção (N) Servidores/ Docente
Ciências Exatas e da Terra	0,80
Ciências Biológicas	0,80
Engenharias	0,80
Ciências da Saúde	1,10
Ciências Agrárias	0,80
Ciências Sociais Aplicadas	0,20
Ciências Humanas	0,13
Linguísticas, Letras e Artes	0,13

PORTARIA Nº 1.327, DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 445/94, conforme consta do Processo nº 23001.000481/94-75 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Administração Rural, bacharelado, ministrado pela Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis das Faculdades Integradas de Duque de Caxias, mantida pela Sociedade Civil de Educação de Grande Duque de Caxias, com sede na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR SINGEL

PORTARIA Nº 1.328, DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 571/94, conforme consta do Processo nº 23001.001705/93-85 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Biológicas, licenciatura plena, ministrado pela Universidade da Região da Campanha, mantida pela Fundação Atílio Taborá, com sede na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR SINGEL

PORTARIA Nº 1.329, DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 571/94, conforme consta do Processo nº 23001.001705/93-85 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer os cursos de Ciências, com habilitações em Biologia e Matemática; História; Geografia; e Letras, com habilitação em Português/Inglês e respectivas literaturas, licenciaturas plenas, ministrados pela Faculdade de Formação de Profissionais de São João, mantida pela Associação Educacional de São João, com sede na cidade de São João, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR SINGEL

PORTARIA Nº 1.330, DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 445/94, conforme consta do Processo nº 23001.000740/93-42 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer o curso de Secretariado Executivo Bilingüe, ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Universidade da Região da Campanha, mantida pela Fundação Atílio Taborá, com sede na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR SINGEL

PORTARIA Nº 1.331, DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 441/94, conforme consta do Processo nº 23018.000744/93-10 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer as habilitações em História e Geografia, licenciaturas plenas, do curso de Estudos Sociais, ministradas pela Faculdade de Ciências Humanas de Curitiba, mantida pela Fundação Educacional de Curitiba, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR SINGEL

PORTARIA Nº 1.332, DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 445/94, conforme consta do Processo nº 23001.001003/93-57 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer a habilitação Supervisão de Ensino e Trabalho de Pessoal, do curso de Pedagogia, da Universidade São Judas Tadeu, mantida pelo Instituto Alberto Mesquita de Caxambu, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR SINGEL

DESPACHOS DO MINISTÉRIO
De 5 de setembro de 1994

Em termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto homologa os pareceres do Conselho Federal de Educação nº 583/94 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Pedagogia, licenciatura curta, com habilitações em Administração Escolar e Supervisão Escolar, para exercício nas escolas de 10ª e 11ª séries e licenciatura plena, com habilitações em Administração Escolar e Supervisão Escolar, para exercício nas escolas de 10ª e 11ª séries, em Regime de Ensino Pedagógico de 20 horas e em Tecnologia Pedagógica, a ser ministrado pelas Faculdades ARLIE, mantidas pela Associação Educacional do Litoral Paulista, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, com oitenta vagas totais anuais. (Processo nº 23001.000647/93-45).

Em termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto homologa os pareceres do Conselho Federal de Educação nº 583/94 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Administração, a ser ministrado pelo Instituto de Ensino Superior de Santo André, mantida pela Organização Santo Andreana de Educação e Cultura, com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, com oitenta vagas totais anuais. (Processo nº 23001.000720/94-15).

Em termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto homologa os pareceres do Conselho Federal de Educação nº 583/94 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Administração, a ser ministrado pela Faculdade de Economia e Finanças, mantida pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com oitenta vagas totais anuais. (Processo nº 23004.001944/93-30).

Em termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto homologa os pareceres do Conselho Federal de Educação nº 583/94 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Letras, com áreas de concentração em Língua Portuguesa e em

CONFERE COM O ORIGINAL
DESTA BIBLIOTECA

Recife 07/11/97

Iralda B. S. S. Oliveira

Técnica em Documentação

MPF/PR/PE

Cad. 5603-1

PORTARIA Nº 1.327, DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Ministro do Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 665/94, conforme consta do Processo nº 23001.000481/94-75 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve

Art. 1º Reconhecer o curso de Administração Rural, bacharelado, ministrado pela Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis das Faculdades Integradas de Dourados, mantidas pela Sociedade Civil de Educação da Grande Dourados, com sede na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR HINGEL

PORTARIA Nº 1.328, DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Ministro do Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 671/94, conforme consta do Processo nº 23001.001705/93-85 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve

Art. 1º Reconhecer o curso de Ciências Biológicas, licenciatura plena, ministrado pela Universidade da Região da Campanha, mantida pela Fundação Atílio Taborda, com sede na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR HINGEL

PORTARIA Nº 1.329, DE 5 DE SETEMBRO DE 1994

O Ministro do Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 665/94, conforme consta do Processo nº 23001.001705/93-85 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve

O Ministro do Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 665/94, conforme consta do Processo nº 23001.001003/92-57 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve

Art. 1º Reconhecer a habilitação Supervisão de Ensino e Treinamento de Pessoal do curso de Pedagogia, da Universidade São Judas Tadeu, mantida pelo Instituto Alberto Mesquita de Camargo, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR HINGEL

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 5 de setembro de 1994

Nos termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, o Ministro do Estado da Educação e do Desporto HOMOLOGA os pareceres do Conselho Federal de Educação nº 583/94 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Pedagogia, licenciatura curta, com habilitação em Administração Escolar e Supervisão Escolar, para exercício nas escolas de 1º grau; e licenciatura plena, com habilitações em Administração Escolar e Supervisão Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus; em Magistério das Matrículas Pedagógicas do 2º Grau e em Tecnologia Pedagógica, a ser ministrado pelas Faculdades AELIS, mantidas pela Associação Educacional do Litoral Santiásta, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, com oitenta vagas totais anuais. (Processo nº 23001.000647/93-45).

Nº 594/94 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Administração, a ser ministrado pelo Instituto de Ensino Superior de Santo André, mantido pela Organização Santo Andreense de Educação e Cultura, com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, com oitenta vagas totais anuais. (Processo nº 23033.000728/90-16).

Nº 597/94 - favorável à autorização para funcionamento do curso de Administração, a ser ministrado pela Faculdade de Economia e Finanças, mantida pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com oitenta vagas totais anuais. (Processo nº 23026.001964/90-30).

Nº 645/94 - favorável ao credenciamento, pelo prazo de cinco anos, do curso de pós-graduação em Letras, com áreas de concentração em Língua Portuguesa e em

CONFERE COM O ORIGINAL

DESTA BIBLIOTECA

Recife 07/11/97

Iralde Bezerra Silva Oliveira

Técnico em Documentação



Lei Nº. 1.940, 04 DE JULHO DE 2012.

Altera a denominação da Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim e da Faculdade de Enfermagem do Município de Belo Jardim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições faz saber que o Povo por seus Representantes, DECRETOU e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º - A Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim, entidade mantida pela AEB, passa a ser denominada de **Faculdade de Ciências Humanas e Aplicadas do Belo Jardim**, que continuará utilizando a sigla **FABEJA** na sua comunicação oficial.

Art. 2º - A Faculdade de Enfermagem do Município do Belo Jardim, criada pelo Decreto nº029 de 12 de agosto de 2002 passa a ser denominada **Faculdade de Ciências da Saúde do Belo Jardim**, que continuará a sigla **FAEB** na sua comunicação oficial.

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Revogando-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município, 83 anos de Emancipação Política.
Belo Jardim, 04 de julho de 2012.


MARCOS ANTONIO DA SILVA
- PREFEITO -

Data : 01/02/2011

Hora : 19:53:04

Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB

Mantenedora das

Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA

Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB

Colégio de Aplicação - CAP

**Grade Curricular**Curso: CIE-M - **CIÊNCIAS-HABILITAÇÃO MATEMÁTICA** Currículo : CIE-M-1985.1

Parecer CEE/PE Nº 27/1985-GES em 27/02/1985

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00099	N ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS I	30	2		
1	FAB00276	LÍNGUA PORTUGUESA I	60	4		
1	FAB00325	MATEMÁTICA BÁSICA	90	6		
1	FAB00332	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	4		
1	FAB00396	QUÍMICA GERAL	60	4		
1	FAB00402	SOCIOLOGIA	60	4		
Total 1º Período :				360	24	
2	FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00325	
2	FAB00100	N ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS II	30	2	FAB00099	
2	FAB00102	FILOSOFIA	60	4		
2	FAB00107	FÍSICA GERAL I	60	4	FAB00325	
2	FAB00279	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4	FAB00276	
2	FAB00398	QUÍMICA INORGÂNICA	60	4	FAB00396	
Total 2º Período :				360	24	
3	FAB00022	BIOLOGIA GERAL	90	6		
3	FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
3	FAB00071	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4		
3	FAB00108	FÍSICA GERAL II	60	4	FAB00107	
3	FAB00351	N PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	30	2		
Total 3º Período :				330	22	
4	FAB00033	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4	FAB00036	
4	FAB00038	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6	FAB00036	
4	FAB00109	FÍSICA MODERNA	60	4	FAB00108	
4	FAB00399	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4	FAB00396	
4	FAB00419	ZOOLOGIA GERAL	90	6		
Total 4º Período :				360	24	
5	FAB00028	BOTÂNICA GERAL	90	6		
5	FAB00040	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	90	6	FAB00038	
5	FAB00063	ECOLOGIA GERAL	60	4		
5	FAB00089	ESTATÍSTICA	60	4		
5	FAB00391	N PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A	60	4		
Total 5º Período :				360	24	
6	FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00325	
6	FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00038	
6	FAB00051	DESENHO GEOMÉTRICO	90	6	FAB00325	
6	FAB00176	GEOMETRIA PLANA	90	6	FAB00325	
6	FAB00392	N PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO B	60	4	FAB00391	
Total 6º Período :				360	24	
7	FAB00001	ÁLGEBRA I	60	4	FAB00325	
7	FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
7	FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
7	FAB00052	N DIDÁTICA	75	5	FAB00392	
7	FAB00095	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GRA	60	4	FAB00392	
7	FAB00323	MATEMÁTICA APLICADA I	60	4	FAB00040	
Total 7º Período :				375	25	
8	FAB00002	ÁLGEBRA II	60	4	FAB00004	
8	FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
8	FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00038	
8	FAB00324	MATEMÁTICA APLICADA II	60	4	FAB00323	
8	FAB00352	N PRÁTICA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	150	10	FAB00052	
Total 8º Período :				390	26	
Total do Curso :				2895	193	

Data : 22/08/2011
 Hora : 17:30:20
 Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
 Mantenedora das
 Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
 Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB



Matriz Curricular

Curso: CIE-M - CIÊNCIAS-HABILITAÇÃO MATEMÁTICA Currículo : CIE-M-1989.1

Parecer CEE/PE Nº 27/1985-CES em 27/02/1985
 Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 06/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994

Per. Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1 FAB00099	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS I	30	2		
1 FAB00276	LÍNGUA PORTUGUESA I	60	4		
1 FAB00325	MATEMÁTICA BÁSICA	90	6		
1 FAB00332	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	4		
1 FAB00396	QUÍMICA GERAL	60	4		
1 FAB00402	SOCIOLOGIA	60	4		
Total 1º Período :				360	24
2 FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00325	
2 FAB00100	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS II	30	2	FAB00099	
2 FAB00102	FILOSOFIA	60	4		
2 FAB00107	FÍSICA GERAL I	60	4	FAB00325	
2 FAB00279	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4	FAB00276	
2 FAB00396	QUÍMICA INORGÂNICA	60	4	FAB00396	
Total 2º Período :				360	24
3 FAB00022	BIOLOGIA GERAL	90	6		
3 FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
3 FAB00071	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4		
3 FAB00108	FÍSICA GERAL II	60	4		
3 FAB00536	FÍSICO-QUÍMICA	60	4		
Total 3º Período :				360	24
4 FAB00033	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4	FAB00036	
4 FAB00038	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6	FAB00036	
4 FAB00109	FÍSICA MODERNA	60	4	FAB00108	
4 FAB00399	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4	FAB00396	
4 FAB00419	ZOOLOGIA GERAL	90	6		
Total 4º Período :				360	24
5 FAB00028	BOTÂNICA GERAL	90	6		
5 FAB00040	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	90	6	FAB00038	
5 FAB00063	ECOLOGIA GERAL	60	4		
5 FAB00089	ESTATÍSTICA	60	4		
5 FAB00391	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A	60	4		
Total 5º Período :				360	24
6 FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00325	
6 FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00038	
6 FAB00051	DESENHO GEOMÉTRICO	90	6	FAB00325	
6 FAB00176	GEOMETRIA PLANA	90	6	FAB00325	
6 FAB00392	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO B	60	4	FAB00391	
Total 6º Período :				360	24
7 FAB00001	ÁLGEBRA I	60	4	FAB00325	
7 FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
7 FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
7 FAB00052	DIDÁTICA	75	5	FAB00392	
7 FAB00095	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GR/	60	4	FAB00392	
7 FAB00323	MATEMÁTICA APLICADA I	60	4	FAB00040	
Total 7º Período :				375	25
8 FAB00002	ÁLGEBRA II	60	4	FAB00004	
8 FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
8 FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00038	
8 FAB00324	MATEMÁTICA APLICADA II	60	4	FAB00323	
8 FAB00352	PRÁTICA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	150	10	FAB00052	
Total 8º Período :				390	26
Total do Curso :				2925	195

413

Data : 18/05/2011
 Hora : 20:05:37
 Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora das
Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB
Colégio de Aplicação - CAP



Matriz Curricular

Curso: CIE-M - CIÊNCIAS-HABILITAÇÃO MATEMÁTICA Currículo : CIE-M-1998.2

Parecer CEE/PE Nº 27/1985-CES em 27/02/1985

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00099	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS I	30	2		
1	FAB00276	LÍNGUA PORTUGUESA I	60	4		
1	FAB00325	MATEMÁTICA BÁSICA	90	6		
1	FAB00332	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	4		
1	FAB00396	QUÍMICA GERAL	60	4		
1	FAB00402	SOCIOLOGIA	60	4		
Total 1º Período :				360	24	
2	FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00325	
2	FAB00100	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS II	30	2	FAB00099	
2	FAB00102	FILOSOFIA	60	4		
2	FAB00107	FÍSICA GERAL I	60	4	FAB00325	
2	FAB00279	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4	FAB00276	
2	FAB00398	QUÍMICA INORGÂNICA	60	4	FAB00396	
Total 2º Período :				360	24	
3	FAB00022	BIOLOGIA GERAL	90	6		
3	FAB00038	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
3	FAB00071	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4		
3	FAB00108	FÍSICA GERAL II	60	4	FAB00107	
Total 3º Período :				300	20	
4	FAB00033	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4	FAB00036	
4	FAB00038	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6	FAB00038	
4	FAB00109	FÍSICA MODERNA	60	4	FAB00108	
4	FAB00399	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4	FAB00396	
4	FAB00419	ZOOLOGIA GERAL	90	6		
Total 4º Período :				360	24	
5	FAB00028	BOTÂNICA GERAL	90	6		
5	FAB00040	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	90	6	FAB00038	
5	FAB00063	ECOLOGIA GERAL	60	4		
5	FAB00089	ESTATÍSTICA	60	4		
5	FAB00391	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A	60	4		
Total 5º Período :				360	24	
6	FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00325	
6	FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00038	
6	FAB00051	DESENHO GEOMÉTRICO	90	6	FAB00325	
6	FAB00176	GEOMETRIA PLANA	90	6	FAB00325	
6	FAB00392	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO B	60	4	FAB00391	
Total 6º Período :				360	24	
7	FAB00001	ÁLGEBRA I	60	4	FAB00325	
7	FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
7	FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
7	FAB00052	DIDÁTICA	75	5	FAB00392	
7	FAB00095	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GRU	60	4	FAB00392	
7	FAB00323	MATEMÁTICA APLICADA I	60	4	FAB00040	
Total 7º Período :				375	25	
8	FAB00002	ÁLGEBRA II	60	4	FAB00004	
8	FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
8	FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00038	
8	FAB00324	MATEMÁTICA APLICADA II	60	4	FAB00323	
8	FAB00352	PRÁTICA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	150	10	FAB00052	
Total 8º Período :				390	26	
Total do Curso :				2865	191	

Data : 18/05/2011

Hora : 20:47:19

Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora das

Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
 Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB
 Colégio de Aplicação - CAP



Matriz Curricular

Curso: CIE-M - CIÊNCIAS-HABILITAÇÃO MATEMÁTICA Currículo : CIE-M-2002.1

Parecer CEE/PE Nº 27/1985-CES em 27/02/1985

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994

Per. Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1 FAB00097	ESTUDOS DA ATUALIDADE I	30	2		
1 FAB00276	LÍNGUA PORTUGUESA I	60	4		
1 FAB00325	MATEMÁTICA BÁSICA	90	6		
1 FAB00332	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	4		
1 FAB00396	QUÍMICA GERAL	60	4		
1 FAB00402	SOCIOLOGIA	60	4		
		Total 1º Período :		360	24
2 FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00325	
2 FAB00098	ESTUDOS DA ATUALIDADE II	30	2	FAB00097	
2 FAB00102	FILOSOFIA	60	4		
2 FAB00107	FÍSICA GERAL I	60	4	FAB00325	
2 FAB00279	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4	FAB00276	
2 FAB00396	QUÍMICA INORGÂNICA	60	4	FAB00396	
		Total 2º Período :		360	24
3 FAB00022	BIOLOGIA GERAL	90	6		
3 FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
3 FAB00071	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4		
3 FAB00108	FÍSICA GERAL II	60	4	FAB00107	
		Total 3º Período :		300	20
4 FAB00033	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4	FAB00036	
4 FAB00038	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6	FAB00036	
4 FAB00109	FÍSICA MODERNA	60	4	FAB00108	
4 FAB00399	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4	FAB00396	
4 FAB00419	ZOOLOGIA GERAL	90	6		
		Total 4º Período :		360	24
5 FAB00028	BOTÂNICA GERAL	90	6		
5 FAB00040	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	90	6	FAB00038	
5 FAB00063	ECOLOGIA GERAL	60	4		
5 FAB00089	ESTATÍSTICA	60	4		
5 FAB00391	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A	60	4		
		Total 5º Período :		360	24
6 FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00325	
6 FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00038	
6 FAB00051	DESENHO GEOMÉTRICO	90	6	FAB00325	
6 FAB00176	GEOMETRIA PLANA	90	6	FAB00325	
6 FAB00392	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO B	60	4	FAB00391	
		Total 6º Período :		360	24
7 FAB00001	ÁLGEBRA I	60	4	FAB00325	
7 FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
7 FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
7 FAB00052	DIDÁTICA	75	5	FAB00392	
7 FAB00095	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1ª E 2ª GR/	60	4	FAB00392	
7 FAB00323	MATEMÁTICA APLICADA I	60	4	FAB00040	
		Total 7º Período :		375	25
8 FAB00002	ÁLGEBRA II	60	4	FAB00004	
8 FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
8 FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00038	
8 FAB00324	MATEMÁTICA APLICADA II	60	4	FAB00323	
8 FAB00352	PRÁTICA DE ENSINO DE 1ª E 2ª GRAUS	150	10	FAB00052	
		Total 8º Período :		390	26
		Total do Curso :		2865	191

EQUIVALÊNCIA ENTRE DISCIPLINAS DO CURSO DE MATEMÁTICA

Os diretores dos Departamentos Acadêmicos: Matemática, História, Letras e Pedagógico, reunidos na sala da diretoria da FABEJA no dia 29.08.2005 às 19 horas, decidiram considerar como equivalentes, para efeito de dispensa, as disciplinas cursadas no curso de Licenciatura Plena em Matemática ou no curso de Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática, ambos da FABEJA, conforme quadro abaixo:

2003.2		1994	
LICENC. PLENA MATEMÁTICA		LICENC. PLENA CIÊNCIAS-HAB/MAT.	
Código	Disciplina	Código	Disciplina
MAT 1101	Matemática Elementar I + @	DCP 1000	Matemática Básica
MAT 1106	Geometria Plana Básica	DCHM1901	Geometria Plana
MAT 1203	Álgebra Linear I	DCPC1520	Álgebra Linear I
MAT 1204	Álgebra Linear II	DCPC1521	Álgebra Linear II
MAT 1302	Introd. às Estrut. Algébricas	DCHM1560	Álgebra I
MAT 1501	Geometria Euclidiana Plana	DCHM1901	Geometria Plana
MAT 1001	Cálculo Dif. e Integral I	DCPC1001	Cálculo Dif. e Integral I
MAT 1002	Cálculo Dif. e Integral II	DCPC1002	Cálculo Dif. e Integral II
MAT 1003	Cálculo Dif. e Integral III + @	DCPC1510	Cálculo Dif. e Integral III
MAT 1004	Cálculo Dif. e Integral IV + @	DCPC1511	Cálculo Dif. e Integral IV
MAT 1601	Análise Real I	DCPC1700	Análise Real I
MAT 1602	Análise Real II	DCPC1701	Análise Real II
MAT 1603	Equações Diferenciais	DCHM1800	Equações Diferenciais
DFP 5300	Didática Geral + @	DFP 5300	Didática
DFP 5100	Psicologia da Educação I	DFP 5100	Psicologia da Educação A
DFP 5101	Psicologia da Educação II	DFP 5101	Psicologia da Educação B
DFP 5700	Filosofia da Educação + @	DFP 5600	Filosofia
DFP 5400	Estrutura do Ens. Fund. e Médio	DFP 5400	Est. Func. Ens. do 1º e 2º Graus
DIET2100	Leitura e Prod. de Textos I	DLET-2000	Língua Portuguesa I
DIET2200	Leitura e Prod. de Textos II	DLET-2001	Língua Portuguesa II
FIS 1001	Física Para Licenciatura I	DCPC-1100	Física Geral I
FIS 1002	Física Para Licenciatura II	DCPC-1001	Física Geral II
MAT 1401	Estatística e Probabilidade	DCPC-1003	Calc. das Probabilidades
MAT 1402	Cálculo Numérico	DCHM1900	Cálculo Numérico
DFP 5200	Metodologia Científica + @	DFP 5200	Metodologia Científica I
MAT 1302	Construções Geométricas + @	DCHM1903	Desenho Geométrico
DFP 5600	Sociologia da Educação + @	DHIS 3200	Sociologia
DHIS3001	Ética, Cid. e R. Brasileira + @	DHIS 3000	Estudo da Atualidade I
		DHIS 3001	Estudo da Atualidade II
DFP 5301	Estágio Supervisionado I	DFP 5500	Prática de Ensino dos 1º e 2º Graus
DFP 5302	Estágio Supervisionado II		
DFP 5303	Estágio Supervisionado III		

LEGENDA: 1) @: Complementação de carga horária e/ou créditos (a ser regulamentado).
2) A → B: A disciplina A dispensa a disciplina B

Belo Jardim, 05 de setembro de 2005

[Assinatura]
Dep. De Matemática

[Assinatura]
Dep. De História

[Assinatura]
Dep. De Letras

[Assinatura]
Dep. Pedagógico

Bançado no
Arquivado em: 18/01/2011
Educação

EQUIVALÊNCIA ENTRE DISCIPLINAS DO CURSO DE MATEMÁTICA

Os diretores dos Departamentos Acadêmicos: Matemática, História, Letras e Pedagógico, reunidos na sala da diretoria da FABEJA no dia 29.08.2005 às 19 horas, decidiram considerar como equivalentes, para efeito de dispensa, as disciplinas cursadas no curso de Licenciatura Plena em Matemática ou no curso de Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática, ambos da FABEJA, conforme quadro abaixo:

2003.2 1994

LICENC. PLENA MATEMÁTICA			LICENC. PLENA CIÊNCIAS-HAB/MAT.	
Código	Disciplina		Código	Disciplina
MAT 1101	Matemática Elementar I + @	↔	DCP 1000	Matemática Básica ✓
MAT 1106	Geometria Plana Básica	↔	DCHM1901	Geometria Plana ✓
MAT 1203	Álgebra Linear I	↔	DCPC1520	Álgebra Linear I ✓
MAT 1204	Álgebra Linear II	↔	DCPC1521	Álgebra Linear II ✓
MAT 1302	Introd. às Estrut. Algébricas	↔	DCHM1560	Álgebra I ✓
MAT 1501	Geometria Euclidiana Plana	↔	DCHM1901	Geometria Plana
MAT 1001	Cálculo Dif. e Integral I	↔	DCPC1001	Cálculo Dif. e Integral I ✓
MAT 1002	Cálculo Dif. e Integral II	↔	DCPC1002	Cálculo Dif. e Integral II ✓
MAT 1003	Cálculo Dif. e Integral III + @	↔	DCPC1510	Cálculo Dif. e Integral III ✓
MAT 1004	Cálculo Dif. e Integral IV + @	↔	DCPC1511	Cálculo Dif. e Integral IV ✓
MAT 1601	Análise Real I	↔	DCPC1700	Análise Real I ✓
MAT 1602	Análise Real II	↔	DCPC1701	Análise Real II ✓
MAT 1603	Equações Diferenciais	↔	DCHM1800	Equações Diferenciais ✓
DFP 5300	Didática Geral + @	↔	DFP 5300	Didática ✓
DFP 5100	Psicologia da Educação I	↔	DFP 5100	Psicologia da Educação A ✓
DFP 5101	Psicologia da Educação II	↔	DFP 5101	Psicologia da Educação B ✓
DFP 5700	Filosofia da Educação + @	↔	DFP 5600	Filosofia ✓
DFP 5400	Estrutura do Ens. Fund. e Médio	↔	DFP 5400	Est. Func. Ens. do 1º e 2º Graus ✓
DLET2100	Leitura e Prod. de Textos I	↔	DLET-2000	Língua Portuguesa I ✓
DLET2200	Leitura e Prod. de Textos II	↔	DLET-2001	Língua Portuguesa II ✓
FIS 1001	Física Para Licenciatura I	↔	DCPC-1100	Física Geral I ✓
FIS 1002	Física Para Licenciatura II	↔	DCPC-1001	Física Geral II ✓
MAT 1401	Estatística e Probabilidade	↔	DCPC-1003	Calc. das Probabilidades ✓
MAT 1402	Cálculo Numérico	↔	DCHM1900	Cálculo Numérico ✓
DFP 5200	Metodologia Científica + @	↔	DFP 5200	Metodologia Científica I ✓
MAT 1502	Construções Geométricas + @	↔	DCHM1903	Desenho Geométrico ✓
DFP 5600	Sociologia da Educação + @	↔	DHIS 3200	Sociologia ✓
DHIS3001	Ética, Cid. e R. Brasileira + @	↔	DHIS 3000	Estudo da Atualidade I ✓
DFP 5301	Estágio Supervisionado I		DHIS 3001	Estudo da Atualidade II ✓
DFP 5302	Estágio Supervisionado II	↔	DFP 5500	Prática de Ensino dos 1º e 2º Graus ✓
DFP 5303	Estágio Supervisionado III			

LEGENDA: 1) @ : Complementação de carga horária e/ou créditos (a ser regulamentado).
2) A → B : A disciplina A dispensa a disciplina B

Belo Jardim, ____ de ____ de ____.

Dep. De Matemática

Dep. De História

Dep. De Letras

Dep. Pedagógico

Data : 13/03/2013
Hora : 18:31:12
Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora das
Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim - FABEJA
Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB

Matriz Curricular
Curso: MAT - MATEMÁTICA Currículo: MAT2003.2
Parcela CEE/PE Nº 124/2003-CES em 15/12/2003
Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00101	ÉTICA, CIDADANIA E REALIDADE BRASILEIRA	30	2		
1	FAB00236	INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO	60	4		
1	FAB00248	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA I	60	4		
1	FAB00259	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS I	60	4		
1	FAB00331	METODOLOGIA CIENTÍFICA	30	2		
1	FAB00404	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	45	3		
1	FAB00708	GEOMETRIA PLANA BÁSICA	60	4		
1	FAB00710	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	60	4		
				Total 1º Período :	405	27
2	FAB00103	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	30	2		
2	FAB00228	INFORMÁTICA PARA LICENCIATURA I	60	4		
2	FAB00249	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA II	60	4		
2	FAB00260	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS II	60	4	FAB00259	
2	FAB00329	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4		
2	FAB00330	MATEMÁTICA ELEMENTAR III	60	4		
2	FAB00393	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	4		
2	FAB00714	GEOMETRIA ESPACIAL BÁSICA	60	4		
				Total 2º Período :	450	30
3	FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00710	
3	FAB00110	FÍSICA PARA LICENCIATURA I	60	4		
3	FAB00229	INFORMÁTICA PARA LICENCIATURA II	60	4	FAB00228	
3	FAB00231	INTRODUÇÃO À ÁLGEBRA LINEAR E GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	FAB00328	
3	FAB00251	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA III	60	4	FAB00330	
3	FAB00327	MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	60	4		
3	FAB00394	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	60	4	FAB00393	
				Total 3º Período :	450	30
4	FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
4	FAB00057	DIDÁTICA GERAL	60	4	FAB00393	
4	FAB00111	FÍSICA PARA LICENCIATURA II	60	4	FAB00110	
4	FAB00172	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	FAB00231	
4	FAB00241	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	60	4		
4	FAB00253	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA IV	60	4	FAB00251	
4	FAB00326	MATEMÁTICA COMBINATÓRIA	30	2		
				Total 4º Período :	420	28
5	FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00231	
5	FAB00039	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4	FAB00036	
5	FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4	FAB00036	
5	FAB00054	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	60	4	FAB00057	
5	FAB00092	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	60	4	FAB00036	
5	FAB00254	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA V	60	4	FAB00251	
				Total 5º Período :	360	24
6	FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
6	FAB00041	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4	FAB00039	
6	FAB00049	CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS	60	4	FAB00708	
6	FAB00077	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7	FAB00057	
6	FAB00255	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VI	60	4	FAB00251	
				Total 6º Período :	345	23
7	FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00041	
7	FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00041	
7	FAB00080	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	150	10	FAB00077	
7	FAB00174	GEOMETRIA EUCLIDIANA PLANA	90	6	FAB00708	
7	FAB00247	INTRODUÇÃO AS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4	FAB00241	
7	FAB00256	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VII	60	4	FAB00255	
				Total 7º Período :	480	32
8	FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
8	FAB00013	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	210	14		
8	FAB00083	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	150	10	FAB00080	
8	FAB00093	ESTRUTURA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	60	4		
8	FAB00243	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4	FAB00247	
8	FAB00257	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VIII	60	4	FAB00255	
8	FAB00413	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	60	4		
				Total 8º Período :	660	44
				Total do Curso :	3570	238

Data : 26/07/2011
 Hora : 18:26:24
 Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
 Mantenedora das
 Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FAFBEJA
 Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB



Matriz Curricular

Curso: MAT - MATEMÁTICA - Currículo: MAT2006.1

Parecer CEE/PE Nº 87/2005-CES em 16/05/2006

Reconhecido pela Portaria Ministerial Nº 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 05/09/1994

Per. Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1 FAB00101	* ÉTICA, CIDADANIA E REALIDADE BRASILEIRA	30	2		
1 FAB00236	* INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO	60	4		
1 FAB00248	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA I	60	4		
1 FAB00259	* LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS I	60	4		
1 FAB00331	* METODOLOGIA CIENTÍFICA	30	2		
1 FAB00404	* SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	45	3		
1 FAB00706	GEOMETRIA PLANA BÁSICA	60	4		
1 FAB00710	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	60	4		
Total 1º Período :				405	27
2 FAB00103	* FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	30	2		
2 FAB00228	INFORMÁTICA PARA LICENCIATURA I	60	4		
2 FAB00249	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA II	60	4		
2 FAB00260	* LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS II	60	4	FAB00259	
2 FAB00329	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4		
2 FAB00330	MATEMÁTICA ELEMENTAR III	60	4		
2 FAB00393	* PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	4		
2 FAB00714	GEOMETRIA ESPACIAL BÁSICA	60	4		
Total 2º Período :				450	30
3 FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00328	
3 FAB00110	FÍSICA PARA LICENCIATURA I	60	4		
3 FAB00229	INFORMÁTICA PARA LICENCIATURA II	60	4	FAB00228	
3 FAB00231	INTRODUÇÃO À ÁLGEBRA LINEAR E GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	FAB00328	
3 FAB00251	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA III	60	4	FAB00330	
3 FAB00327	MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	60	4		
3 FAB00394	* PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	60	4	FAB00393	
Total 3º Período :				450	30
4 FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
4 FAB00057	* DIDÁTICA GERAL	60	4	FAB00393	
4 FAB00111	FÍSICA PARA LICENCIATURA II	60	4	FAB00110	
4 FAB00172	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	FAB00231	
4 FAB00241	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	60	4		
4 FAB00253	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA IV	60	4	FAB00251	
4 FAB00326	MATEMÁTICA COMBINATÓRIA	30	2		
Total 4º Período :				420	28
5 FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00231	
5 FAB00039	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4	FAB00036	
5 FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4	FAB00036	
5 FAB00054	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	60	4	FAB00057	
5 FAB00082	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	60	4	FAB00036	
5 FAB00254	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA V	60	4	FAB00251	
Total 5º Período :				360	24
6 FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
6 FAB00041	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4	FAB00039	
6 FAB00049	CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS	60	4	FAB00177 206	
6 FAB00077	* ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7	FAB00057	
6 FAB00255	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VI	60	4	FAB00251	
Total 6º Período :				345	23
7 FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00041	
7 FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00041	
7 FAB00080	* ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	150	10	FAB00077	
7 FAB00174	GEOMETRIA EUCLIDIANA PLANA	90	6	FAB00177 208	
7 FAB00247	INTRODUÇÃO AS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4	FAB00241	
7 FAB00256	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VII	60	4	FAB00255	
Total 7º Período :				480	32
8 FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
8 FAB00013	* ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	210	14		
8 FAB00083	* ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	150	10	FAB00080	
8 FAB00093	* ESTRUTURA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	60	4		
8 FAB00243	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4	FAB00247	
8 FAB00257	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VIII	60	4	FAB00255	
8 FAB00413	* TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	60	4		
Total 8º Período :				660	44
Total do Curso :				3570	238

2006.1

EQUIVALÊNCIA ENTRE DISCIPLINAS DAS MATRIZES 2008-1 e 2003-2

MATRIZ 2008-1			MATRIZ 2003-2	
Código	Disciplina		Código	Disciplina
MAT 1101	Matemática Elementar I	↔	MAT 1101	Matemática Elementar I
MAT 1102	Matemática Elementar II	↔	MAT 1102	Matemática Elementar II
MAT 1106	Geometria Plana Básica	↔	MAT 1106	Geometria Plana Básica
MAT 1107	Geometria Espacial Básica	↔	MAT 1107	Geometria Espacial Básica
MAT 1501	Geometria Euclidiana Plana	↔	MAT 1501	Geometria Euclidiana Plana
MAT 1502	Construções Geométricas	↔	MAT 1502	Construções Geométricas
MAT 1202	Geometria Analítica	↔	MAT 1202	Geometria Analítica
MAT 1203	Álgebra Linear I	↔	MAT 1203	Álgebra Linear I
MAT 1204	Álgebra Linear II	↔	MAT 1204	Álgebra Linear II
MAT 1001	Cálculo Diferencial e Integral I	↔	MAT 1001	Cálculo Diferencial e Integral I
MAT 1002	Cálculo Diferencial e Integral II	↔	MAT 1002	Cálculo Diferencial e Integral II
MAT 1003	Cálculo Diferencial e Integral III	↔	MAT 1003	Cálculo Diferencial e Integral III
MAT 1004	Cálculo Diferencial e Integral IV	↔	MAT 1004	Cálculo Diferencial e Integral IV
MAT 1600	Análise Real	↔	MAT 1601	Análise Real I
MAT 1105	Matemática Combinatória	↔	MAT 1105	Matemática Combinatória
MAT 1301	Introdução à Lógica Matemática	↔	MAT 1301	Introdução à Lógica Matemática
MAT 1302	Introdução às Estruturas Algébricas	↔	MAT 1302	Introdução às Estruturas Algébricas
MAT 1303	Introdução à Teoria dos Números	↔	MAT 1303	Introdução à Teoria dos Números
MAT 1104	Matemática Comercial e Financeira	↔	MAT 1104	Matemática Comercial e Financeira
MAT 1402	Cálculo Numérico	↔	MAT 1402	Cálculo Numérico
MAT 1401	Estatística e Probabilidade	↔	MAT 1401	Estatística e Probabilidade
LAM 2001	Laboratório de Matemática I	↔	LAM 2001	Laboratório de Matemática I
LAM 2002	Laboratório de Matemática II	↔	LAM 2002	Laboratório de Matemática II
LAM 2003	Laboratório de Matemática III	↔	LAM 2003	Laboratório de Matemática III
LAM 2004	Laboratório de Matemática IV	↔	LAM 2004	Laboratório de Matemática IV
LAM 2005	Laboratório de Matemática V	↔	LAM 2005	Laboratório de Matemática V
LAM 2006	Laboratório de Matemática VI	↔	LAM 2006	Laboratório de Matemática VI
LAM 2007	Laboratório de Matemática VII	↔	LAM 2007	Laboratório de Matemática VII
LAM 2008	Laboratório de Matemática VIII	↔	LAM 2008	Laboratório de Matemática VIII
FIS 1001	Física Para Licenciatura I	↔	FIS 1001	Física Para Licenciatura I
FIS 1002	Física Para Licenciatura II	↔	FIS 1002	Física Para Licenciatura II
DNC1800	Informática Aplicada à Educação	↔	MAT1701	Informática Para Licenciatura I
MAT1703	Informática Para o Ensino da Matemática	↔	MAT1702	Informática Para Licenciatura II
DNC3100	Fund. Sócio-Filosóficos da Educação	↔	DHIS3001	Ética, Cid. e Realidade Brasileira
X DNC3102	Filosofia da Educação	↔	DFP5700	Filosofia da Educação
X DNC3101	Sociologia da Educação	↔	DFP5600	Sociologia da Educação
X DNC6300	Metodologia do Trab. Científico I	↔	DFP5200	Metodologia Científica
X DNC6301	Metodologia do Trab. Científico II	↔		
X DNC5100	Psicologia da Educação I	↔	DFP5100	Psicologia da Educação A
X DNC5101	Psicologia da Educação II	↔	DFP5101	Psicologia da Educação B
		↔	DFP5000	Introdução à Educação
DNC5400	Didática Aplicada	↔	DFP5300	Didática Geral
		↔	DFP5304	Didática da Matemática
X DNC5800	História da Educação Brasileira	↔		
X DNC5700	Políticas Púb. da Ed. p/ o Ens Fund. Médio	↔	DFP5400	Estrutura do Ens. Fundamental e Médio
X DNC2000	Português Instrumental I	↔	DLET2100	Leitura e Produção de textos I
X DNC2001	Português Instrumental II	↔	DLET2200	Leitura e Produção de textos II
X	Estágio Supervisionado I, II, III e IV	↔		Estágio Supervisionado I, II e III

Legenda : ↔ Disciplinas equivalentes

Complemento
da carga
horária.

Data : 15/06/2015

Hora : 20:24:17

Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB

Mantenedora das

Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FAFEJA

Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB

Matriz Curricular

Curso: MAT - MATEMÁTICA Currículo : MAT2008.1

Tipo do Curso: LIC. PLENA

Parecer CEE/PE Nº 156/2007-CES em 26/12/2007

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. Renovação de Reconhecimento Port. SEDUC Nº 4969 de 12/07/2006 - D.O.U. 13/07/2006



Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00177	GEOMETRIA PLANA BÁSICA	60	4		
1	FAB00329	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	60	4		
1	FAB00336	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO I	30	2		
1	FAB00707	FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	60	4		
1	FAB00709	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA I	60	4		
1	FAB00712	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL I	30	2		
				Total 1º Período :	300	20
2	FAB00173	GEOMETRIA ESPACIAL BÁSICA	60	4		
2	FAB00250	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA II	30	2	FAB00709	
2	FAB00339	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO II	30	2	FAB00336	
2	FAB00713	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60	4	FAB00707	
2	FAB00715	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4		
2	FAB00717	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL II	60	4	FAB00712	
				Total 2º Período :	300	20
3	FAB00035	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	60	4	FAB00329	
3	FAB00227	INFORMÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO	30	2		
3	FAB00252	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA III	30	2	FAB00715	
3	FAB00718	DIDÁTICA APLICADA	60	4		
3	FAB00719	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	FAB00715	
3	FAB00720	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	4	FAB00707	
				Total 3º Período :	300	20
4	FAB00037	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	60	4	FAB00035	
4	FAB00230	INFORMÁTICA PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA	30	2	FAB00227	
4	FAB00242	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	30	2		
4	FAB00721	FÍSICA PARA LICENCIATURA I	60	4	FAB00035	
4	FAB00722	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA IV	60	4	FAB00177	
4	FAB00723	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	4		
				Total 4º Período :	300	20
5	FAB00112	FÍSICA PARA LICENCIATURA II	30	2	FAB00721	
5	FAB00724	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00719	
5	FAB00725	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4	FAB00037	
5	FAB00726	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7	FAB00718	
5	FAB00727	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA V	60	4	FAB00242	
5	FAB00728	MATEMÁTICA COMBINATÓRIA	30	2		
5	FAB00729	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	60	4	FAB00723	
				Total 5º Período :	405	27
6	FAB00730	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00724	
6	FAB00731	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4	FAB00725	
6	FAB00732	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	7	FAB00726	
6	FAB00733	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	60	4	FAB00112	
6	FAB00734	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60	4		
6	FAB00735	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VI	60	4	FAB00727	
				Total 6º Período :	405	27
7	FAB00175	GEOMETRIA EUCLIDIANA PLANA	60	4	FAB00177	
7	FAB00736	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4	FAB00715	
7	FAB00737	CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS	60	4	FAB00177	
7	FAB00738	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	105	7	FAB00732	
7	FAB00739	INTRODUÇÃO AS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4	FAB00242	
7	FAB00740	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VII	60	4	FAB00722	
				Total 7º Período :	405	27
8	FAB00007	ANÁLISE REAL	60	4	FAB00731	
8	FAB00014	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	210	14		
8	FAB00741	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	90	6		
8	FAB00742	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4	FAB00739	
8	FAB00743	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VIII	60	4		
8	FAB00744	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUND. E MÉDIO	60	4		
8	FAB00745	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	60	4		
				Total 8º Período :	600	40
				Total do Curso :	3015	201

Data : 28/08/2012 Hora : 17:44:46 Página : 1/3 Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB Mantenedora das Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB Matriz Curricular Curso: MAT - MATEMÁTICA Currículo : MAT2012.1 Parecer CEE/PE Nº 24/2012-CES em 05/03/2012 Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994						
Per. Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2	
1 FAB00852	PSICOLOGIA I	60	4			
1 FAB00853	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	60	4			
1 FAB00854	GEOMETRIA PLANA	60	4			
1 FAB00855	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	90	6			
1 FAB00856	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA I	60	4			
			Total 1º Período :	330	22	
2 FAB00857	PSICOLOGIA II	60	4			
2 FAB00858	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO I	30	2			
2 FAB00859	FÍSICA I	60	4			
2 FAB00860	GEOMETRIA ESPACIAL	60	4			
2 FAB00861	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4	FAB00855		
2 FAB00862	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA II	30	2	FAB00856		
			Total 2º Período :	300	20	
3 FAB00863	DIDÁTICA GERAL	60	4			
3 FAB00864	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO II	30	2	FAB00858		
3 FAB00865	MATEMÁTICA ELEMENTAR III	60	4	FAB00861		
3 FAB00866	FÍSICA II	60	4	FAB00859		
3 FAB00867	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4			
3 FAB00868	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA III	30	2	FAB00862		
			Total 3º Período :	300	20	
4 FAB00869	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	30	2			
4 FAB00870	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60	4			
4 FAB00871	FÍSICA III	60	4	FAB00866		
4 FAB00872	MATEMÁTICA ELEMENTAR IV	60	4	FAB00865		
4 FAB00873	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	60	4			
4 FAB00874	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA IV	60	4	FAB00868		
			Total 4º Período :	330	22	
5 FAB00875	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60	4			
5 FAB00876	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	4			
5 FAB00877	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4			
5 FAB00878	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	30	2			
5 FAB00879	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	60	4			
5 FAB00880	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA V	60	4	FAB00874		
5 FAB00881	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7	FAB00863		
			Total 5º Período :	435	29	
6 FAB00882	ÉTICA E CIDADANIA	60	4			
6 FAB00883	ANÁLISE REAL	60	4			
6 FAB00884	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00877		
6 FAB00885	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	60	4	FAB00879		
6 FAB00886	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VI	60	4	FAB00880		
6 FAB00887	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	7	FAB00881		
			Total 6º Período :	405	27	
7 FAB00888	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	60	4			
7 FAB00889	INTRODUÇÃO ÀS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4			
7 FAB00890	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4			
7 FAB00891	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4	FAB00885		
7 FAB00892	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VII	80	4	FAB00874	FAB00880	
7 FAB00893	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	105	7	FAB00887		
			Total 7º Período :	405	27	
8 FAB00894	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E ME	60	4			
8 FAB00895	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4	FAB00891		
8 FAB00896	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4			
8 FAB00897	MATEMÁTICA FINANCEIRA	60	4			
8 FAB00898	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VIII	60	4	FAB00892		
8 FAB00899	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	90	6	FAB00893		
8 FAB00900	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	210	14			
			Total 8º Período :	600	40	
			Total do Curso :	3105	207	

Data : 19/01/2018

Hora : 17:31:42

Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB

Mantenedora da Faculdade do Belo Jardim - FBJ

Matriz Curricular

Curso: MAT - MATEMÁTICA Currículo : MAT2017.1

Tipo do Curso: LIC. PLENA

Parecer CEE/PE Nº 005/2017-CES em 06/02/2017

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. Renovação de Reconhecimento Port. SEDUC Nº 4969 de 12/07/2006 - D.O.U. 13/07/2006



Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB01078	PSICOLOGIA	60	4		
1	FAB01079	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	60	4		
1	FAB01080	GEOMETRIA PLANA	60	4		
1	FAB01081	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	90	6		
1	FAB01082	PRÁTICA PEDAGÓGICA I	60	4		
				Total 1º Período :	330	22
2	FAB01083	EDUCAÇÃO ESPECIAL	60	4		
2	FAB01084	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO I	60	4		
2	FAB01085	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	60	4		
2	FAB01086	GEOMETRIA ESPACIAL	60	4		
2	FAB01087	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4	FAB01081	
2	FAB01088	PRÁTICA PEDAGÓGICA II	60	4	FAB01082	
2	FAB01089	ELETIVA PEDAGÓGICA	30	2		
				Total 2º Período :	390	26
3	FAB01090	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	30	2		
3	FAB01091	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO II	60	4	FAB01084	
3	FAB01092	MATEMÁTICA ELEMENTAR III	60	4	FAB01087	
3	FAB01093	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	60	4		
3	FAB01094	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4		
3	FAB01095	PRÁTICA PEDAGÓGICA III	60	4	FAB01088	
				Total 3º Período :	330	22
4	FAB01096	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	30	2		
4	FAB01097	FÍSICA I	60	4		
4	FAB01098	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	60	4	FAB01093	
4	FAB01099	MATEMÁTICA ELEMENTAR IV	60	4	FAB01092	
4	FAB01100	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	60	4		
4	FAB01101	PRÁTICA PEDAGÓGICA IV	60	4	FAB01095	
				Total 4º Período :	330	22
5	FAB01102	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E DA MATEMÁTICA	60	4		
5	FAB01103	FÍSICA II	60	4	FAB01097	
5	FAB01104	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4		
5	FAB01105	ANÁLISE COMBINATÓRIA	30	2		
5	FAB01106	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4	FAB01098	
5	FAB01107	PRÁTICA PEDAGÓGICA V	60	4	FAB01101	
5	FAB01108	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7		
				Total 5º Período :	435	29
6	FAB01109	HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	60	4		
6	FAB01110	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4	FAB01106	
6	FAB01111	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB01104	
6	FAB01112	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	4		
6	FAB01113	ESTATÍSTICA	30	2		
6	FAB01114	PRÁTICA PEDAGÓGICA VI	60	4	FAB01107	
6	FAB01115	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	7	FAB01108	
				Total 6º Período :	435	29
7	FAB01116	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	60	4		
7	FAB01117	ANÁLISE REAL	60	4		
7	FAB01118	INTRODUÇÃO AS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4		
7	FAB01119	NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA	60	4		
7	FAB01120	PRÁTICA PEDAGÓGICA VII	60	4	FAB01114	
7	FAB01121	ELETIVA ESPECÍFICA	60	4		
7	FAB01122	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	105	7	FAB01115	
				Total 7º Período :	465	31
8	FAB01123	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	60	4		
8	FAB01124	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	60	4		
8	FAB01125	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4		
8	FAB01126	MATEMÁTICA FINANCEIRA	60	4		
8	FAB01127	PRÁTICA PEDAGÓGICA VIII	60	4	FAB01120	
8	FAB01128	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	90	6	FAB01122	
8	FAB01129	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	200	14		
				Total 8º Período :	590	40
				Total do Curso :	3305	221

Opção : 17/06/2011
 Hora : 16:46:02
 Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora das

Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FAFEJA
 Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB
 Colégio de Aplicação - CAP



Matriz Curricular

Curso: LCUR - CIÊNCIAS-LICENCIATURA CURTA Currículo : CI-CUR-1976

1976 A 1980

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 159 de 17/04/1984 - D.O.U. 24/04/1984

Per. Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1 FAB00454	BIOLOGIA I	60	4		
1 FAB00455	DESENHO I	60	4		
1 FAB00456	ESTUDOS BRASILEIROS I	30	2		
1 FAB00457	FÍSICA I	60	4		
1 FAB00458	MATEMÁTICA I	60	4		
1 FAB00459	PORTUGUÊS	60	4		
1 FAB00460	QUÍMICA I	60	4		
			Total 1º Período :	390	26
2 FAB00462	SOCIOLOGIA	60	4		
2 FAB00461	BIOLOGIA II	60	4		
2 FAB00462	DESENHO II	60	4		
2 FAB00463	ESTUDOS BRASILEIROS II	30	2		
2 FAB00464	FÍSICA II	60	4		
2 FAB00465	MATEMÁTICA II	60	4		
2 FAB00466	QUÍMICA II	60	4		
			Total 2º Período :	390	26
3 FAB00468	BIOLOGIA III	60	4		
3 FAB00469	BOTÂNICA	60	4		
3 FAB00470	FÍSICA III	60	4		
3 FAB00471	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA	60	4		
3 FAB00472	MATEMÁTICA III	60	4		
3 FAB00473	QUÍMICA III	60	4		
			Total 3º Período :	360	24
4 FAB00474	DIDÁTICA	60	4		
4 FAB00475	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU	60	4		
4 FAB00476	FÍSICA IV	60	4		
4 FAB00477	MATEMÁTICA IV	60	4		
4 FAB00478	PSICOLOGIA EDUCACIONAL I	60	4		
4 FAB00479	QUÍMICA IV	60	4		
			Total 4º Período :	360	24
5 FAB00487	PRÁTICA DE ENSINO (CIÊNCIAS)	90	6		
5 FAB00480	GEOLOGIA	60	4		
5 FAB00481	MATEMÁTICA V	60	4		
5 FAB00484	PSICOLOGIA EDUCACIONAL II	60	4		
5 FAB00485	ZOOLOGIA	60	4		
5 FAB00502	PRÁTICA DE ENSINO (MATEMÁTICA)	90	6		
			Total 5º Período :	420	28
			Total do Curso :	1920	128

Data : 21/09/2015
 Hora : 17:29:47
 Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
 Mantenedora da Faculdade do Belo Jardim - FBJ

Matriz Curricular

Curso: LICUR - CIÊNCIAS Currículo: CI-CUR-1981

Tipo do Curso: LIC - CURTA

1991 A 1995

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 159 de 17/04/1984 - D.O.U. 24/04/1984



Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00454	BIOLOGIA I	60	4		
1	FAB00456	ESTUDOS BRASILEIROS I	30	2		
1	FAB00457	FÍSICA I	60	4		
1	FAB00458	MATEMÁTICA I	60	4		
1	FAB00459	PORTUGUÊS	60	4		
1	FAB00460	QUÍMICA I	60	4		
1	FAB00503	DESENHO GEOMÉTRICO I	60	4		
				Total 1º Período :	390	26
2	FAB00402	SOCIOLOGIA	60	4		
2	FAB00461	BIOLOGIA II	60	4		
2	FAB00463	ESTUDOS BRASILEIROS II	30	2		
2	FAB00464	FÍSICA II	60	4		
2	FAB00465	MATEMÁTICA II	60	4		
2	FAB00466	QUÍMICA II	60	4		
2	FAB00504	DESENHO GEOMÉTRICO II	60	4		
				Total 2º Período :	390	26
3	FAB00468	BIOLOGIA III	60	4		
3	FAB00470	FÍSICA III	60	4		
3	FAB00471	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA	60	4		
3	FAB00472	MATEMÁTICA III	60	4		
3	FAB00473	QUÍMICA III	60	4		
3	FAB00505	BOTÂNICA I	60	4		
				Total 3º Período :	360	24
4	FAB00476	FÍSICA IV	60	4		
4	FAB00477	MATEMÁTICA IV	60	4		
4	FAB00478	PSICOLOGIA EDUCACIONAL I	60	4		
4	FAB00479	QUÍMICA IV	60	4		
4	FAB00506	BOTÂNICA II	60	4		
4	FAB00507	ZOOLOGIA I	60	4		
4	FAB00509	DIDÁTICA I	60	4		
				Total 4º Período :	420	28
5	FAB00475	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU	60	4		
5	FAB00480	GEOLOGIA	60	4		
5	FAB00481	MATEMÁTICA V	60	4		
5	FAB00484	PSICOLOGIA EDUCACIONAL II	60	4		
5	FAB00508	ZOOLOGIA II	60	4		
5	FAB00510	DIDÁTICA II	60	4		
5	FAB00511	PRÁTICA DE ENSINO (CIÊNCIAS)	90	6		
5	FAB00512	PRÁTICA DE ENSINO (MATEMÁTICA)	90	6		
				Total 5º Período :	540	36
				Total do Curso :	2100	140

Data : 11/03/2013

Hora : 18:53:42

Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora das
Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB



Matriz Curricular

Curso: MATC - **CIÊNCIAS HAB. MATEMÁTICA-COMPLEMENTAÇÃO** Currículo : MATC-1985

PORTARIA MEC Nº 476 em 19/06/1995
 Reconhecido pela Portaria Ministerial Nº de - D.O.U.

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
6	FAB00534	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6		
6	FAB00535	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4		
6	FAB00536	FÍSICO-QUÍMICA	60	4		
6	FAB00537	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4		
6	FAB00538	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4		
6	FAB00539	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1ª E 2ª GR/	60	4		
6	FAB00540	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II (CURSO DE FÉRIAS)	90	6		
6	FAB00541	METODOLOGIA CIENTÍFICA (CURSO DE FÉRIAS)	60	4		
				Total 6º Período :	540	36
7	FAB00542	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6		
7	FAB00543	ECOLOGIA GERAL	60	4		
7	FAB00544	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4		
7	FAB00545	PRÁTICA DE ENSINO DE 1ª E 2ª GRAUS	90	6		
7	FAB00546	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4		
7	FAB00547	ÁLGEBRA I	60	4		
7	FAB00548	ESTATÍSTICA (CURSO DE FÉRIAS)	60	4		
7	FAB00549	ANÁLISE REAL (CURSO DE FÉRIAS)	60	4		
				Total 7º Período :	540	36
8	FAB00550	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4		
8	FAB00551	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4		
8	FAB00552	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4		
8	FAB00553	GEOMETRIA PLANA	60	4		
8	FAB00554	ÁLGEBRA II	60	4		
8	FAB00555	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
8	FAB00556	ANÁLISE REAL II (CURSO DE FÉRIAS)	60	4		
8	FAB00557	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4		
				Total 8º Período :	480	32
				Total do Curso :	1560	104



AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM – AEB

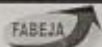
Rodovia – PE 166, Km5, Belo Jardim – PE
 C.P.: 99 – CEP: 55150-000
 Fones: +55 81 3726 1800
 +55 81 3726 1929
 www.aeb.edu.br

CNPJ: 11.464.153/0001-06

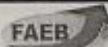
MATEMÁTICA – COMPLEMENTAÇÃO

PER.	DISCIPLINAS	C/H	CRÉDITOS
6º	CÁLCULO DIFERENCIAL INTEGRAL I	90	6
	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4
	FÍSICO – QUÍMICA	60	4
	ELEMENTO DE GEOLOGIA	60	4
	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4
	ESTRUTURA E FUNC. ENSINO 1º E 2º GRAUS	60	4
	CÁLCULO DIFERENCIAL INTEGRAL II (c.férias)	90	6
	METOD. CIENTÍFICA (c.férias)	60	4
7º	CÁLCULO DIFERENCIAL INTEGRAL III	90	6
	ECOLOGIA GERAL	60	4
	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4
	PRÁTICA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	90	6
	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4
	ÁLGEBRA I	60	4
	ESTATÍSTICA (c.férias)	60	4
	ANÁLISE REAL (c.férias)	60	4
8º	CÁLCULO DIFERENCIAL INTEGRAL IV	60	4
	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4
	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4
	GEOMETRIA PLANA	60	4
	ÁLGEBRA II	60	4
	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4
	ANÁLISE REAL II (c.férias)	60	4
	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4

24. disciplinas - Total carga horária = 1.560



FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BELO JARDIM
 Resolução C.F.E. Conf. Parecer nº 113/1994
 Retido em 13/05/1991 – Port. nº 476/1995 – C.F.E.



FACULDADE DE ENFERMAGEM DE BELO JARDIM
 Criada pelo Decreto Municipal nº 029/2002
 Curso Autorizado pelo Parecer CEE/PE nº 133/2003
 Homologado pela Portaria SEDUC nº 126/2004



COLÉGIO DE APLICAÇÃO DE BELO JARDIM
 Ensino Fundamental – 5ª a 8ª e Ensino Médio
 Cadastro Escolar Nº P.402.111 – D.O. 06.02.91

Data : 01/02/2011

Hora : 19:53:04

Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB

Mantenedora das

Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA

Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB

Colégio de Aplicação - CAP



Grade Curricular

Curso: CIE-M - CIÊNCIAS-HABILITAÇÃO MATEMÁTICA Currículo : CIE-M-1985.1

Parecer CEE/PE N° 27/1985-CES em 27/02/1985

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00099	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS I	30	2		
1	FAB00276	LÍNGUA PORTUGUESA I	60	4		
1	FAB00325	MATEMÁTICA BÁSICA	90	6		
1	FAB00332	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	4		
1	FAB00396	QUÍMICA GERAL	60	4		
1	FAB00402	SOCIOLOGIA	60	4		
				Total 1º Período :	360	24
2	FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00325	
2	FAB00100	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS II	30	2	FAB00099	
2	FAB00102	FILOSOFIA	60	4		
2	FAB00107	FÍSICA GERAL I	60	4	FAB00325	
2	FAB00279	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4	FAB00276	
2	FAB00398	QUÍMICA INORGÂNICA	60	4	FAB00396	
				Total 2º Período :	360	24
3	FAB00022	BIOLOGIA GERAL	90	6		
3	FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
3	FAB00071	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4		
3	FAB00108	FÍSICA GERAL II	60	4	FAB00107	
3	FAB00351	PRÁTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	30	2		
				Total 3º Período :	330	22
4	FAB00033	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4	FAB00036	
4	FAB00038	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6	FAB00036	
4	FAB00109	FÍSICA MODERNA	60	4	FAB00108	
4	FAB00399	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4	FAB00396	
4	FAB00419	ZOOLOGIA GERAL	90	6		
				Total 4º Período :	360	24
5	FAB00028	BOTÂNICA GERAL	90	6		
5	FAB00040	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	90	6	FAB00038	
5	FAB00083	ECOLOGIA GERAL	60	4		
5	FAB00089	ESTATÍSTICA	60	4		
5	FAB00391	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A	60	4		
				Total 5º Período :	360	24
6	FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00325	
6	FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00038	
6	FAB00051	DESENHO GEOMÉTRICO	90	6	FAB00325	
6	FAB00176	GEOMETRIA PLANA	90	6	FAB00325	
6	FAB00392	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO B	60	4	FAB00391	
				Total 6º Período :	360	24
7	FAB00001	ÁLGEBRA I	60	4	FAB00325	
7	FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
7	FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
7	FAB00052	DIDÁTICA	75	5	FAB00392	
7	FAB00095	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GRA	60	4	FAB00392	
7	FAB00323	MATEMÁTICA APLICADA I	60	4	FAB00040	
				Total 7º Período :	375	25
8	FAB00002	ÁLGEBRA II	60	4	FAB00004	
8	FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
8	FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00038	
8	FAB00324	MATEMÁTICA APLICADA II	60	4	FAB00323	
8	FAB00352	PRÁTICA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	150	10	FAB00052	
				Total 8º Período :	390	28
				Total do Curso :	2895	193

Data : 22/08/2011

Hora : 17:30:20

Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB

Mantenedora das

Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FAFEJA

Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB

Matriz Curricular

Curso: CIE-M - CIÊNCIAS-HABILITAÇÃO MATEMÁTICA - Currículo : CIE-M-1989.1

Parecer CEE/PE Nº 27/1985-CES em 27/02/1985

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994



Per. Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1 FAB00099	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS I	30	2		
1 FAB00276	LÍNGUA PORTUGUESA I	60	4		
1 FAB00325	MATEMÁTICA BÁSICA	90	6		
1 FAB00332	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	4		
1 FAB00396	QUÍMICA GERAL	60	4		
1 FAB00402	SOCIOLOGIA	60	4		
		Total 1º Período :		360	24
2 FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00325	
2 FAB00100	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS II	30	2	FAB00099	
2 FAB00102	FILOSOFIA	60	4		
2 FAB00107	FÍSICA GERAL I	60	4	FAB00325	
2 FAB00279	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4	FAB00276	
2 FAB00398	QUÍMICA INORGÂNICA	60	4	FAB00396	
		Total 2º Período :		360	24
3 FAB00022	BIOLOGIA GERAL	90	6		
3 FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
3 FAB00071	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4		
3 FAB00108	FÍSICA GERAL II	60	4		
3 FAB00536	FÍSICO-QUÍMICA	60	4		
		Total 3º Período :		360	24
4 FAB00033	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4	FAB00036	
4 FAB00038	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6	FAB00036	
4 FAB00109	FÍSICA MODERNA	60	4	FAB00108	
4 FAB00399	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4	FAB00396	
4 FAB00419	ZOOLOGIA GERAL	90	6		
		Total 4º Período :		360	24
5 FAB00028	BOTÂNICA GERAL	90	6		
5 FAB00040	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	90	6	FAB00038	
5 FAB00063	ECOLOGIA GERAL	60	4		
5 FAB00089	ESTATÍSTICA	60	4		
5 FAB00391	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A	60	4		
		Total 5º Período :		360	24
6 FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00325	
6 FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00038	
6 FAB00051	DESENHO GEOMÉTRICO	90	6	FAB00325	
6 FAB00176	GEOMETRIA PLANA	90	6	FAB00325	
6 FAB00392	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO B	60	4	FAB00391	
		Total 6º Período :		360	24
7 FAB00001	ÁLGEBRA I	60	4	FAB00325	
7 FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
7 FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
7 FAB00052	DIDÁTICA	75	5	FAB00392	
7 FAB00095	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1ª E 2ª GR/	60	4	FAB00392	
7 FAB00323	MATEMÁTICA APLICADA I	60	4	FAB00040	
		Total 7º Período :		375	25
8 FAB00002	ÁLGEBRA II	60	4	FAB00004	
8 FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
8 FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00038	
8 FAB00324	MATEMÁTICA APLICADA II	60	4	FAB00323	
8 FAB00352	PRÁTICA DE ENSINO DE 1ª E 2ª GRAUS	150	10	FAB00052	
		Total 8º Período :		390	26
		Total do Curso :		2925	195

413

Data : 18/05/2013
 Hora : 20:05:37
 Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora das

Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
 Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB
 Colégio de Aplicação - CAP



Matriz Curricular

Curso: CIE-M - CIÊNCIAS-HABILITAÇÃO MATEMÁTICA Currículo : CIE-M-1998.2

Parecer CEE/PE Nº 27/1985-CES em 27/02/1985

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00099	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS I	30	2		
1	FAB00276	LÍNGUA PORTUGUESA I	60	4		
1	FAB00325	MATEMÁTICA BÁSICA	90	6		
1	FAB00332	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	4		
1	FAB00396	QUÍMICA GERAL	60	4		
1	FAB00402	SOCIOLOGIA	60	4		
Total 1º Período :				360		24
2	FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00325	
2	FAB00100	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS II	30	2	FAB00099	
2	FAB00102	FILOSOFIA	60	4		
2	FAB00107	FÍSICA GERAL I	60	4	FAB00325	
2	FAB00279	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4	FAB00276	
2	FAB00398	QUÍMICA INORGÂNICA	60	4	FAB00396	
Total 2º Período :				360		24
3	FAB00022	BIOLOGIA GERAL	90	6		
3	FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
3	FAB00071	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4		
3	FAB00108	FÍSICA GERAL II	60	4	FAB00107	
Total 3º Período :				300		20
4	FAB00033	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4	FAB00036	
4	FAB00038	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6	FAB00036	
4	FAB00109	FÍSICA MODERNA	60	4	FAB00108	
4	FAB00399	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4	FAB00396	
4	FAB00419	ZOOLOGIA GERAL	90	6		
Total 4º Período :				360		24
5	FAB00028	BOTÂNICA GERAL	90	6		
5	FAB00040	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	90	6	FAB00038	
5	FAB00063	ECOLOGIA GERAL	60	4		
5	FAB00089	ESTATÍSTICA	60	4		
5	FAB00391	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A	60	4		
Total 5º Período :				360		24
6	FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00325	
6	FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00038	
6	FAB00051	DESENHO GEOMÉTRICO	90	6	FAB00325	
6	FAB00176	GEOMETRIA PLANA	90	6	FAB00325	
6	FAB00392	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO B	60	4	FAB00391	
Total 6º Período :				360		24
7	FAB00001	ÁLGEBRA I	60	4	FAB00325	
7	FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
7	FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
7	FAB00052	DIDÁTICA	75	5	FAB00392	
7	FAB00095	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º E 2º GR/	60	4	FAB00392	
7	FAB00323	MATEMÁTICA APLICADA I	60	4	FAB00040	
Total 7º Período :				375		25
8	FAB00002	ÁLGEBRA II	60	4	FAB00004	
8	FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
8	FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00038	
8	FAB00324	MATEMÁTICA APLICADA II	60	4	FAB00323	
8	FAB00362	PRÁTICA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	150	10	FAB00052	
Total 8º Período :				390		26
Total do Curso :				2865		191

Data : 16/05/2011
 Hora : 20:47:19
 Página : 1/1

Autorquia Educacional do Belo Jardim - AEB
 Mantenedora das

Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
 Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB
 Colégio de Aplicação - CAP



Matriz Curricular

Curso: CIE-M - CIÊNCIAS-HABILITAÇÃO MATEMÁTICA Currículo : CIE-M-2002.1

Parecer CEE/PE Nº 27/1985-CES em 27/02/1985

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 05/09/1994

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00097	ESTUDOS DA ATUALIDADE I	30	2		
1	FAB00276	LÍNGUA PORTUGUESA I	60	4		
1	FAB00325	MATEMÁTICA BÁSICA	90	6		
1	FAB00332	METODOLOGIA CIENTÍFICA	60	4		
1	FAB00396	QUÍMICA GERAL	60	4		
1	FAB00402	SOCIOLOGIA	60	4		
Total 1º Período :				360	24	
2	FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00325	
2	FAB00098	ESTUDOS DA ATUALIDADE II	30	2	FAB00097	
2	FAB00102	FILOSOFIA	60	4		
2	FAB00107	FÍSICA GERAL I	60	4	FAB00325	
2	FAB00279	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4	FAB00276	
2	FAB00398	QUÍMICA INORGÂNICA	60	4	FAB00396	
Total 2º Período :				360	24	
3	FAB00022	BIOLOGIA GERAL	90	6		
3	FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
3	FAB00071	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4		
3	FAB00108	FÍSICA GERAL II	60	4	FAB00107	
Total 3º Período :				300	20	
4	FAB00033	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4	FAB00036	
4	FAB00038	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6	FAB00036	
4	FAB00109	FÍSICA MODERNA	60	4	FAB00108	
4	FAB00399	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4	FAB00396	
4	FAB00419	ZOOLOGIA GERAL	90	6		
Total 4º Período :				360	24	
5	FAB00028	BOTÂNICA GERAL	90	6		
5	FAB00040	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	90	6	FAB00038	
5	FAB00063	ECOLOGIA GERAL	60	4		
5	FAB00089	ESTATÍSTICA	60	4		
5	FAB00391	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO A	60	4		
Total 5º Período :				360	24	
6	FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00325	
6	FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00038	
6	FAB00051	DESENHO GEOMÉTRICO	90	6	FAB00325	
6	FAB00176	GEOMETRIA PLANA	90	6	FAB00325	
6	FAB00392	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO B	60	4	FAB00391	
Total 6º Período :				360	24	
7	FAB00001	ÁLGEBRA I	60	4	FAB00325	
7	FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
7	FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
7	FAB00052	DIDÁTICA	75	5	FAB00392	
7	FAB00095	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1ª E 2ª GR/	60	4	FAB00392	
7	FAB00323	MATEMÁTICA APLICADA I	60	4	FAB00040	
Total 7º Período :				375	25	
8	FAB00002	ÁLGEBRA II	60	4	FAB00004	
8	FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
8	FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00038	
8	FAB00324	MATEMÁTICA APLICADA II	60	4	FAB00323	
8	FAB00352	PRÁTICA DE ENSINO DE 1ª E 2ª GRAUS	150	10	FAB00052	
Total 8º Período :				390	26	
Total do Curso :				2865	191	

EQUIVALÊNCIA ENTRE DISCIPLINAS DO CURSO DE MATEMÁTICA

Os diretores dos Departamentos Acadêmicos: Matemática, História, Letras e Pedagógico, reunidos na sala da diretoria da FABEJA no dia 29.08.2005 às 19horas, decidiram considerar como equivalentes, para efeito de dispensa, as disciplinas cursadas no curso de Licenciatura Plena em Matemática ou no curso de Licenciatura em Ciências com Habilitação em Matemática, ambos da FABEJA, conforme quadro abaixo:

2003.2

1994

LICENC. PLENA MATEMÁTICA			LICENC. PLENA CIÊNCIAS-HAB/MAT.	
Código	Disciplina		Código	Disciplina
MAT 1101	Matemática Elementar I + @	↔	DCP 1000	Matemática Básica
MAT 1106	Geometria Plana Básica	↔	DCHM1901	Geometria Plana
MAT 1203	Álgebra Linear I	↔	DCPC1520	Álgebra Linear I
MAT 1204	Álgebra Linear II	↔	DCPC1521	Álgebra Linear II
MAT 1302	Introd. às Estrut. Algébricas	↔	DCHM1560	Álgebra I
MAT 1501	Geometria Euclidiana Plana	↔	DCHM1901	Geometria Plana
MAT 1001	Cálculo Dif. e Integral I	↔	DCPC1001	Cálculo Dif. e Integral I
MAT 1002	Cálculo Dif. e Integral II	↔	DCPC1002	Cálculo Dif. e Integral II
MAT 1003	Cálculo Dif. e Integral III + @	↔	DCPC1510	Cálculo Dif. e Integral III
MAT 1004	Cálculo Dif. e Integral IV + @	↔	DCPC1511	Cálculo Dif. e Integral IV
MAT 1601	Análise Real I	↔	DCPC1700	Análise Real I
MAT 1602	Análise Real II	↔	DCPC1701	Análise Real II
MAT 1603	Equações Diferenciais	↔	DCHM1800	Equações Diferenciais
DEP 5300	Didática Geral + @	↔	DEP 5300	Didática
DEP 5100	Psicologia da Educação I	↔	DEP 5100	Psicologia da Educação A
DEP 5101	Psicologia da Educação II	↔	DEP 5101	Psicologia da Educação B
DEP 5700	Filosofia da Educação + @	↔	DEP 5600	Filosofia
DEP 5400	Estrutura do Ens. Fund. e Médio	↔	DEP 5400	Est. Func. Ens. do 1º e 2º Grãos
DIET2100	Leitura e Prod. de Textos I	↔	DIET-2000	Língua Portuguesa I
DIET2200	Leitura e Prod. de Textos II	↔	DIET-2001	Língua Portuguesa II
FIS 1001	Física Para Licenciatura I	↔	DCPC-1100	Física Geral I
FIS 1002	Física Para Licenciatura II	↔	DCPC-1001	Física Geral II
MAT 1401	Estatística e Probabilidade	↔	DCPC-1003	Calc. das Probabilidades
MAT 1402	Cálculo Numérico	↔	DCHM1900	Cálculo Numérico
DEP 5200	Metodologia Científica + @	↔	DEP 5200	Metodologia Científica I
MAT 1502	Construções Geométricas + @	↔	DCHM1903	Desenho Geométrico
DEP 5600	Sociologia da Educação + @	↔	DHIS 3200	Sociologia
DHIS3001	Ética, Cid. e R. Brasileira + @	↔	DHIS 3000	Estudo da Atualidade I
			DHIS 3001	Estudo da Atualidade II
DEP 5301	Estágio Supervisionado I	↔		
DEP 5302	Estágio Supervisionado II	↔	DEP 5500	Prática de Ensino dos 1º e 2º Grãos
DEP 5303	Estágio Supervisionado III			

LEGENDA: 1) @ : Complementação de carga horária e/ou créditos (a ser regulamentado).
2) A ↔ B : A disciplina A dispensa a disciplina B

Belo Jardim, 05 de setembro de 2005

[Assinatura]
Dep. De Matemática

[Assinatura]
Dep. De História

[Assinatura]
Dep. De Letras

[Assinatura]
Dep. Pedagógico

Data : 13/03/2013
 Hora : 18:31:12
 Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
 Mantenedora das
Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB



Matriz Curricular

Curso: MAT - MATEMÁTICA Currículo: **MAT2003.2**

Parecer CEE/PE Nº 124/2003-CES em 15/12/2003

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994

Per. Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1 FAB00101	ÉTICA, CIDADANIA E REALIDADE BRASILEIRA	30	2		
1 FAB00236	INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO	60	4		
1 FAB00248	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA I	60	4		
1 FAB00259	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS I	60	4		
1 FAB00331	METODOLOGIA CIENTÍFICA	30	2		
1 FAB00404	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	45	3		
1 FAB00708	GEOMETRIA PLANA BÁSICA	60	4		
1 FAB00710	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	60	4		
Total 1º Período :				405	27
2 FAB00103	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	30	2		
2 FAB00228	INFORMÁTICA PARA LICENCIATURA I	60	4		
2 FAB00249	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA II	60	4		
2 FAB00280	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS II	60	4	FAB00259	
2 FAB00329	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4		
2 FAB00330	MATEMÁTICA ELEMENTAR III	60	4		
2 FAB00393	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	4		
2 FAB00714	GEOMETRIA ESPACIAL BÁSICA	60	4		
Total 2º Período :				450	30
3 FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00710	
3 FAB00110	FÍSICA PARA LICENCIATURA I	60	4		
3 FAB00229	INFORMÁTICA PARA LICENCIATURA II	60	4	FAB00228	
3 FAB00231	INTRODUÇÃO À ÁLGEBRA LINEAR E GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	FAB00328	
3 FAB00251	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA III	60	4	FAB00330	
3 FAB00327	MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	60	4		
3 FAB00394	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	60	4	FAB00393	
Total 3º Período :				450	30
4 FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
4 FAB00057	DIDÁTICA GERAL	60	4	FAB00393	
4 FAB00111	FÍSICA PARA LICENCIATURA II	60	4	FAB00110	
4 FAB00172	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	FAB00231	
4 FAB00241	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	60	4		
4 FAB00253	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA IV	60	4	FAB00251	
4 FAB00326	MATEMÁTICA COMBINATÓRIA	30	2		
Total 4º Período :				420	28
5 FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00231	
5 FAB00039	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4	FAB00036	
5 FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4	FAB00036	
5 FAB00054	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	60	4	FAB00057	
5 FAB00092	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	60	4	FAB00036	
5 FAB00254	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA V	60	4	FAB00251	
Total 5º Período :				360	24
6 FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
6 FAB00041	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4	FAB00039	
6 FAB00049	CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS	60	4	FAB00708	
6 FAB00077	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7	FAB00057	
6 FAB00255	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VI	60	4	FAB00251	
Total 6º Período :				345	23
7 FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00041	
7 FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00041	
7 FAB00080	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	150	10	FAB00077	
7 FAB00174	GEOMETRIA EUCLIDIANA PLANA	90	6	FAB00708	
7 FAB00247	INTRODUÇÃO AS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4	FAB00241	
7 FAB00256	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VII	60	4	FAB00255	
Total 7º Período :				480	32
8 FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
8 FAB00013	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	210	14		
8 FAB00083	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	150	10	FAB00080	
8 FAB00093	ESTRUTURA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	60	4		
8 FAB00243	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4	FAB00247	
8 FAB00257	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VIII	60	4	FAB00255	
8 FAB00413	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	60	4		
Total 8º Período :				660	44
Total do Curso :				3570	238

Data : 26/07/2011
 Hora : 18:26:24
 Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
 Mantenedora das
 Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
 Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB



Matriz Curricular

Curso: MAT - MATEMÁTICA Currículo: MAT2006.1

Parecer CEE/PE Nº 67/2005-CE5 em 16/05/2008
 Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 05/09/1994

Per. Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1 FAB00101	* ÉTICA, CIDADANIA E REALIDADE BRASILEIRA	30	2		
1 FAB00236	* INTRODUÇÃO A EDUCAÇÃO	60	4		
1 FAB00248	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA I	60	4		
1 FAB00259	* LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS I	60	4		
1 FAB00331	* METODOLOGIA CIENTÍFICA	30	2		
1 FAB00404	* SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	45	3		
1 FAB00708	GEOMETRIA PLANA BÁSICA	60	4		
1 FAB00710	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	60	4		
Total 1º Período :				405	27
2 FAB00103	* FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	30	2		
2 FAB00228	INFORMÁTICA PARA LICENCIATURA I	60	4		
2 FAB00249	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA II	60	4		
2 FAB00260	* LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS II	60	4	FAB00259	
2 FAB00329	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4		
2 FAB00330	MATEMÁTICA ELEMENTAR III	60	4		
2 FAB00393	* PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	4		
2 FAB00714	GEOMETRIA ESPACIAL BÁSICA	60	4		
Total 2º Período :				450	30
3 FAB00034	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6	FAB00328	
3 FAB00110	FÍSICA PARA LICENCIATURA I	60	4		
3 FAB00229	INFORMÁTICA PARA LICENCIATURA II	60	4	FAB00228	
3 FAB00231	INTRODUÇÃO À ÁLGEBRA LINEAR E GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	FAB00328	
3 FAB00251	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA III	60	4	FAB00330	
3 FAB00327	MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	60	4		
3 FAB00394	* PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	60	4	FAB00393	
Total 3º Período :				450	30
4 FAB00036	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	90	6	FAB00034	
4 FAB00057	* DIDÁTICA GERAL	60	4	FAB00393	
4 FAB00111	FÍSICA PARA LICENCIATURA II	60	4	FAB00110	
4 FAB00172	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	FAB00231	
4 FAB00241	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	60	4		
4 FAB00253	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA IV	60	4	FAB00251	
4 FAB00326	MATEMÁTICA COMBINATÓRIA	30	2		
Total 4º Período :				420	28
5 FAB00003	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00231	
5 FAB00039	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4	FAB00036	
5 FAB00042	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4	FAB00036	
5 FAB00054	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	60	4	FAB00057	
5 FAB00092	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	60	4	FAB00036	
5 FAB00254	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA V	60	4	FAB00251	
Total 5º Período :				360	24
6 FAB00004	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00003	
6 FAB00041	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4	FAB00039	
6 FAB00049	CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS	60	4	FAB00172	
6 FAB00077	* ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7	FAB00057	
6 FAB00255	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VI	60	4	FAB00251	
Total 6º Período :				345	23
7 FAB00008	ANÁLISE REAL I	60	4	FAB00041	
7 FAB00076	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4	FAB00041	
7 FAB00080	* ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	150	10	FAB00077	
7 FAB00174	GEOMETRIA EUCLIDIANA PLANA	90	6	FAB00172	
7 FAB00247	INTRODUÇÃO AS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4	FAB00241	
7 FAB00256	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VII	60	4	FAB00255	
Total 7º Período :				480	32
8 FAB00009	ANÁLISE REAL II	60	4	FAB00008	
8 FAB00013	* ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	210	14		
8 FAB00083	* ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	150	10	FAB00080	
8 FAB00093	* ESTRUTURA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	60	4		
8 FAB00243	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4	FAB00247	
8 FAB00257	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VIII	60	4	FAB00255	
8 FAB00413	* TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	60	4		
Total 8º Período :				660	44
Total do Curso :				3570	238

* Disciplinas iguais a matriz BJO 2003.1

Data : 15/06/2015

Hora : 20:24:17

Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora das
Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FAFEB
Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB



Matriz Curricular

Curso: MAT - MATEMÁTICA Currículo: MAT2008.1

Tipo do Curso: LIC. PLENA

Parecer CEE/PE Nº 158/2007-CEB em 25/12/2007

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. Renovação de Reconhecimento Port. SEDUC Nº 4969 de 12/07/2006 - D.O.U. 13/07/2006

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00177	GEOMETRIA PLANA BÁSICA	60	4		
1	FAB00328	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	60	4		
1	FAB00338	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO I	30	2		
1	FAB00707	FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	60	4		
1	FAB00709	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA I	60	4		
1	FAB00712	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL I	30	2		
				Total 1º Período :	300	20
2	FAB00173	GEOMETRIA ESPACIAL BÁSICA	60	4		
2	FAB00250	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA II	30	2	FAB00709	
2	FAB00338	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO II	30	2	FAB00338	
2	FAB00713	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60	4	FAB00707	
2	FAB00715	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4		
2	FAB00717	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL II	60	4	FAB00712	
				Total 2º Período :	300	20
3	FAB00035	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	60	4	FAB00328	
3	FAB00227	INFORMÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO	30	2		
3	FAB00252	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA III	30	2	FAB00715	
3	FAB00718	DIDÁTICA APLICADA	60	4		
3	FAB00719	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	FAB00715	
3	FAB00720	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	4	FAB00707	
				Total 3º Período :	300	20
4	FAB00037	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	60	4	FAB00035	
4	FAB00230	INFORMÁTICA PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA	30	2	FAB00227	
4	FAB00242	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	30	2		
4	FAB00721	FÍSICA PARA LICENCIATURA I	60	4	FAB00035	
4	FAB00722	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA IV	60	4	FAB00177	
4	FAB00723	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	60	4		
				Total 4º Período :	300	20
5	FAB00112	FÍSICA PARA LICENCIATURA II	30	2	FAB00721	
5	FAB00724	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4	FAB00719	
5	FAB00725	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4	FAB00037	
5	FAB00726	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7	FAB00718	
5	FAB00727	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA V	60	4	FAB00242	
5	FAB00728	MATEMÁTICA COMBINATÓRIA	30	2		
5	FAB00729	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	60	4	FAB00723	
				Total 5º Período :	405	27
6	FAB00730	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00724	
6	FAB00731	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4	FAB00725	
6	FAB00732	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	7	FAB00726	
6	FAB00733	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	60	4	FAB00112	
6	FAB00734	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60	4		
6	FAB00735	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VI	60	4	FAB00727	
				Total 6º Período :	405	27
7	FAB00175	GEOMETRIA EUCLIDIANA PLANA	60	4	FAB00177	
7	FAB00736	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4	FAB00715	
7	FAB00737	CONSTRUÇÕES GEOMÉTRICAS	60	4	FAB00177	
7	FAB00738	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	105	7	FAB00732	
7	FAB00739	INTRODUÇÃO AS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4	FAB00242	
7	FAB00740	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VII	60	4	FAB00722	
				Total 7º Período :	405	27
8	FAB00007	ANÁLISE REAL	60	4	FAB00731	
8	FAB00014	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	210	14		
8	FAB00741	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	90	6		
8	FAB00742	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4	FAB00739	
8	FAB00743	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VIII	60	4		
8	FAB00744	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUND. E MÉDIO	60	4		
8	FAB00745	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	60	4		
				Total 8º Período :	600	40
				Total do Curso :	3015	201

Data : 28/05/2012

Hora : 17:44:45

Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora das
Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB



Matriz Curricular

Curso: MAT - MATEMÁTICA - Currículo : MAT2012.1

Parecer CEE/PE Nº 24/2012-CES em 05/03/2012

Reconhecido pela Portaria Ministerial Nº 1.329 de 05/09/1994 - D.O.U. 06/09/1994.

Per. Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1 FAB00852	PSICOLOGIA I	60	4		
1 FAB00853	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	60	4		
1 FAB00854	GEOMETRIA PLANA	60	4		
1 FAB00855	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	90	6		
1 FAB00856	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA I	60	4		
Total 1º Período :				330	22
2 FAB00857	PSICOLOGIA II	60	4		
2 FAB00858	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO I	30	2		
2 FAB00859	FÍSICA I	60	4		
2 FAB00860	GEOMETRIA ESPACIAL	60	4		
2 FAB00861	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4	FAB00855	
2 FAB00862	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA II	30	2	FAB00856	
Total 2º Período :				300	20
3 FAB00863	DIDÁTICA GERAL	60	4		
3 FAB00864	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO II	30	2	FAB00858	
3 FAB00865	MATEMÁTICA ELEMENTAR III	60	4	FAB00861	
3 FAB00866	FÍSICA II	60	4	FAB00859	
3 FAB00867	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4		
3 FAB00868	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA III	30	2	FAB00862	
Total 3º Período :				300	20
4 FAB00869	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	30	2		
4 FAB00870	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	60	4		
4 FAB00871	FÍSICA III	60	4	FAB00866	
4 FAB00872	MATEMÁTICA ELEMENTAR IV	60	4	FAB00865	
4 FAB00873	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	60	4		
4 FAB00874	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA IV	60	4	FAB00868	
Total 4º Período :				330	22
5 FAB00875	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	60	4		
5 FAB00876	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	4		
5 FAB00877	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4		
5 FAB00878	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	30	2		
5 FAB00879	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	60	4		
5 FAB00880	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA V	60	4	FAB00874	
5 FAB00881	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7	FAB00863	
Total 5º Período :				435	29
6 FAB00882	ÉTICA E CIDADANIA	60	4		
6 FAB00883	ANÁLISE REAL	60	4		
6 FAB00884	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB00877	
6 FAB00885	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	60	4	FAB00879	
6 FAB00886	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VI	60	4	FAB00880	
6 FAB00887	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	7	FAB00881	
Total 6º Período :				405	27
7 FAB00888	AValiação EDUCACIONAL	60	4		
7 FAB00889	INTRODUÇÃO ÀS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4		
7 FAB00890	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
7 FAB00891	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4	FAB00885	
7 FAB00892	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VII	60	4	FAB00874	FAB00880
7 FAB00893	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	105	7	FAB00887	
Total 7º Período :				405	27
8 FAB00894	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉ	60	4		
8 FAB00895	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4	FAB00891	
8 FAB00896	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4		
8 FAB00897	MATEMÁTICA FINANCEIRA	60	4		
8 FAB00898	LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA VIII	60	4	FAB00892	
8 FAB00899	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	90	6	FAB00893	
8 FAB00900	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	210	14		
Total 8º Período :				600	40
Total do Curso :				3105	207

2015.2

Data : 19/01/2018

Hora : 17:31:42

Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB

Mantenedora da Faculdade do Belo Jardim - FBJ

Matriz Curricular

Curso: MAT - MATEMÁTICA - Currículo : MAT2017.1

Tipo do Curso: LIC, PLENA

Parecer CEE/PE Nº 005/2017-CES em 06/02/2017

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. Renovação de Reconhecimento Port. SEDUC Nº 4960 de 12/07/2006 - D.O.U. 13/07/2006



Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB01078	PSICOLOGIA	60	4		
1	FAB01079	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	60	4		
1	FAB01080	GEOMETRIA PLANA	60	4		
1	FAB01081	MATEMÁTICA ELEMENTAR I	90	6		
1	FAB01082	PRÁTICA PEDAGÓGICA I	60	4		
				Total 1º Período :	330	22
2	FAB01083	EDUCAÇÃO ESPECIAL	60	4		
2	FAB01084	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO I	60	4		
2	FAB01085	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	60	4		
2	FAB01086	GEOMETRIA ESPACIAL	60	4		
2	FAB01087	MATEMÁTICA ELEMENTAR II	60	4	FAB01081	
2	FAB01088	PRÁTICA PEDAGÓGICA II	60	4	FAB01082	
2	FAB01089	ELETIVA PEDAGÓGICA	30	2		
				Total 2º Período :	390	26
3	FAB01090	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	30	2		
3	FAB01091	METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO II	60	4	FAB01084	
3	FAB01092	MATEMÁTICA ELEMENTAR III	60	4	FAB01087	
3	FAB01093	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	60	4		
3	FAB01094	GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4		
3	FAB01095	PRÁTICA PEDAGÓGICA III	60	4	FAB01088	
				Total 3º Período :	330	22
4	FAB01096	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	30	2		
4	FAB01097	FÍSICA I	60	4		
4	FAB01098	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II	60	4	FAB01093	
4	FAB01099	MATEMÁTICA ELEMENTAR IV	60	4	FAB01092	
4	FAB01100	INTRODUÇÃO À LÓGICA MATEMÁTICA	60	4		
4	FAB01101	PRÁTICA PEDAGÓGICA IV	60	4	FAB01095	
				Total 4º Período :	330	22
5	FAB01102	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO E DA MATEMÁTICA	60	4		
5	FAB01103	FÍSICA II	60	4	FAB01097	
5	FAB01104	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4		
5	FAB01105	ANÁLISE COMBINATÓRIA	30	2		
5	FAB01106	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	60	4	FAB01098	
5	FAB01107	PRÁTICA PEDAGÓGICA V	60	4	FAB01101	
5	FAB01108	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	105	7		
				Total 5º Período :	435	29
6	FAB01109	HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	60	4		
6	FAB01110	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4	FAB01106	
6	FAB01111	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4	FAB01104	
6	FAB01112	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	60	4		
6	FAB01113	ESTATÍSTICA	30	2		
6	FAB01114	PRÁTICA PEDAGÓGICA VI	60	4	FAB01107	
6	FAB01115	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	105	7	FAB01108	
				Total 6º Período :	435	29
7	FAB01116	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL	60	4		
7	FAB01117	ANÁLISE REAL	60	4		
7	FAB01118	INTRODUÇÃO AS ESTRUTURAS ALGÉBRICAS	60	4		
7	FAB01119	NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA	60	4		
7	FAB01120	PRÁTICA PEDAGÓGICA VII	60	4	FAB01114	
7	FAB01121	ELETIVA ESPECÍFICA	60	4		
7	FAB01122	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	105	7	FAB01115	
				Total 7º Período :	465	31
8	FAB01123	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	60	4		
8	FAB01124	DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	60	4		
8	FAB01125	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	60	4		
8	FAB01126	MATEMÁTICA FINANCEIRA	60	4		
8	FAB01127	PRÁTICA PEDAGÓGICA VIII	60	4	FAB01120	
8	FAB01128	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	90	6	FAB01122	
8	FAB01129	ATIVIDADES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS CULTURAIS	200	14		
				Total 8º Período :	590	40
				Total do Curso :	3305	221

Data : 17/06/2011
 Hora : 16:46:02
 Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora das

Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
 Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB
 Colégio de Aplicação - CAP



Matriz Curricular

Curso: LCUR - CIÊNCIAS-LICENCIATURA CURTA Currículo : CI-CUR-1976

1976 A 1980

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 159 de 17/04/1984 - D.O.U. 24/04/1984

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00454	BIOLOGIA I	60	4		
1	FAB00455	DESENHO I	60	4		
1	FAB00456	ESTUDOS BRASILEIROS I	30	2		
1	FAB00457	FÍSICA I	60	4		
1	FAB00458	MATEMÁTICA I	60	4		
1	FAB00459	PORTUGUÊS	60	4		
1	FAB00460	QUÍMICA I	60	4		
				Total 1º Período :	390	26
2	FAB00462	SOCIOLOGIA	60	4		
2	FAB00461	BIOLOGIA II	60	4		
2	FAB00462	DESENHO II	60	4		
2	FAB00463	ESTUDOS BRASILEIROS II	30	2		
2	FAB00464	FÍSICA II	60	4		
2	FAB00465	MATEMÁTICA II	60	4		
2	FAB00466	QUÍMICA II	60	4		
				Total 2º Período :	390	26
3	FAB00468	BIOLOGIA III	60	4		
3	FAB00469	BOTÂNICA	60	4		
3	FAB00470	FÍSICA III	60	4		
3	FAB00471	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA	60	4		
3	FAB00472	MATEMÁTICA III	60	4		
3	FAB00473	QUÍMICA III	60	4		
				Total 3º Período :	360	24
4	FAB00474	DIDÁTICA	60	4		
4	FAB00475	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU	60	4		
4	FAB00476	FÍSICA IV	60	4		
4	FAB00477	MATEMÁTICA IV	60	4		
4	FAB00478	PSICOLOGIA EDUCACIONAL I	60	4		
4	FAB00479	QUÍMICA IV	60	4		
				Total 4º Período :	360	24
5	FAB00487	PRÁTICA DE ENSINO (CIÊNCIAS)	90	6		
5	FAB00480	GEOLOGIA	60	4		
5	FAB00481	MATEMÁTICA V	60	4		
5	FAB00484	PSICOLOGIA EDUCACIONAL II	60	4		
5	FAB00485	ZOOLOGIA	60	4		
5	FAB00502	PRÁTICA DE ENSINO (MATEMÁTICA)	90	6		
				Total 5º Período :	420	28
				Total do Curso :	1920	128

Data : 21/09/2015
Hora : 17:29:47
Página : 1/3

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora da Faculdade do Belo Jardim - FBJ

Matriz Curricular
Curso: LICUR - CIÊNCIAS Currículo: CI-CUR-1981
Tipo do Curso: LIC. CURTA
1981 A 1995

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 159 de 17/04/1984 - D.O.U. 24/04/1984



Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00454	BIOLOGIA I	60	4		
1	FAB00456	ESTUDOS BRASILEIROS I	30	2		
1	FAB00457	FÍSICA I	60	4		
1	FAB00458	MATEMÁTICA I	60	4		
1	FAB00459	PORTUGUÊS	60	4		
1	FAB00460	QUÍMICA I	60	4		
1	FAB00503	DESENHO GEOMÉTRICO I	60	4		
		Total 1º Período :			390	26
2	FAB00402	SOCIOLOGIA	60	4		
2	FAB00461	BIOLOGIA II	60	4		
2	FAB00463	ESTUDOS BRASILEIROS II	30	2		
2	FAB00464	FÍSICA II	60	4		
2	FAB00465	MATEMÁTICA II	60	4		
2	FAB00466	QUÍMICA II	60	4		
2	FAB00504	DESENHO GEOMÉTRICO II	60	4		
		Total 2º Período :			390	26
3	FAB00468	BIOLOGIA III	60	4		
3	FAB00470	FÍSICA III	60	4		
3	FAB00471	INTRODUÇÃO A FILOSOFIA	60	4		
3	FAB00472	MATEMÁTICA III	60	4		
3	FAB00473	QUÍMICA III	60	4		
3	FAB00505	BOTÂNICA I	60	4		
		Total 3º Período :			360	24
4	FAB00476	FÍSICA IV	60	4		
4	FAB00477	MATEMÁTICA IV	60	4		
4	FAB00478	PSICOLOGIA EDUCACIONAL I	60	4		
4	FAB00479	QUÍMICA IV	60	4		
4	FAB00506	BOTÂNICA II	60	4		
4	FAB00507	ZOOLOGIA I	60	4		
4	FAB00509	DIDÁTICA I	60	4		
		Total 4º Período :			420	28
5	FAB00475	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU	60	4		
5	FAB00480	GEOLOGIA	60	4		
5	FAB00481	MATEMÁTICA V	60	4		
5	FAB00484	PSICOLOGIA EDUCACIONAL II	60	4		
5	FAB00508	ZOOLOGIA II	60	4		
5	FAB00510	DIDÁTICA II	60	4		
5	FAB00511	PRÁTICA DE ENSINO (CIÊNCIAS)	60	6		
5	FAB00512	PRÁTICA DE ENSINO (MATEMÁTICA)	60	6		
		Total 5º Período :			540	36
		Total do Curso :			2100	140

Data : 13/03/2013
 Hora : 18:45:34
 Página : 3/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
 Mantenedora das
 Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim - FABEJA
 Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB



Matriz Curricular

Curso: LIES - ESTUDOS SOCIAIS Currículo: ES-CUR1976

1976

Reconhecido pela Portaria Ministerial No. 113 de 17/04/1984 - D.O.U. 24/04/1984

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
1	FAB00099	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS I	30	2		
1	FAB00154	GEOGRAFIA FÍSICA I	60	4		
1	FAB00206	HISTÓRIA DO BRASIL I	60	4		
1	FAB00486	HISTÓRIA ANTIGA	60	4		
1	FAB00487	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL I	30	2		
1	FAB00488	SOCIOLOGIA I	60	4		
				Total 1º Período :	300	20
2	FAB00100	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS II	30	2		
2	FAB00155	GEOGRAFIA FÍSICA II	60	4		
2	FAB00207	HISTÓRIA DO BRASIL II	60	4		
2	FAB00490	ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL II	30	2		
2	FAB00491	SOCIOLOGIA II	60	4		
2	FAB01013	HISTÓRIA MEDIEVAL	60	4		
				Total 2º Período :	300	20
3	FAB00102	FILOSOFIA	60	4		
3	FAB00208	HISTÓRIA DO BRASIL III	60	4		
3	FAB00493	GEOGRAFIA DO BRASIL I	60	4		
3	FAB00494	GEOGRAFIA DOS CONTINENTES	60	4		
3	FAB01014	HISTÓRIA MODERNA	60	4		
				Total 3º Período :	300	20
4	FAB00474	DIDÁTICA	60	4		
4	FAB00495	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA	60	4		
4	FAB00496	GEOGRAFIA DO BRASIL II	60	4		
4	FAB00852	PSICOLOGIA I	60	4		
4	FAB01015	TEORIA	60	4		
				Total 4º Período :	300	20
5	FAB00459	PORTUGUÊS	60	4		
5	FAB00475	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1º GRAU	60	4		
5	FAB00497	GEOGRAFIA HUMANA	60	4		
5	FAB00857	PSICOLOGIA II	60	4		
5	FAB01012	PRÁTICA DE ENSINO	90	6		
				Total 5º Período :	330	22
				Total do Curso :	1530	102

Data : 13/03/2013
 Hora : 18:53:42
 Página : 1/1

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB
Mantenedora das
Faculdade de Formação de Professores do Belo Jardim - FAFEJA
Faculdade de Enfermagem do Belo Jardim - FAEB



Matriz Curricular

Curso: MATC - **CIÊNCIAS HAB. MATEMÁTICA-COMPLEMENTAÇÃO** Currículo : MATC-1985

PORTARIA MEC Nº 476 em 10/06/1985
 Reconhecido pela Portaria Ministerial No. de - D.O.U.

Per.	Código	Disciplina	C.H.	Créditos	Pré - Requisito 1	Pré - Requisito 2
6	FAB00534	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL I	90	6		
6	FAB00535	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4		
6	FAB00536	FÍSICO-QUÍMICA	60	4		
6	FAB00537	ELEMENTOS DE GEOLOGIA	60	4		
6	FAB00538	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4		
6	FAB00539	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DE 1ª E 2ª GR/	60	4		
6	FAB00540	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL II (CURSO DE FÉRIAS)	90	6		
6	FAB00541	METODOLOGIA CIENTÍFICA (CURSO DE FÉRIAS)	60	4		
				Total 6º Período :	540	36
7	FAB00542	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL III	90	6		
7	FAB00543	ECOLOGIA GERAL	60	4		
7	FAB00544	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4		
7	FAB00545	PRÁTICA DE ENSINO DE 1ª E 2ª GRAUS	90	6		
7	FAB00546	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4		
7	FAB00547	ÁLGEBRA I	60	4		
7	FAB00548	ESTATÍSTICA (CURSO DE FÉRIAS)	60	4		
7	FAB00549	ANÁLISE REAL (CURSO DE FÉRIAS)	60	4		
				Total 7º Período :	540	36
8	FAB00550	CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL IV	60	4		
8	FAB00551	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4		
8	FAB00552	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4		
8	FAB00553	GEOMETRIA PLANA	60	4		
8	FAB00554	ÁLGEBRA II	60	4		
8	FAB00555	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4		
8	FAB00556	ANÁLISE REAL II (CURSO DE FÉRIAS)	60	4		
8	FAB00557	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4		
				Total 8º Período :	480	32
				Total do Curso :	1560	104



AUTARQUIA EDUCACIONAL DE BELO JARDIM – AEB

Rodovia – PE 166, Km5, Belo Jardim – PE
 C.P. – 99 – CEP: 55150-000
 Fones: +55 81 3726 1800
 +55 81 3726 1929
 www.aeb.edu.br

CNPJ: 11.464.153/0001-06

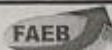
MATEMÁTICA – COMPLEMENTAÇÃO

PER.	DISCIPLINAS	C/H	CRÉDITOS
6º	CÁLCULO DIFERENCIAL INTEGRAL I	90	6
	LÍNGUA PORTUGUESA II	60	4
	FÍSICO – QUÍMICA	60	4
	ELEMENTO DE GEOLOGIA	60	4
	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4
	ESTRUTURA E FUNC. ENSINO 1º E 2º GRAUS	60	4
	CÁLCULO DIFERENCIAL INTEGRAL II (c.férias)	90	6
	METOD. CIENTÍFICA (c.férias)	60	4
7º	CÁLCULO DIFERENCIAL INTEGRAL III	90	6
	ECOLOGIA GERAL	60	4
	QUÍMICA ORGÂNICA	60	4
	PRÁTICA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS	90	6
	ÁLGEBRA LINEAR I	60	4
	ÁLGEBRA I	60	4
	ESTATÍSTICA (c.férias)	60	4
	ANÁLISE REAL (c.férias)	60	4
8º	CÁLCULO DIFERENCIAL INTEGRAL IV	60	4
	CÁLCULO DAS PROBABILIDADES	60	4
	ÁLGEBRA LINEAR II	60	4
	GEOMETRIA PLANA	60	4
	ÁLGEBRA II	60	4
	CÁLCULO NUMÉRICO	60	4
	ANÁLISE REAL II (c.férias)	60	4
	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS	60	4

24. disciplinas - Total carga horária = 1.560



FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE BELO JARDIM
 Reconhecida C.F.E. Conf. Parecer nº 113/1994
 Mant. em 10/06/1995 – Port. nº 476/1995 – C.F.E.



FACULDADE DE ENFERMAGEM DE BELO JARDIM
 Criada pelo Decreto Municipal nº 028/2002
 Curso Autorizado pelo Parecer CEE/PE nº 133/2003
 Homologado pela Portaria SEDUC nº 126/2004



COLÉGIO DE APLICAÇÃO DE BELO JARDIM
 Ensino Fundamental – 5ª a 8ª e Ensino Médio
 Cadastro Escolar Nº P.402.111 – D.O. 06.02.91